UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FORTALEZA-CE
2024

CUSTÓDIO LUÍS SILVA DE ALMEIDA
Reitor

DIANA CRISTINA SILVA DE AZEVEDO
Vice-Reitora

WANDEMBERG PAIVA FERREIRA
Diretor do Centro de Ciências

CRISTINA PAIVA DA SILVEIRA CARVALHO
Vice-diretora

ADRYANE GORAYEB NOGUEIRA CAETANO
Chefe do Departamento de Geografia

RUBSON PINHEIRO MAIA
Subchefe do Departamento

CARLOS HENRIQUE SOPCHAKI
Coordenador do curso

DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO
Vice-Coordenador

DÉBORA DA SILVA MORAIS
Servidora Técnico-Administrativa da Coordenação do Curso de Geografia

CHRISTIAN DENNYS MONTEIRO DE OLIVEIRA
DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO
JADER DE OLIVEIRA SANTOS
FLÁVIO RODRIGUES DO NASCIMENTO
ADRYANE GORAYEB NOGUEIRA CAETANO (suplente)
EDSON VICENTE DA SILVA (suplente)
MARIA EDIVANI SILVA BARBOSA (suplente)
TIAGO VIEIRA CAVALCANTE (suplente)
Membros do Colegiado

CARLOS HENRIQUE SOPCHAKI
CHRISTIAN DENNYS MONTEIRO DE OLIVEIRA
DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO
MARIA EDIVANI SILVA BARBOSA
JADER DE OLIVEIRA SANTOS
TIAGO VIEIRA CAVALCANTE
Membros do NDE

CARLOS HENRIQUE SOPCHAKI
CHRISTIAN DENNYS MONTEIRO DE OLIVEIRA
DÉBORA DA SILVA MORAIS
DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO
JADER DE OLIVEIRA SANTOS
MARIA EDIVANI SILVA BARBOSA
MARTA CELINA LINHARES SALES
TIAGO VIEIRA CAVALCANTE
Comissão de elaboração

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 6

1.1 Diretrizes Curriculares 7

1.2 Histórico da UFC 11

1.3 Histórico do Curso de Geografia 12

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 18

2.1 Nome do curso 18

2.2 Titulação conferida 18

2.3 Modalidade do curso 18

2.4 Duração do curso 18

2.5 Carga Horária Total do curso 18

2.6 Regime do curso 18

2.7 Número de vagas oferecidas por semestre/ano 18

2.8 Turnos previstos 19

2.9 Ano e semestre de início de funcionamento do curso 19

2.10 Ato de Autorização 19

2.11 Processo de ingresso 19

2.12 Princípios norteadores 22

2.13 Objetivos do curso 25

2.14 Perfil profissional do egresso 26

2.15 Áreas de atuação do futuro profissional 29

3 ESTRUTURA CURRICULAR 30

3.1 Conteúdos curriculares 31

3.1.1 A Curricularização da Extensão na Modalidade Unidade Curricular Especial de Extensão 38

3.1.2 Curricularização em Componentes Curriculares 40

3.2 Unidades e Componentes curriculares 41

3.3 Integralização curricular 51

3.3.1 Componentes curriculares obrigatórios por semestre, cargas horárias e pré-requisitos 52

3.3.2 Componentes curriculares optativos, cargas horárias e pré-requisitos 56

3.3.3 Distribuição da Carga Horária entre os diversos componentes curriculares 59

3.3.4 Prazos para integralização do curso – número de semestres 59
3.3.5 Carga horária mínima, média e máxima por semestre 60
3.3.6 Componentes equivalentes 60
3.4 Atividades práticas de ensino para as Licenciaturas 62
3.5 Infraestrutura para ensino e aprendizagem 64
3.6 Metodologias de ensino e aprendizagem 65
3.7 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem 71
3.8 Estágio Curricular Supervisionado 73
3.9 Atividades Complementares 75
3.10 Trabalho de Conclusão de Curso 79
3.11 Ementário e bibliografias 83

4. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO 177
4.1 Coordenação 177
4.2 Colegiado 182
4.3 Núcleo Docente Estruturante 184
4.4 Integração com as redes públicas de ensino 186
4.5 Apoio ao discente 189
4.6 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa 198

5. INFRAESTRUTURA DO CURSO 200
5.1 Recursos Humanos 200
5.2 Recursos Materiais e Infraestrutura 201

6. REFERÊNCIAS 205

7. ANEXOS 206
ANEXO I - MANUAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO 206
ANEXO II - MANUAL DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 213
ANEXO III – MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES 218
ANEXO IV – MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 224
ANEXO V – REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 229
ANEXO VI - LISTA DE DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO 234

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Geografia/Licenciatura contempla o conjunto de diretrizes filosóficas, organizacionais e operacionais que evidenciam as novas propostas para a formação do licenciado em Geografia na Universidade Federal do Ceará. Resultou de um processo de reflexão interna, frente à nova realidade do saber e do conhecimento na contemporaneidade. A elaboração deste documento representa o esforço e o trabalho colaborativos dos discentes, docentes (efetivos e substitutos), técnicos administrativos, funcionários que fizeram e fazem o curso de Geografia da UFC ao longo dos 60 anos de sua existência. Em especial, baliza-se nas contribuições daqueles que estiveram à frente da Coordenação de Curso, do Departamento de Geografia, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e demais professores (inclusive alguns professores aposentados) e da representação estudantil (Centro Acadêmico Amélia Alba - CAAA).

O desenho curricular assumido neste documento resulta de avaliações e contribuições pensadas, no decurso dos anos, por coordenações que formularam propostas de currículos para o curso de Geografia da UFC, nas gestões de diversos professores: Francisco Coelho de Figueredo (1975-1983), Maria Albanita Mendes Leitão (1983-1985), Marcos José Nogueira de Sousa (1985-1987), Zenilde Baima Amora (1987-1991), José Levi Furtado Sampaio (1991-1993), Eustógio Wanderley Correia Dantas (1993-1995), Paulo Roberto Lopes Thiers (1995-1996 e 2013-2015), Maria Florice Raposo Pereira (1996-1998 e 2006-2010), Maria Salete de Souza (1998-2002), Fátima Maria Soares Kelting (1º semestre de 2003), Maria do Céu de Lima (2003-2005 e 2015-2017), Christian Dennys Monteiro de Oliveira (2010-2013), Iara Rafaela Gomes (2017-2019), Tiago Vieira Cavalcante (2019-2022) e, atualmente, Carlos Henrique Sopchaki (2022-2025).

As mudanças na matriz curricular foram paulatinamente incorporadas, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1990, tendo em vista as transformações que marcam a vida social: avanços tecnológicos e informacionais; mundialização da economia; a globalização da informação e da comunicação; o avanço da ciência; as transformações no campo geográfico, entre outras. As reformas curriculares são inevitáveis e exigem dos cursos de formação de professores “novas atitudes docentes” (LIBANEO, 2011). O contexto social,

econômico, político, cultural e ambiental demanda uma organização curricular coerente às novas exigências educacionais contemporâneas, o que redefine o papel do professor como sujeito crítico, criativo e ativo no processo de ensino e aprendizagem.

Essa realidade demanda expressivas mudanças curriculares dos cursos de Graduação/Licenciatura, algumas de grande impacto, a exemplo das realizadas no período de 2005, como resultado das diretrizes indicadas pelas Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e nº 2/2002. A primeira Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; a segunda Resolução institui a duração e a carga horária dos cursos de graduação, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Essas diretrizes trouxeram mudanças substanciais, tanto no que se refere ao conteúdo, quanto em relação à carga horária, destinada a formação docente. Desde 2005, investimos numa formação que não mais se baseia na perspectiva técnica ou no "currículo profissional normativo" (SCHÖN,1995, p. 91), que primeiro apresenta a ciência de base e depois os conhecimentos didático-pedagógicos.

Essa proposta de formação para o magistério busca valorizar não apenas a ciência de base, ou seja, os conhecimentos "produzidos pelas universidades a respeito do ensino", mas, sobretudo busca o equilíbrio entre aqueles conhecimentos e "os saberes desenvolvidos pelos professores em suas práticas cotidianas" (TARDIF, 2012, p. 23). Assim, o licenciando em Geografia tem desde o início do curso uma conexão direta com o campo profissional - a escola, onde teoria e prática se articulam promovendo um novo conhecimento acerca do espaço escolar, do sistema educativo e da profissão docente. Esse novo conhecimento se origina das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da mobilização dos diversos saberes no exercício prático, quais sejam: os saberes disciplinares, os saberes curriculares, os saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica) e os saberes experienciais (TARDIF, 2012).

1.1 Diretrizes Curriculares

Os dispositivos legais que nortearam a elaboração do Projeto Pedagógico tomaram como referência os seguintes documentos:

- Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional): estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, define que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação (Art. 62);

- Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002: define as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia e o Parecer nº 492/2001 especifica o perfil do egresso, as habilidades e competências, a organização dos cursos, os conteúdos curriculares, os estágios e as atividades complementares e as formas de avaliação;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- Lei nº 6.664/1979: disciplina a profissão do geógrafo e dá outras providências;

- Referências Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura, de abril de 2010: descreve sobre o perfil do egresso, temas abordados na formação, ambiente de atuação e infraestrutura recomendada;

- Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007: dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

- Resolução nº 28/CEPE, de 1º de dezembro de 2017: dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFC;

- Decreto Presidencial nº 5.626/2005: regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- Lei nº 10.639/2003: estabelece as diretrizes da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática

“História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências; e a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 10.639/2003 e inclui “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de Maio de 2012: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Lei 13.005/2014. Aprova o plano nacional de educação – PNE e dá outras providências;

- Resolução nº 32/CEPE, de 30 de outubro de 2009: disciplina o Programa de Estágio Curricular Supervisionado para os estudantes dos cursos regulares da UFC.

- Resolução nº 7/CEPE, de 17 de junho de 2005: dispõe sobre as Atividades Complementares nos cursos de graduação da UFC;

- Resolução CNE/CP 1/2019. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

- Resolução CNE/CP 2/2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

- Portaria PROGRAD 31/2022. Define o plano de ajustes dos valores das cargas horárias semestrais mínima, média e máxima dos currículos vigentes dos cursos de graduação.

- Estatuto da UFC. Contém as definições e formulações básicas para a organização e o funcionamento da Universidade;

- Regimento Geral da UFC. Disciplina aspectos da organização e funcionamento comuns aos diversos órgãos e serviços da UFC, completando o estatuto a que se incorpora;

- Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027. Universidade Federal do Ceará, 2023.

- Manual de Normatização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Geografia;

- Documento Orientador para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular – COPAC.

Este Projeto, previsto para iniciar em 2024, incorpora as discussões e reflexões sobre formação de professores, realizadas pela Pró-Reitoria de Graduação, pela Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular, pelo Grupo de Trabalho das Licenciaturas (GTL), pelas Coordenações dos Cursos de Licenciatura, pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), pelo Centro Acadêmico Amélia Alba (CAAA) do curso de Geografia, demais docentes e discentes, e tem como objetivo buscar elementos para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores, coerentes com as novas exigências legais e as demandas da realidade social.

A operacionalização do Projeto Pedagógico se dá pela observância a essa normatização e articulação entre os diversos componentes curriculares (disciplinas, práticas de ensino, estágios curriculares, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso) a fim de garantir uma formação integrada por meio das políticas institucionais de pesquisa, ensino e extensão; tem como missão principal formar profissionais da docência qualificados capazes de atuar na Educação Básica e na Educação Superior construindo e difundindo conhecimentos científicos, artísticos e culturais, agindo com ética e divulgando esses valores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da educação no Ceará, no Nordeste e no Brasil.

Ademais, o PPC é o documento que orienta as ações de todos os profissionais e estudantes envolvidos no Curso de Geografia. Sua observância conduz a um trabalho coletivo, fundamentado no respeito, na ética e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Projeto ora apresentado é fruto dessa avaliação contínua e nele estão contidos aspectos formais do currículo organizado em sete partes, incluindo esta APRESENTAÇÃO. Na segunda parte, explicitamos sobre a IDENTIFICAÇÃO DO CURSO; na terceira, expomos sobre a ESTRUTURA CURRICULAR; na quarta, escrevemos sobre a GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO; na quinta, descrevemos a

INFRAESTRUTURA DO CURSO; na sexta e sétima partes estão, respectivamente, as REFERÊNCIAS e os ANEXOS.

1.2 Histórico da UFC

A Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma Autarquia Federal de Regime Especial vinculada ao Ministério da Educação. Nasceu como resultado de um amplo movimento de opinião pública. Foi criada pela Lei Federal nº 2.373 de 16/12/1954, publicada em 23/12/1954. A sua instalação ocorreu em 25/06/1955.

A função de Governo predominante da UFC é a educação, com atividades exercidas no âmbito do ensino, investigação científica e extensão.

A sede da UFC está localizada na Avenida da Universidade, nº 2853, Bairro Benfica – CEP 60020-181, Fortaleza Ceará, Brasil. A UFC é um braço do sistema do Ensino Superior do Ceará e sua atuação tem por base todo o território cearense, de forma a atender às diferentes escalas de exigências da sociedade.

No início, sob a direção de seu fundador, Professor Antônio Martins Filho, a UFC era constituída pela Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

A Universidade é composta de oito campi, denominados Campus do Benfica, Campus do Pici e Campus do Porangabuçu, todos localizados no município de Fortaleza (sede da UFC), além do Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Crateús, Campus de Russas e Campus de Itapajé. Ao todo, a UFC é composta por 18 Unidades Acadêmicas: Centro de Ciências, Centro de Humanidades, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Tecnologia, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Faculdade de Medicina, Instituto de Ciências do Mar, Instituto de Cultura e Arte, Instituto de Educação Física e Esportes, Instituto Universidade Virtual, Campus da UFC em Crateús, Campus da UFC em Quixadá, Campus da UFC em Itapajé, Campus da UFC em Russas, Campus da UFC em Sobral.

A Universidade Federal do Ceará, que há mais de 60 anos mantém o compromisso de servir à região, sem esquecer o caráter universal de sua produção, chega hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em seus campi.

Assim, tem a missão de formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores éticos, científicos, artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil.

1.3 Histórico do Curso de Geografia

O Curso de Licenciatura em Geografia foi criado junto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Ceará em 25 de janeiro de 1961, através da Lei nº 3866/61, mas a sua implantação só ocorreu em março de 1963. Após consolidado o curso de licenciatura foi instituído, em 1969, o curso de Bacharelado em Geografia.

Desde 1947, existia em Fortaleza, o Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia Católica do Ceará, mantida pelos Irmãos Maristas e em 1966, encampada pelo governo de Virgílio Távora, recebendo a denominação de Faculdade de Filosofia do Ceará (FAFICE). Em 1975, ela passa a fazer parte da recém-criada Universidade Estadual do Ceará.

O reitor da UFC, Antônio Martins Filho, busca no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro, apoio para criação de um curso de Geografia que visasse não só formar professores, mas também técnicos para atender a demanda dos órgãos de planejamento que se implantavam no estado do Ceará. Para esta missão foi indicada a recém doutora em Geografia Física pela Universidade de Strasbourg – França, Amélia Alba Nogueira Moreira.

Nos anos 1960, após segunda guerra, o país e o mundo passavam por uma fase de crescimento econômico, como também da constatação das grandes desigualdades sociais e espaciais. Teorias do desenvolvimento econômico tentam explicar o subdesenvolvimento e a proposta é a adoção do planejamento econômico e regional para superar as desigualdades. Depois do exitoso Plano de

Metas do governo Juscelino Kubistchek (1956-1960), o Governador do Estado do Ceará, Virgílio Távora (1963-1966), aprova o Plano de Metas do Governo do Ceara (PLAMEG), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID) e o Programa Alimentos pela Paz. Para a implementação deste projeto de modernização do estado, órgãos foram criados tais como a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), o Banco do Estado do Ceará e Secretaria Extraordinária de Planejamento, dentre outros.

A Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC) vai ser responsável por planos diretores, mapeamentos, e outros importantes trabalhos na área de Geografia. Dentre eles, destacam-se documentos que são referências para compreensão do Ceará dos anos 1960 e 1970, como o Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará (1964) e o Atlas do Ceará (1973), este último publicado pelo IBGE/SUDEC, coordenado por Amélia Alba Nogueira Moreira, com participação de professores do curso de Geografia da UFC.

Amélia Alba Nogueira Moreira, além de convidar a doutora em Geografia Humana pela Universidade de Strasbourg – França Ana Carvalho, visando aprimorar a formação dos estudantes, chama para cursos de curta duração eminentes professores de outras universidades brasileiras e estrangeiras e geógrafos do IBGE, tais como, Milton Santos, Lysia Bernardes, Maria do Carmo Galvão, Caio Prado Jr., Tereza Cardoso, Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Roberto Lobato Corrêa, Jean Tricart, Michel Rochefort, Jacqueline B. Garnier, Orlando Ribeiro. O quadro foi se ampliando com a contratação de professores de outros cursos e estados. Posteriormente, o quadro de professores foi sendo ocupado por ex-alunos da UFC e de outras instituições.

A fragmentação da Faculdade de Filosofia permite a criação de institutos, dentre eles o de Instituto de Geociências (Decreto 62.279 de 21.12.1968), e que além do curso de Geografia, incorpora em 1969, o curso de Geologia.

Com o Ato Institucional de 1968, o panorama político-cultural permanecia sob a expectativa gerada pelas possibilidades de uma reforma universitária, instalada oficialmente pela Lei 5.540/68. No entanto, somente em 1973, a Reforma Universitária foi implantada, sendo extintos os Institutos e as Faculdades e

constituídos os Centros, os Departamentos e os Cursos. Extintos os cargos de Diretor de Faculdade, cada Curso passou a contar com um Coordenador, conforme Decreto nº 71.882 de 2 de março de 1973. O Departamento de Geociências englobava os Cursos de Geografia e Geologia.

Com o crescimento dos cursos de Geografia e de Geologia, em 1983, o Departamento de Geociências foi desmembrado em dois Departamentos vinculados diretamente ao Centro de Ciências.

A premente necessidade por especialistas em questões ambientais e regionais, induziu o Departamento de Geografia a implantar a partir de 1987, dois cursos de especialização que funcionaram ininterruptamente até 1994, abordando os temas: "Nordeste: Questão Regional e Questão Ambiental" e Análise Geo-ambiental e técnicas de avaliação em recursos naturais". Estes cursos repercutiram intensa e positivamente na comunidade geográfica local, atraindo profissionais de áreas afins como Sociologia, Arquitetura, Economia, Biologia, etc. oriundos do estado do Ceará e de outros centros do país.

Para atender a demanda da sociedade e do mercado de profissionais especializados voltados para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste do Brasil, o Departamento de Geografia, associado aos Departamentos de Biologia e Economia Agrícola, implantaram, em 1995, o programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Participam deste programa sete universidades do Nordeste do Brasil, uma formação "em rede", pioneira na região, e que em 2010, implantou o doutorado, avaliado em 2017, pelo Comitê Científico da CAPES com nota 5 (cinco).

O Programa de Pós-graduação em Geografia da UFC foi implantado em 2004, com o curso de Mestrado Acadêmico, e teve o Doutorado aprovado em 2008. Consolidou-se, após sua terceira avaliação CAPES, com NOTA 5, no triênio 2011-2013, e avançou no desafio de ampliar seu alcance nacional e internacional na avaliação CAPES 2013-2016 quando o programa obteve nota 6, mantendo esta nota na avaliação CAPES 2017-2020. Conta com duas revistas de expressão nacional: Mercator, avaliada com Qualis A1, e Geosaberes, Qualis A2 (CAPES 2017-2020).

Os Cursos de Especialização em Ensino de Geografia (2005-2007) e Turismo e Gestão Ambiental em Municípios (2006-2008) também integraram os esforços do Programa de Pós-graduação em qualificar geógrafos e licenciados em geografia da UFC e de instituição parceiras, ampliando a preparação dos egressos para vida profissional.

Os cursos de graduação e pós-graduação possuem um corpo docente de doutores, qualificados em grandes centros de pesquisa e universidades brasileiras (USP, UFRJ, UFF, UFPE, UNESP, UFPR, UFS, UFC e UECE), e estrangeiras (Paris IV – Sorbonne, Bourdeaux, Strasbourg, Barcelona, Zaragoza, Sevilha, Almería e Texas). Este quadro de professores, formados em centros com diferentes linhas de pensamento, favorece a atualização e renovação da produção do conhecimento geográfico e tem favorecido a realização de parcerias internacionais nas pesquisas, inclusive com financiamentos internacionais.

Desde sua criação, o Curso de Geografia vem assumindo sua tarefa institucional de formação de recursos humanos, pautada pelo lema que referencia as atividades da UFC – O Universal pelo Regional. Esta perspectiva tem possibilitado: a) ações docentes orientadas pela criticidade, ética e competência técnico-pedagógico-humanista; b) pesquisas que visam a melhoria das condições de vida e da educação no Ceará; c) atividades extensionistas, que visam atender demandas da sociedade, de modo especial prestando serviços à comunidade através de consultorias, representações em entidades que atuam em defesa ambiental e social, os quais, mediante seus pareceres, elucidam pontos de caráter técnico-científico sobre os quais lhes competem fornecer os devidos esclarecimentos; bem como atividades docentes não formais – por meio de cursos, palestras, conferências, entrevistas, publicações, entre outras ações que são solicitadas ao corpo docente.

O Projeto que ora apresentamos contempla o conjunto de diretrizes filosóficas, organizacionais e operacionais que evidenciam as novas propostas para a formação do licenciado em Geografia na Universidade Federal do Ceará. Resultou de um longo processo de reflexão interna, frente à nova realidade do saber e do conhecimento na contemporaneidade, baliza-se nas contribuições e demandas dos que estiveram à frente do trabalho na Coordenação de Curso e no Departamento

de Geografia, contou com a participação dos professores (inclusive de alguns colegas que já se aposentaram) e da representação estudantil (Centro Acadêmico Amélia Alba).

O desenho curricular assumido neste documento resulta de avaliações e contribuições pensadas, no decurso de mais de duas décadas, por coordenações que formularam propostas de reforma curricular para o curso de Geografia da UFC, nas gestões de vários professores: Zenilde Baima Amora, Maria Florice Raposo Pereira, José Lévi Furtado Sampaio, Fátima Maria Soares, Eustógio Wanderley Correia Dantas, Maria Salete de Souza, Maria do Céu de Lima, Christian Dennys Monteiro de Oliveira, Tiago Vieira Cavalcante e Carlos Henrique Sopchaki. Nesse tempo muitas mudanças foram paulatinamente incorporadas ao perfil do curso. Mas somente no período de 2005 a 2010 conseguiu-se desenhar uma proposta geral, bem como atualizá-la, para atender aspectos legais e institucionais, submetendo-a à aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia e posteriormente ao Colegiado do Centro de Ciências e a Pró-Reitoria de Graduação desta Universidade. Portanto, este documento consolida o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Ceará em atendimento às diretrizes curriculares e aprovado em reunião do Colegiado da Coordenação do Curso em 11 de novembro de 2004, conforme Estatuto e Regimento da Universidade Federal do Ceará/1991.

Um grande desafio foi vencido: avaliar e definir, conjuntamente, novas perspectivas para o trabalho que já se realiza cotidianamente. Realizamos o propósito de repensar o curso de Licenciatura em Geografia da UFC tendo em vista a manutenção da Universidade Pública, como um espaço cultural democrático e de produção/mediação de saberes orientados para: romper com a visão conservadora e articuladora de um discurso objetivo e neutro, que separa questões políticas de questões culturais e sociais; incorporar avanços científico-tecnológicos da cultura acadêmica e os saberes comuns emergentes da cultura popular que se integram à prática político-pedagógica; e interagir com a sociedade (dos movimentos sociais ao setor produtivo), assegurando a liberdade de pensamento inerente à natureza da UFC. A proposta contempla o curso de Licenciatura em Geografia direcionado à

formação docente, com os elementos que lastreiam a concepção do curso, o currículo pleno e a sua operacionalização.

Este projeto político pedagógico incorpora as discussões e reflexões sobre formação de professores, realizadas pela Coordenação das Disciplinas Pedagógicas das Licenciaturas, Pró-Reitoria de Graduação, Coordenações dos Cursos de Licenciaturas e professores desses cursos, com o objetivo buscar elementos para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores coerentes com as novas exigências legais e as demandas da realidade social. O qual se fundamenta no pressuposto que a profissão docente exige uma formação específica, uma vez que, para o seu exercício, não é suficiente o domínio do conteúdo da área em que vai atuar. É preciso capacitar o docente para compreender criticamente a educação e o ensino, assim como seu contexto sócio-histórico. É fundamental também oferecer elementos para uma atuação consciente nesta realidade, no sentido da sua transformação, da superação das dificuldades e problemas atuais. Bem como em favor de uma formação específica para o licenciado em Geografia, cuja ação docente exigirá, além de saberes técnicos, outros conhecimentos, outras habilidades e competências, ou seja, a compreensão de diferentes dimensões da docência, não esgotáveis apenas pelo domínio dos conhecimentos específicos.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do curso

Licenciatura em Geografia

2.2 Titulação conferida

Licenciado(a) em Geografia

2.3 Modalidade do curso

Presencial

2.4 Duração do curso

Mínimo de 4 anos e máximo de 6 anos

2.5 Carga Horária Total do curso

3200 horas

2.6 Regime do curso

Semestral

2.7 Número de vagas oferecidas por semestre/ano

São oferecidas 50 vagas anuais para o curso de Licenciatura com duas entradas, uma no início do ano e a outra no meio do ano. A cada semestre são ofertadas 25 vagas à Licenciatura com funcionamento diurno, priorizando a oferta das disciplinas em turno único.

2.8 Turnos previstos

Manhã e Tarde

2.9 Ano e semestre de início de funcionamento do curso

Primeiro semestre de 1963

2.10 Ato de Autorização

Lei nº 3866/61 de 25 e janeiro de 1961

2.11 Processo de ingresso

O ingresso ocorre via processo seletivo nacional unificado (desde 2010) em conformidade com a adesão da UFC ao Sistema ENEM-SISU, do Ministério da Educação, destinando 50 vagas anuais para o curso de Licenciatura em Geografia, sendo 25 vagas para o ingresso no primeiro semestre e as demais 25 vagas para o ingresso no segundo semestre.

A UFC oferta suas vagas nos Cursos de Graduação Presencial (com exceção de Letras-Libras) no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Governo Federal. Para concorrer, é necessário ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em sua edição mais recente.

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é o sistema eletrônico gerido pelo Ministério da Educação (MEC) no qual instituições públicas de ensino superior, entre elas a Universidade Federal do Ceará, oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

A cada edição, as instituições públicas de ensino superior que optam por participar do SISU ofertam vagas em seus cursos. Ao final do período de inscrições, são selecionados, por curso e modalidade de concorrência, em ordem de classificação, os candidatos dentro do número de vagas ofertadas.

O processo seletivo do SISU tem uma única etapa de inscrição, em período definido e divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). A inscrição é gratuita, em

uma única etapa e feita pela Internet, por meio do Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.

No ato da inscrição, o candidato escolhe até duas opções de curso, em ordem de preferência, dentre as ofertadas. Durante o período de inscrição, o candidato pode alterar suas opções de curso. Será considerada válida a última inscrição confirmada.

Diariamente, a partir do segundo dia, o SISU calcula e divulga a nota de corte para cada curso. A nota de corte é a menor nota para ficar entre os selecionados na modalidade escolhida de um determinado curso, com base no número de vagas e no total de candidatos inscritos.

Ao final da etapa de inscrição no SISU, o sistema seleciona automaticamente os candidatos melhor classificados em cada curso, por modalidade de concorrência, dentro do número de vagas em cada curso, de acordo com suas notas obtidas na edição mais recente do ENEM.

É realizada uma chamada regular na data determinada pelo MEC. Os candidatos selecionados têm um prazo para efetuar a matrícula na instituição.

O candidato selecionado na Universidade Federal do Ceará (UFC) deve observar datas, procedimentos e documentação para matrícula informados no edital próprio da UFC.

Podem manifestar interesse em participar da Lista de Espera, os candidatos que não foram aprovados na chamada regular do SISU para nenhuma de suas duas opções de curso. O candidato pode manifestar interesse na Lista de Espera em apenas uma de suas duas opções de vaga. Quem foi selecionado em qualquer uma das duas opções de curso não tem direito a participar da Lista de Espera, independentemente de solicitar ou não matrícula.

Informações mais detalhadas sobre o SISU na UFC podem ser encontradas em: www.sisu.ufc.br.

Conforme exposto anteriormente, através do SISU são destinadas 50 vagas anuais para o curso de Licenciatura em Geografia, sendo 25 vagas para o ingresso no primeiro semestre e as demais 25 vagas para o ingresso no segundo semestre.

Clique aqui para retornar ao Sumário

Além dessas vagas regulares ofertadas via SISU, ocorrem também ingressos a partir de outros editais geridos pela Pró-Reitoria de Graduação: Admissão de Graduado, Mudança de Curso, Transferência de outra Instituição de Ensino Superior.

O processo de Admissão de Graduados ocorre uma vez por ano. É regido por edital específico publicado em data informada no Calendário Universitário, no site da PROGRAD, com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em uma de suas cinco edições mais recentes. Em caso de o candidato ter participado de mais de uma edição, o sistema selecionará automaticamente a nota mais alta.

A UFC exige uma nota mínima para participar da seleção, sendo necessário ter obtido nota final mínima de 500 no ENEM. A oferta de vagas é definida tendo como critérios o limite de vagas anuais autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC), a capacidade de incorporação de novos alunos por cada curso e o alinhamento das atividades acadêmicas de cada curso em relação ao Calendário Universitário da UFC. O candidato pode concorrer a somente um curso um curso na UFC no processo seletivo de admissão de graduado.

O processo de mudança de curso corre uma vez por ano, regido por edital específico publicado no site da PROGRAD, no segundo semestre. Podem participar alunos em situação regular, no semestre anterior ao da seleção, em cursos de graduação presenciais da UFC. Por exemplo, para a seleção de ingresso em 2023, foi necessário ter matrícula ativa (regular, institucional ou trancada) em 2022.2.

O candidato deve verificar as normas do edital vigente. Para seleção de ingresso em 2023, por exemplo, os candidatos deveriam ter integralizado no mínimo 300 horas e no máximo 1.500 horas de carga horária no curso atual até o último dia de inscrição (considera-se a carga horária total integralizada constante no histórico do candidato, ou seja, todas as disciplinas aproveitadas ou cursadas com aprovação).

A Transferência de Outras Instituições de Ensino Superior é um mecanismo que prevê a admissão de estudantes oriundos de outras IES. Pode ser de caráter obrigatório ou facultativo.

A Transferência obrigatória ou ex officio é aquela que, independentemente da existência de vaga, é destinada a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu(s) dependente(s), que tenha sido transferido por necessidade de serviço e seja proveniente de instituições de ensino superior públicas.

A Transferência facultativa depende da existência de vagas no curso pretendido e de processo seletivo, com aproveitamento da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme estabelecido no edital de seleção.

O processo de transferência de outras Instituições de Ensino Superior (I.E.S.) ocorre uma vez por ano. É regido por edital específico, publicado no site da PROGRAD, em data informada no Calendário Universitário. A seleção é baseada na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em uma de suas cinco edições mais recentes. Em caso de o candidato ter participado de mais de uma edição, o sistema selecionará automaticamente a nota mais alta.

Para concorrer a uma vaga via processo de transferência de outras IES é necessário ter obtido nota final mínima de 500 no Enem. A oferta de vagas é definida tendo como critérios o limite de vagas anuais autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC), a capacidade de incorporação de novos alunos por cada curso e o alinhamento das atividades acadêmicas de cada curso em relação ao Calendário Universitário da UFC. Para concorrer na seleção para entrada em 2023, por exemplo, o ano letivo de ingresso do candidato do(a) candidato(a) em seu curso de vínculo atual deveria ser obrigatoriamente 2019, 2020 ou 2021.

2.12 Princípios norteadores

Considera-se este Projeto como um investimento social, político e cultural que visa tornar o ensino e o aprendizado de Geografia consciente e instigante, ultrapassando limites disciplinares ao compreender o saber em sua dimensão espacial. Essa vertente analítica reafirma os elementos fundamentais, assegurando uma sólida formação dos sujeitos para atuação como profissionais da Ciência Geográfica. Essa formação, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deverá se guiar pelos princípios da sustentabilidade, inovação, empreendedorismo, internacionalização, governança e inclusão.

Considerar os princípios citados é entender que, no âmbito da Geografia, a sustentabilidade refere-se aos temas por esta ciência tratados, sempre inteirados com as mais diversas relações que o ser humano tem com o meio ambiente. Inovação, nesse sentido, é estar atento, epistemologicamente, aos conceitos e temas atuais, aos novos problemas que o mundo oferece à capacidade do Licenciado em Geografia, capacidade relacional, transversal, sempre em diálogo com outros conhecimentos, preocupada com a justa ordenação do espaço geográfico. O empreendedorismo, nesse contexto, em diálogo com o instrumental e as técnicas apreendidas pelo profissional de Geografia, remete à compreensão do mundo em seu dinamismo: elaboração e leitura de mapas, croquis e cartas; gestão e organização dos espaços escolares; interpretação da dinâmica social e natural dos mais diversos lugares; caracterização geográfica de paisagens naturais e culturais; entre outras competências. Com o Programa de Pós-Graduação em Geografia, tendo o mestrado iniciado no ano de 2004 e o doutorado no ano de 2009, as vivências e experiências, acadêmicas e profissionais, são expandidas, internacionalizadas, em constante diálogo com profissionais do exterior e a aprovação e organização de projetos e eventos de alcance internacional, responsáveis por trazer à instituição e aos seus estudantes as mais pertinentes discussões geográficas. Atenta a esse dinamismo, a governança do Departamento de Geografia compreende nas mais diversas escalas os aspectos políticos, culturais e econômicos característicos do mundo, se aproximando das demandas, das mudanças, incluindo as necessidades daqueles que buscam estudar Geografia e daqueles que precisam do conhecimento geográfico para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Alinhado a esse norte, o percurso formativo na Licenciatura em Geografia, assenta-se nos princípios em que crescer, desenvolver, transformar e inovar não sejam sinônimos de exclusão ou destruição (do ser humano e do meio ambiente, respectivamente), conferindo ao ser humano o pleno exercício dos seus direitos e liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e cidadania (Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015), desenvolvendo uma ética ambiental que oriente práticas democráticas, solidárias, respeitosas com a natureza e com o ambiente construído.

Dessa maneira, a atuação do profissional docente em Geografia, como cidadão, deverá se fundamentar por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade. Assim sendo:

- Que o ser humano seja o princípio e fim do processo educativo, no qual haja comprometimento com a ética na busca da verdade e do conhecimento;
- Que prevaleça uma integração entre formação básica e diferenciada, pedagógica e humanista-cultural, garantindo a esta uma flexibilidade que possibilite o acompanhamento das transformações naturais, socioambientais, culturais e políticas, respeitando a liberdade de expressão e criação;
- Que haja compromisso com o fortalecimento da cultura acadêmica, através da interação do ensino, pesquisa e extensão;
- Que reflita e articule teoria e prática, humanismo e técnica.
- Na busca de assegurar uma identidade própria no contexto da formação do geógrafo-educador propomos uma organização curricular que possibilite:
- Integração entre a universidade, escola básica e os diversos movimentos, setores e organizações sociais;
- Uso de novas tecnologias como mais uma possibilidade de construção/divulgação de conhecimentos e desenvolvimento da capacidade crítica e criativa;
- Desenvolvimento da autonomia do professor, entendido como protagonista de seu desenvolvimento profissional e pessoal;
- Acesso às artes e aos bens culturais, com atendimento às demandas da diversidade;
- Superação das dicotomias (entre conhecimentos específicos e conhecimentos pedagógicos, entre Geografia Física e Geografia Humana);
- Compreensão crítica da escola e seu contexto sociocultural e desenvolvimento da capacidade de atuar como agente transformador;
- Formação pedagógica para refletir, criar, planejar, executar, gerir, e avaliar situações didáticas que favoreçam o desenvolvimento dos alunos;

- Conhecimentos que capacitem o docente a realizar a transformação didática dos conteúdos específicos para as situações de ensino e aprendizagem;
- Conhecimentos sobre os sujeitos aos quais se dirige a educação básica (crianças, adolescentes, jovens, adultos, alunos neurodivergentes e com necessidades especiais) em seus diferentes contextos socioculturais;
- Compreensão dos fundamentos sociais, históricos, filosóficos, psicológicos e pedagógicos da ação docente;
- Incorporação de atividades, problemáticas, estudos, minicursos, disciplinas optativas, debates, seminários que acolham interesses, inovações, temáticas emergenciais e polêmicas contemporâneas características da dinâmica social e do constante avanço do conhecimento;
- Flexibilidade curricular que possibilite não só a formação de competência técnica como também o compromisso da ciência com as transformações sociais;
- Superação da visão do professor como "transmissor" de conhecimentos; estando este cada vez mais capacitado na elaboração dos saberes escolares.

2.13 Objetivos do curso

Objetivo geral:

- Formar professores de Geografia alicerçados em concepções teóricas e metodológicas coerentes com a ciência geográfica, conscientes da importância de ensinar-aprender as mais diversas relações estabelecidas entre o ser humano e o meio ambiente, a fim de promover um ensino significativo e consequente na Educação Básica.

Objetivos específicos:

- Capacitar profissionais para trabalhar as múltiplas dimensões da relação sociedade–natureza e das amplas interfaces do conhecimento geográfico como uma totalidade dinâmica, com vistas a uma ação transformadora da realidade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;

- Proporcionar ao Licenciado em Geografia habilidades e competências para compreender as complexas interações existentes entre a sociedade e a natureza no mundo atual e realizar pesquisas nos diversos campos do saber, essenciais para enriquecer, produzir e difundir o conhecimento geográfico.
- Atender às transformações que vêm ocorrendo no campo do conhecimento geográfico através do aprofundamento teórico e metodológico no âmbito da pesquisa, ensino e extensão;
- Capacitar o docente de Geografia para desenvolver uma prática pedagógica condizente com a construção do conhecimento através de uma reflexão crítica da sociedade, além de possibilitar uma maior capacidade de análise sobre sua prática;
- Aprofundar conhecimentos sobre as novas metodologias e tecnologias de análise, interpretação e representação do espaço;
- Considerar que a incorporação da sustentabilidade ambiental no novo modelo de desenvolvimento deu ensejo à valorização da concepção do ambiente como um sistema complexo de relações e interações entre processos naturais e socioeconômicos.

2.14 Perfil profissional do egresso

Este Projeto se fundamenta no pressuposto de que a profissão docente exige, ao mesmo tempo, uma formação específica e ampla, uma vez que, para o seu exercício, não é suficiente o domínio do conteúdo da área em que vai atuar. No caso do Licenciado em Geografia, temos um profissional cujo perfil exige a compreensão dos elementos e processos naturais e sociais, com base nos fundamentos e métodos da Ciência geográfica. É necessário capacitar o docente para compreender criticamente a educação e o ensino, assim como seu contexto sócio-histórico; é fundamental oferecer elementos para uma atuação consciente nesta realidade, no sentido da sua transformação, da superação das dificuldades e problemas atuais; é fundamental oferecer uma formação específica para o Licenciado em Geografia, cuja ação docente exigirá, além de saberes técnicos, outros conhecimentos, outras

habilidades e competências, ou seja, a compreensão de diferentes dimensões da docência, não esgotáveis apenas pelo domínio dos conhecimentos específicos.

O licenciado em Geografia, segundo os Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura, de 2010, é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos ao Ensino de Geografia. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Geografia, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como, sobre estratégias para a transformação do conhecimento geográfico em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisa em Ensino de Geografia, coordena, supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

Nessa perspectiva, reafirmamos uma formação para os licenciandos que os habilite com os conhecimentos capazes de[1]:

- Tornar os conteúdos objetos de aprendizagem assimiláveis pelo aluno, despertando seu interesse pela diversidade e qualificação dos componentes curriculares;
- Situar, contextualizar, significar, problematizar, articular o conteúdo com a realidade;
- Comprometer-se com a aprendizagem discente criando situações, atividades, experiências que possam desencadear e instigar essa aprendizagem;
- Planejar, criar, executar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes no processo de ensino e aprendizagem;
- Desenvolver o hábito de refletir sua ação docente, como pauta de seu aperfeiçoamento;

[1] Baseado no documento: *Formação de Professores: subsídios para a elaboração dos projetos pedagógicos*, Fórum das Licenciaturas da UFC, março/ 2004; e no capítulo I da Resolução CNE/CP 2/2019.

- Compreender as dimensões: ética, social, política, cultural, ambiental e econômica da profissão; assim como seus fundamentos psicológicos, pedagógicos, históricos, filosóficos;
- Promover uma articulação interdisciplinar com as diferentes áreas do conhecimento, situando os saberes disciplinares no conjunto dos conhecimentos escolares;
- Adquirir conhecimentos sobre os alunos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, alunos neurodivergentes e com necessidades especiais) em seus diferentes contextos, considerando as seguintes modalidades de educação: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação à distância.
- Superar uma perspectiva reprodutiva do conhecimento por intermédio da formação do professor-pesquisador.
- Entender a educação e o ensino como processo em construção e não somente como produto a ser oferecido para os alunos sem a devida reflexão e discussão;
- Conhecer e assumir um posicionamento crítico em relação à legislação dos sistemas de ensino, bem como em relação às políticas destinadas à educação;
- Gerar condições de atualização e requalificação do futuro profissional e a proximidade com os desafios da pós-graduação.
- Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- Reconhecer os contextos de vida dos estudantes;
- Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais;
- Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- Criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino;
- Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades;
- Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;

- Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos;
- Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

2.15 Áreas de atuação do futuro profissional

O Licenciado em Geografia atua como professor em instituições de ensino públicas e privadas que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em Editoras e em órgãos públicos e privados que produzem a avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não formal, como feiras de divulgação científica, museus e unidades de conservação; em empresas que demandem sua formação específica e em institutos que desenvolvem pesquisas educacionais; em organizações não governamentais; em assessorias a movimentos sociais; em sindicatos, associações científicas e órgãos de fomento. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultorias.

3 ESTRUTURA CURRICULAR

A estruturação dos conteúdos no Projeto Pedagógico do Curso De Licenciatura em Geografia considera o que é estabelecido pelo Artigo 10, da Resolução CNE/CP 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), tendo sua estrutura curricular com a carga horária todal de 3200 horas, buscando desenvolver as capacidades elencadas no capítulo I da mesma Resolução.

Essas 3200 horas estão distribuídas em oito semestres, ou quatro anos, correspondendo a 2192 horas em disciplinas obrigatótias, 192 horas em disciplinas optativas, 400 horas de estágio curricular supervisionado, 96 horas de trabalho de conclusão de curso, 96 horas de atividades complementares e 320 horas de extensão, sendo que destas, 96 horas estão curricularizadas dentro da carga horária de disciplinas obrigatórias.

Considerando o que dispõe a Portaria nº 31/2022, de 20 de abril de 2022, a carga horária mínima, média e máxima foram calculadas, obtendo os valores de 256 horas para a carga horária semestral mínima, 320 horas para a carga semestral média e 576 horas para a carga semestral máxima. Os cálculos foram realizados levando em consideração um prazo médio de 8 semestres, e máximo de 12 semestres para a conclusão do curso.

A integralização curricular está organizada na perspectiva de uma formação que não mais se sustenta pela formação técnica do professor, mas se baseia na epistemologia da prática traduzida pela capacidade do professor refletir sobre a sua prática, analisar, recriar e reinventar-se no exercício da profissão. Sobre o pensamento prático do professor, Gómez explica que,

> [...] é de importância vital para compreender os processos de ensino-aprendizagem, para desencadear uma mudança radical dos programas de formação de professores e para promover a qualidade do ensino na escola numa perspectiva inovadora. Ter em consideração as características do pensamento prático do professor obriga-nos a repensar, não só a natureza do conhecimento acadêmico mobilizado na escola e dos princípios e métodos de investigação na e sobre a acção, mas também o papel do professor como profissional e os

> princípios, conteúdos e métodos da sua formação (GOMEZ, 1995, p. 106).

Portanto, os pressupostos dessa formação guarda coerência com as demandas de uma sociedade plural que exige do profissional docente uma atuação ético-política e técnico-científica, que lhe permita repensar a prática docente e "ajustar a sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação" (LIBÂNEO, 2011, p. 12).

3.1 Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares presentes neste PPC coadunam com a formação do Licenciado em Geografia; profissional ciente de seu papel em desvelar junto ao aluno a complexidade das relações que a sociedade constitui com o meio ambiente.

Dividido em quatro eixos temáticos (Geografia e Natureza, Geografia e Sociedade, Geografia e Ensino, Geografia e Metodologias) o Curso de Licenciatura em Geografia é composto por disciplinas que dialogam com as diversas faces do conhecimento geográfico e educacional. O aluno, além de entrar em contato com conteúdos basilares para a sua formação, se aprofunda nos caminhos da Geografia do passado e do presente, geral e regional, física e humana, que o ajudam a compreender a composição social, ambiental, cultural, econômica e política de nosso país, região e estado.

Dada a complexidade dessa Ciência e matéria escolar, a integralização do currículo ocorre pelos componentes denominados Disciplinas, Estágios Curriculares, Práticas Como Componente Curricular (PCC), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Unidade Curricular Especial de Extensão e Atividades Complementares (AC).

Tais conhecimentos são trabalhados não somente nas carteiras da sala de aula, em frente ao quadro branco, no diálogo entre o professor e o aluno, mas também nos laboratórios, entre pesquisadores, nos espaços onde se edifica a Ciência geográfica. São oito laboratórios existentes e duas salas que abrigam três Programas (PET, PIBID e Residência Pedagógfica) no Departamento de Geografia: Laboratório Cartografia Social e Geoprocessamento (LABOCART), Laboratório de

Estudos Agrários e Territoriais (LEAT), Laboratório de Climatologia Geográfica e Recursos Hídricos (LCGRH), Laboratório de Pedologia, Análise Ambiental e Desertificação (LAPED), Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos (LEGES), Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental (LAGEPLAN), Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), Laboratório de Geomorfologia Costeira e Continental (LAGECO), Laboratório de Práticas de Ensino em Geografia (LAPEG), que acolhe o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica, sala do Programa de Educação Tutorial (PET), além da sala reservada à Empresa Junior da Geografia – InOrbita.

Todos os laboratórios e salas, por intermédio dos docentes que deles fazem parte e com a constante participação de bolsistas, discentes e colaboradores, estão comprometidos em pensar o ensino, a pesquisa e a extensão, isto é, a ciência e o modo como esta pode contribuir com a justiça e o bem-estar socioambiental. Ao tempo que se produz conhecimento sobre a natureza cearense, nordestina e brasileira, a sociedade que compõe essas distintas escalas do espaço geográfico é pensada em sua diversidade, riqueza, história e Geografia, aproximando os alunos das demandas, necessidades e anseios que transpassam o mundo contemporâneo.

Ensino, pesquisa e extensão, desse modo, estão articulados, ampliando o leque de possibilidades para o conhecimento geográfico de sociedades tradicionais, de grupos ou comunidades marginalizadas, de práticas de educação ambiental, de respeito aos direitos humanos e à diversidade étnico-cultural, de tolerância religiosa, entre outras paisagens e gentes características da riqueza de nosso planeta. Boa parte dessas vivências, diga-se de passagem, são apreendidas in loco, por meio de trabalhos/aulas de campo, de estudos do meio, de iniciações científicas e à docência, de projetos de extensão, de eventos ou mesmo por intermédio de disciplinas.

Todos os espaços destinados ao ensino-aprendizagem permitem o licenciando conhecer e refletir sobre as concepções teórico-metodológicas, as referências didático-pedagógicas para a Geografia escolar e os procedimentos de ensino e aprendizagem, suscitando novos questionamentos favorecendo a revisão e a reelaboração de conhecimentos. Dessa maneira, o conceito de “sala de aula”

amplia-se, pois esta não está restrita ao espaço físico da Universidade. O ensino, a aprendizagem, a produção de conhecimentos acontecem em vários espaços onde acontecem os encontros de estudantes, professores e comunidades (tradicionais, quilombolas, indígenas, entre outros). Historicamente os cursos de Geografia da UFC tem essa característica visto que pesquisa, ensino e extensão estiveram envoltos com práticas que geram impactos na formação dos estudantes e nas próprias comunidades onde as aulas em campo e as ações extensionistas, de pesquisa e ensino são realizadas.

Cabe destacar que dentre as disciplinas com carga horária prática prevista em suas ementas, há diversas que são voltadas para aulas de campo, atividade essencial para a formação do(a) futuro(a) licenciado(a) em Geografia, conforme estabelecido no Parecer do Conselho Nacional de Educação 492/2001, que especifica nos itens 2 e 5 o trabalho de campo como parte integrante da formação discente.

A disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é ofertada no 8º semestre como obrigatória em atenção ao Decreto Presidencial nº 5.626/2005 que em seu Art. 3º estabelece que Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, o que possibilitou a inclusão desta disciplina no 8º semestre do curso por recomendação da Pró-Reitoria de Graduação, a partir do segundo semestre de 2011.

Diante do diálogo existente entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o que há de mais atual no âmbito do conhecimento geográfico é elaborado por professores e alunos, sujeitos responsáveis pelo avanço desta Ciência, lançando novos métodos e teorias. Os inúmeros artigos, mas também os vários livros publicados pela Coleção Estudos Geográficos, organizada pelo Departamento de Geografia, exemplificam essa condição. Construção que ainda ganha mais força na articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação em Geografia, esta, atualmente, entre as mais destacadas do país.

O curso, portanto, projeta um profissional com visão de totalidade, capaz de apreender o mundo em suas complexas relações; de relacionar sociedade e natureza levando em consideração os contextos político, cultural e econômico que

lhes são componentes, inclusive os contextos locais, próximos do cotidiano dos professores e alunos. Tudo isso leva o Licenciado em Geografia a exercitar em sala de aula a discussão crítica sobre a realidade, apresentando as narrativas que a elaboram, seus reais interesses e propósitos mediante as verdadeiras necessidades da sociedade e tudo aquilo que a envolve, induzindo o contato com conhecimento recente e inovador.

Os conteúdos curriculares, constantes no PPC, promovem o efetivo desenvolvimento do(a) futuro(a) licenciado(a) em Geografia, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias, a adequação da bibliografia e a acessibilidade metodológica.

Dentre as disciplinas obrigatórias, optativas, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC) e ações de extensão, o(a) licenciando(a) em geografia terá acesso aos conteúdos pertinentes à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, à Educação em Direitos Humanos, e à Educação Ambiental, de acordo, respectivamente, com a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004; Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012; e Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de Maio de 2012.

Esses temas contemporâneos estão incorporados ao currículo de modo transversal e interdisciplinar aos conteúdos dos componentes curriculares, com a perspectiva de garantir aos professores e professoras em formação os conhecimentos, habilidades e competências para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, de estigmas e preconceitos no ambiente escolar.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, relativa as conteúdos associados com a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estabelece que as "Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais", e que "A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores".

Nesse sentido, a inserção dessa temática ocorre na disciplina de Geografia da População (CJ0123), na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (CJ0121), e a partir da oferta de disciplinas optativas: História dos Afrodescendentes no Brasil (PD0074), História da África (HI0102), História da África Contemporânea (HI0139), Perspectivas Historiográficas em Educação para as Relações Étnico-Raciais (HI0157), Geografia do Espaço e Cidadania (CJ0088), Educação em Direitos Humanos (PC0353), Cultura Brasileira (HD0789), conforme pode ser constatato na ementa e bibliografia das mesmas. Há ainda que se considerar a possibilidade de inserção dessas temáticas nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), nas atividades complementares e nas atividades de extensão.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, relativa à Educação em Direitos Humanos, determina que:

> Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.
> Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:
> I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
> II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
> III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.
> Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.
> Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

Sendo assim, a temática relativa à Direitos Humanos é devidamente atendida na disciplina obrigatória de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (CJ0121), e na disciplina optativa de Educação em Direitos Humanos (PC0353), conforme pode ser constatado na ementa e bibliografia das mesmas. Também é necessário considerar a possibilidade de inserção dessas temáticas nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), nas atividades complementares e nas

atividades de extensão. São disciplinas e atividades que compõem os eixos temáticos obrigatórios: Geografia e Sociedade e Geografia e Ensino.

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nas matrizes curriculares da Educação Superior, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de Maio de 2012, pode ocorrer:

> I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
> II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
> III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Desta forma, a temática de Educação Ambiental é atendida através da disciplina obrigatória de Biogeografia (CH0771), além das seguintes disciplinas optativas: Conservação dos Recursos Naturais (CJ0131), Geotecnologias, Planejamento e Instrumentos de Ordenamento Territorial (CJ0124), Direito Ambiental (DB0103), Planejamento Ambiental (CJ0137), Geografia Ambiental (CJ0086), com destaque para a disciplina optativa de Educação Ambiental (CJ0101). A ementa e a bibliografia das disciplinas demonstram a aderência à temática. Se faz necessário considerar também a possibilidade de inserção das temáticas envolvendo Educação Ambiental nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), nas atividades complementares e nas atividades de extensão.

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico-raciais, assim como a temática gênero e sexualidade perpassam os programas das disciplinas Geografia da População (CJ0123), Geografia Agrária (CJ0140), Geografia do Brasil (CJ0136), Geografia e Ensino II (CJ0118), das atividades de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II, III e IV (CJ0119, CJ0120 e CJ0121). São disciplinas e atividades que compõem os eixos temáticos obrigatórios: Geografia e Sociedade e Geografia e Ensino.

Nos estudos sobre Geografia da População dá-se ênfase a diversidade em seus múltiplos aspectos: gênero e sexualidade, etnias, raça, idade, crenças, entre outros aspectos culturais. Estão incluídas na ementa e no programa da disciplina estudos sobre povos indígenas, quilombolas, ciganos, camponeses, população LGBTQIA+, etc. Trata-se, portanto, de promover uma mudança de mentalidade nos professores para a aceitação da diferença e desconstrução de toda forma de

discriminação e preconceitos. Nessa formação, conforme orienta Candau (2013, p.57-77), enfatiza-se os direitos individuais, as questões éticas e os direitos civis e políticos, uma cidadania ativa, participativa e coletiva. Assim, favorece a organização da sociedade civil, privilegia os atores sociais comprometidos com a transformação social e promove o empoderamento dos grupos sociais e culturais marginalizados e discriminados, conclui a autora.

Nos estudos sobre a formação do território brasileiro, realizado nas disciplinas Geografia Agrária e Geografia do Brasil, as temáticas estão direcionadas para apreensão da diversidade humana e relações étnico-raciais nas populações, dos fluxos econômicos, povoamento e articulações das regiões. Nesse processo de apropriação, expropriação e espoliação do território brasileiro, os conflitos e lutas por direitos das populações excluídas são históricas. Dessa forma, estudos sobre as consequências do acirramento da exploração próprio do sistema capitalista são realizados associados à luta por direitos civis, sociais e políticos.

Na disciplina de Geografia e Ensino II, os estudos sobre as relações étnico-raciais e os direitos humanos estão balizadas por dois campos epistemológicos distintos que tratam sobre currículo: a perspectiva crítica e os estudos pós-críticos. Nesses estudos, temas como classe social, gênero e sexualidade, raça e etnia, cultura popular, identidade nacional, colonialismo e pós-colonialismo compõem o campo teórico para análise dos artefatos culturais, como por exemplo, os livros e materiais didáticos.

No que se refere aos Estágios Curriculares Supervisionados II, III e IV, para além da perspectiva prática da docência (regência de sala de aula), há o entendimento da necessidade dos(as) licenciandos(as) contextualizarem o espaço de formação que é a escola. Assim, a base desses estudos perpassa pela organização de seminários temáticos sobre identidades culturais juvenis, o multiculturalismo e os desafios da prática pedagógica, as relações raciais e a formação de professores, intolerância religiosa, sexualidades, gênero, violência e bullying na escola. Essas temáticas são analisadas à luz da Educação em Direitos Humanos e das Relações étnico-raciais com propostas de atividades práticas para prevenir toda forma de discriminação no ambiente escolar.

Essa formação guarda coerência com o que está previsto na BNC-Formação Cap. III, inc. VIII:

> compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; [...]

Desse modo, ensino, pesquisa e extensão estão articulados e ampliam o leque de possibilidades para a produção, difusão e partilha de saberes populares e conhecimentos geográficos. O encontro entre os diversos saberes que vem das comunidades e dos conhecimentos acumulados na Universidade são trabalhados na perspectiva de superação das desigualdades sociais, da exclusão social, da busca por uma sociedade mais justa, ética e democrática. Os espaços para essa formação não estão restritos à Universidade, muitos menos às escolas da Educação Básica, mas sobretudo, aos espaços não formais, a saber: assentamentos rurais, comunidades quilombolas e indígenas, associações de moradores de bairros, associação de catadores de materiais recicláveis, comunidades tradicionais (em áreas do litoral, serras e sertão), espaços simbólicos que representam as variadas manifestações culturais, entre outros.

Fica claro que os conteúdos selecionados para compor o currículo do curso de Licenciatura em Geografia revelam o compromisso dessa Ciência com a função social da escola, local por excelência da formação cidadã de crianças, adolescente, jovens e adultos. A Geografia, nesse sentido, pela "natureza" dos conteúdos trabalhados, busca desenvolver práticas solidárias e democráticas visando "o desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional, social e moral dos alunos" (CAVALCANTI, 2012, p.34).

3.1.1 A Curricularização da Extensão na Modalidade Unidade Curricular Especial de Extensão

A curricularização da extensão está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), estratégia 7, Meta 12, e regulamentada na UFC mediante a Resolução nº 28/CEPE, 01/12/2017. Segundo essa Resolução (Título II, Art. 4º) as ações de extensão universitária são compreendidas como um

processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promovem a interação entre a Universidade e a sociedade.

No curso Geografia/Licenciatura a curricularização da extensão prevista para iniciar no ano 2019, tem a carga horária de 320h distribuída nas modalidades Unidade Curricular Especial de Extensão 224h e como parte de Componentes Curriculares 96h , conforme Art. 5º da Resolução nº 28/CEPE, de 1º de dezembro de 2017.

As ações extensionistas estão vinculadas às áreas temáticas definidas pela Pró-Reitoria de Extensão (PREX): Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Trabalho, Tecnologia e Produção, Saúde, Educação, Meio Ambiente e Comunicação. Os estudantes de Geografia/Licenciatura deverão se engajar em ações de extensão vinculadas a essas temáticas. Essas são as ações ativas e devidamente cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão.

Conforme as disposições Gerais da Resolução nº 28/CEPE, 01/12/2107, o aluno deverá acumular horas certificadas/declaradas até completar a carga horária definida no PPC (224h) para as ações da Unidade Curricular Especial de Extensão. A carga horária a ser contabilizada como extensão, nessa modalidade, será aquela em que o aluno comprovar, por meio de certificado/declaração e conforme as regras estabelecidas pela Pró-Reitoria de Extensão. O aluno poderá solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão certificadas/declaradas por outras instituições de ensino superior no Brasil ou no Exterior.

A contabilização e registro do componente curricular de Extensão acontecerá preferencialmente no decorrer do último ano letivo do discente no curso. A creditação de Horas de Atividades de Estensão é feita a partir do SIGAA, através do módulo “Creditação de Horas de A□vidades Complementares e Extensão”. Por meio desse módulo, o(a) estudante irá compor seu banco de horas, por tipo de componente curricular (atividade), e submeter à análise da Coordenação do Curso, até integralização automática das horas em histórico escolar (maiores informações na página virtual https://prex.ufc.br/pt/curricularizacao/ e https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2022/08/tutorial-banco-de-horas-e-creditacao-1.pdf). Caberá à

coordenação do curso verificar se o discente se encontra na situação de aluno concludente, deferir a solicitação de integralização e efetuar o registro no SIGAA.

3.1.2 Curricularização em Componentes Curriculares

A curricularização da extensão também está regulamentada em componentes curriculares, contabilizando 96h/a. No Quadro 1 estão relacionados dez componentes da matriz curricular que em sua carga horária integralizam a extensão. Nos planos de ensino estão discriminadas as ações de extensão planejadas pelos docentes responsáveis pelo componente.

As ações de extensão propostas nesses componentes são atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às comunidades locais visitadas e assistidas por projetos socioterritoriais e socioambientais dos laboratórios a que se vinculam as equipes docentes.

O Anexo I apresenta o Manual de Atividades Curriculares de Extensão, que aborda tanto a Curricularização da Extensão na Modalidade Unidade Curricular Especial de Extensão, quanto a curricularização da extensão em compomentes curriculares.

Quadro 1 - Componentes curriculares com carga horária de extensão

Nome do Componente Curricular	Semestre	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensão	Carga Horária Total
Geografia Agrária	3º	32	16	**16**	64
Oficina Geográfica III	4º	16	32	**16**	64
Pedologia	4º	32	16	**16**	64
Geografia do Brasil	5º	32	16	**16**	64
Métodos e técnicas de Pesquisa em Geografia Física	6º	32	16	**16**	64
Geografia Regional	7º	32	16	**16**	64
Bases Naturais da Geografia do Brasil	Optativa	32	16	**16**	64

Geografia da Paisagem	Optativa	48	8	**8**	64
Planejamento Ambiental	Optativa	32	16	**16**	64
Geografia e Práticas Pedagógicas para educação do/no Campo	Optativa	32	16	**16**	64
CARGA HORÁRIA TOTAL (EXTENSÃO):				**96h***	

* A carga horária de 96h de extensão diz respeito às disciplinas obrigatórias. Serão até 152h caso o estudante curse também as disciplinas optativas mencionadas..

3.2 Unidades e Componentes curriculares

A integralização curricular do curso de Geografia/Licenciatura é composta por 3.200 horas (200 créditos) e se estrutura pelos seguintes componentes curriculares:

- 34 Disciplinas obrigatórias (2192 h)
- 03 (três) disciplinas optativas (192 h)
- Trabalho de Conclusão de Curso I (32 h)
- Trabalho de Conclusão de Curso II (64 h)
- Estágios Curriculares (400 h)
- Atividades Complementares (96 h)
- Unidade Curricular Especial de Extensão (224 h)

A carga horária ofertada pelo Curso no Departamento de Geografia está distribuída em quatro Eixos Temáticos (ET), apresentados a seguir:

- Geografia e Natureza
- Geografia e Sociedade
- Geografia e Ensino
- Geografia e Metodologias

Os Eixos Temáticos (ET) são constituídos por componentes curriculares ofertados pelo Departamento de Geografia, descritas a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 – Componentes Curriculares por Eixos Temáticos (ET)

Nome do componente curricular	Carga horária	Tipo de componente curricular	Regime de oferta	Unidade acadêmica responsável
ET GEOGRAFIA E NATUREZA				
Climatologia (Climatology)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Pedologia (Pedology)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Recursos Hídricos (Water Resources)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geomorfologia (Geomorphology)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia do Nordeste e do Ceará (Geography of the Northeast and Ceará)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geologia Geral (General Geology)	64	Disciplina	Semestral	Geologia
Oficina Geográfica IV - Material de Geografia Física (Geographic Workshop IV (Physical Geography Material)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Climatologia Urbana* (Urban Climatology)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Bases Naturais da Geografia do Brasil* (Natural Bases of the Geography of Brazil)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia da Paisagem* (Landscape Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia Ambiental* (Environmental Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geomorfologia Climática* (Climatic Geomorphology)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geomorfologia Litorânea* (Coastal Geomorphology)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Planejamento Ambiental * (Environmental Planning)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Conservação de Recursos Naturais * (Conservation of Natural Resources)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Ecologia (Ecology)	64	Disciplina	Semestral	Biologia
Biogeografia (Biogeography)	64	Disciplina	Semestral	Biologia
Biologia Celular Geral * (General Cell Biology)	64	Disciplina	Semestral	Biologia

Direito Ambiental* (Environmental Law)	64	Disciplina	Semestral	Direito
Princípios de Química * (Chemistry Principles)	64	Disciplina	Semestral	Química Orgânica e Inorgânica
ET GEOGRAFIA E SOCIEDADE				
História do Pensamento Geográfico (History of Geographical Thinking)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia da População (Population Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia Agrária (Agrarian Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia Urbana e dos Serviços (Urban Geography and Services)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia da Energia e das Indústrias (Geography of Energy and Industries)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia do Brasil (Geography of Brazil)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia Regional (Regional Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia do Espaço Mundial (World Space Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Planejamento em Geografia * (Geography Planning)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Oficina Geográfica III - Material de Geografia Humana (Geographic Workshop I - Human Geography Material)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia do Turismo * (Tourism Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Prática de Geografia Humana I* (Human Geography Practice I)	80	Disciplina	Semestral	Geografia
Prática de Geografia Humana II* (Human Geography Practice II)	80	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia Política* (Political Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia do Espaço e Cidadania* (Geography of Space and Citizenship)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia da Alimentação* (Geography of Food)	64	Disciplina	Semestral	Geografia

Geografia Cultural (Cultural Geography) *	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Espaço-Tempo das Matrizes Religiosas (Space-Time of Religious Matrices) *	64	Disciplina	Semestral	Geografia
História Econômica, Social e Política do Brasil (Economic, Social and Political History of Brazil)	64	Disciplina	Semestral	História
Introdução à Economia (Introduction to Economy)	64	Disciplina	Semestral	Teoria Econômica
Introdução à Sociologia (Introduction to Sociology)	64	Disciplina	Semestral	Ciências Sociais
Cultura Brasileira* (Brazilian Culture)	64	Disciplina	Semestral	Ciências Sociais
Introdução à Filosofia (Introduction to Philosophy)	64	Disciplina	Semestral	Filosofia
Introdução à Antropologia* (Introduction to Anthropology)	96	Disciplina	Semestral	Ciências Sociais
História dos Afrodescentes no Brasil* (History of Afrodescendants in Brazil)	64	Disciplina	Semestral	Estudos Especializados
Sociologia do Desenvolvimento Rural* (Sociology of Rural Development)	64	Disciplina	Semestral	Economia Agrícola
História da África * (History of Africa)	64	Disciplina	Semestral	História
História da África Contemporânea * (Contemporary African History)	64	Disciplina	Semestral	História
Planejamento Urbano e Regional I * (Urban and Regional Planning I)	128	Disciplina	Semestral	Arquitetura e Urbanismo
Introdução à Economia * (Introduction to Economy)	64	Disciplina	Semestral	Teoria Econômica
ET GEOGRAFIA E METODOLOGIAS				
Métodos e Técnicas da Pesquisa em Geografia Física (Physical Geography Research Methods and Techniques)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Métodos e Técnicas da Pesquisa em Geografia Humana (Human Geography Research Methods and Techniques)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Metodologia Científica (Scientific Methodology)	64	Disciplina	Semestral	Geografia

Oficina Geográfica I - Material Cartográfico)- (Geographic Workshop I - Cartographic Material)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Tecnologias da Geoinformação I * (Geoinformation Technologies I)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Sensoriamento Remoto I * (Remote Sensing I)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Cartografia (Cartography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Cartografia Digital * (Digital Cartography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Tópicos Especiais* (Special Topics)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Trabalho de Conclusão de Curso ** (Graduation Course Completion Work)	96	Atividade	Anual	Geografia
Geotecnologias, Planejamento e Instrumentos de Ordenamento Territorial * (Geotechnologies, Planning and Instruments of Territorial Organization)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Estatística Básica * (Basic Statistics)	64	Disciplina	Semestral	Economia Agrícola
Topografia * (Topography)	64	Disciplina	Semestral	Engenharia de Transportes
Estatística para Geografia * (Statistics for Geography)	64	Disciplina	Semestral	Estatísitca e Matemática Aplicada
Matemática para Geografia * (Mathematics for Geography)	64	Disciplina	Semestral	Matemática
Mineralogia Geral * (General Mineralogy)	96	Disciplina	Semestral	Geologia
ET GEOGRAFIA E ENSINO				
Oficina Geográfica II - Material Audiovisual (Geographic Workshop II - Audiovisual Material)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia e Ensino I – Fundamentos (Geography and Teaching – fundamental)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia e Ensino II – Pesquisa (Geography and Teaching – research)	80	Disciplina	Semestral	Geografia
Estágio Curricular Supervisionado		Disciplina	Semestral	Geografia

em Geografia I (Supervised Curricular Internship in Geography I)	48			
Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II (Supervised Curricular Internship in Geography II)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Supervised Curricular Internship in Geography III)	144	Disciplina	Semestral	Geografia
Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Supervised Curricular Internship in Geography IV)	144	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia Cultural* (Cultural Geography)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Educação Ambiental * (Environmental Education)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Geografia e Práticas Pedagógicas para Educação no/do Campo* (Geography and Pedagogical Practices for Education in/from the Countryside)	64	Disciplina	Semestral	Geografia
Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Educação (Socio-Historical and Cultural Studies of Education)	64	Disciplina	Semestral	Fundamentos da Educação
Estrutura, Política e Gestão Educacional (Structure, Policy and Educational Management)	64	Disciplina	Semestral	Fundamentos da Educação
Didática I (Didactics I)	64	Disciplina	Semestral	Teoria e Prática do Ensino
Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência (Psychology of Development and Learning in Adolescence)	64	Disciplina	Semestral	Fundamentos da Educação
Educação Popular e de Jovens e Adultos* (Popular Education and Youth and Adult Education)	64	Disciplina	Semestral	Estudos Especializados
Educação em Direitos Humanos* (Human Rights Education)	64	Disciplina	Semestral	Teoria e Prática do Ensino
Perspectivas Historiográficas em Educação para as Relações Étnico-Raciais* (Historiographic Perspectives in Education for Ethnic-Racial Relations)	64	Disciplina	Semestral	História

Novas Tecnologias e Educação à Distância* (New Technologies and Distance Education)	64	Disciplina	Semestral	Estudos Especializados
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Brazilian Sign Language - LIBRAS)	64	Disciplina	Semestral	Letras Libras e Est. Surdos
IUV0001 – Tecnodocência* (Technology Teaching)	64	Disciplina	Semestral	Inst. UFC Virtual

(*) disciplina optativa (**) atividade obrigatória

Cada um dos componentes curriculares elencados nesta estrutura curricular está contemplado em um dos grupos definidos, seguindo o que é estabelecido no Artigo 11, da CNE/CP 2/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Nestas diretrizes, a referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

a) Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum;
b) Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas;
c) Grupo III: 800 (oitocentas) horas para práticas pedagógicas, assim distribuídas:
    i. 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado;
    ii. 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Para efetivar a distribuição de carga horária nos grupos indicados pela BNC-formação (2019), considerou-se cada grupo com a sua especificidade e os componentes curriculares que se alinhem com cada grupo.

Para o Grupo I, considerou-se que as 800 (oitocentas) horas foram distribuídas nos seguintes componentes curriculares ministrados no curso (Quadro 3):

Quadro 3 – Componentes Curriculares do Grupo I

Grupo I (800 horas)					
Código	**Componente Curricular**	**CH teórica**	**CH prática**	**CH Extensão**	**CH Total**
PB0091	Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Educação	64	-	-	64
PB0092	Estrutura, Política e Gestão Educacional	48	16	-	64
PC0208	Didática I	64	-	-	64
PB0090	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência	64	-	-	64
CJ0059	História do Pensamento Geográfico	64	-	-	64
CJ0062	Metodologia Científica	48	16	-	64
CJ0123	Geografia da População	48	16	-	64
CJ0060	Cartografia	32	32	-	64
CJ0063	Climatologia	48	16	-	64
CJ0070	Geomorfologia	48	16	-	64
HLL0077	Línguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS	64	-	-	64
CJ0129	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	8	24	-	32
CJ0130	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	16	48	-	64
	Total:	**616**	**184**	**-**	**800**

Entende-se que essas disciplinas e atividades dispostas no Grupo I integram as três dimensões das competências profissionais docentes elencadas pela BNC-Formação: conhecimento, prática e engajamentos profissionais, abordando os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação geográfica e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

A carga horária referente ao Grupo I inicia-se já no primeiro ano, sendo que neste, a maioria da carga refere-se a disciplinas do Grupo I.

Para o Grupo II, considerou-se que as 1600 (mil e seiscentas) horas foram distribuídas nos seguintes componentes curriculares ministrados no curso (Quadro 4):

Quadro 4 – Componentes Curriculares do Grupo II

Grupo II (1600 horas)					
Código	**Componente Curricular**	**CH teórica**	**CH prática**	**CH Extensão**	**CH Total**
CG0500	Geologia Geral	60	4	-	64

HI0054	História Econômica, Social e Política do Brasil	64	-	-	64
ICA1660	Introdução à Filosofia	64	-	-	64
HD0957	Introdução à Sociologia	64	-	-	64
CJ0140	Geografia Agrária	32	16	16	64
CH0865	Ecologia	64	-	-	64
CJ0133	Pedologia	32	16	16	64
CJ0072	Recursos Hídricos	48	16	-	64
CJ0023	Geografia Urbana e dos Serviços	32	32	-	64
CJ0136	Geografia do Brasil	32	16	16	64
CJ0081	Geografia da Energia e das Indústrias	48	16	-	64
CJ0092	Geografia do Espaço Mundial	48	16	-	64
CJ0109	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Humana	64	-	-	64
CJ0108	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física	32	16	16	64
CJ0142	Geografia Regional	32	16	16	64
CJ0095	Geografia do Nordeste e do Ceará	52	12	-	64
CH0771	Biogeografia	64	-	-	64
	Optativa I	-	-	-	64
	Optativa II	-	-	-	64
	Optativa III	-	-	-	64
	Atividades Complementares	-	-	-	96
	Extensão (Unidade Curricular Especial de Extensão)	-	-	-	224
Total:		**832**	**176**	**80**	**1600**

Entende-se que a distribuição dos componentes curriculares neste grupo está de acordo com a BNC-Formação, compreendendo, portanto, a aprendizagem dos conteúdos específico da área, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e abordando o domínio pedagógico desses conteúdos. A carga horária do Grupo II será abordada de forma mais efetiva do 2º ao 4º ano, ocorrendo de forma incipiente alguns componentes no primeiro ano.

Para o grupo III, as 800 (oitocentas) horas foram distribuídas em 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado e em 400 (quatrocentas) horas de componentes curriculares com Prática como Componente Curricular, conforme quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Componentes Curriculares do Grupo III

Grupo III (800 horas)						
Código	**Componente Curricular**	**CH teórica**	**CH prática**	**CH Extensão**	**CH Total**	**CH PCC ***
CJ0113	Oficina geográfica I (Material Cartográfico)	48	16	-	64	64

CJ0114	Oficina geográfica II (Material Audiovisual)	48	16	-	64	64
CJ0134	Oficina geográfica III (Material de Geografia Humana)	32	16	16	64	64
CJ0116	Oficina geográfica IV (Material de Geografia Física)	48	16	-	64	64
CJ0117	Geografia e Ensino I (Fundamentos)	48	16	-	64	64
CJ0118	Geografia e Ensino II (Pesquisa)	48	32	-	80	80
CJ0077	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I	32	16	-	48	-
CJ0119	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II	32	32	-	64	-
CJ0120	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental)	16	128	-	144	-
CJ0121	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio)	32	112	-	144	-
	Total:	**480**	**304**	**16**	**800**	**400**

* Prática como Componente Curricular

De acordo com a BNC-Formação, na formação do professor nos cursos de licenciatura, devem ser trabalhadas algumas habilidades específicas. A seguir elencamos algumas delas, juntamente com as suas formas de articulação com esta matriz curricular:

- proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta – grande parte das disciplinas e atividades no curso de Licenciatura em Geografia desenvolvem essa habilidade, trabalhando com leituras, compreensões de texto, produções de diversos gêneros textuais. Pode-se citar, entre outros: História do Pensamento Geográfico, Metodologia Científica, Geografia da População, Climatologia, Geografia Agrária, Recursos Hídricos, Geografia Urbana e dos Serviços, Geografia do Brasil, Geografia da Energia e das Indústrias, Geografia do Espaço Mundial, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Humana, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física, Geografia Regional, Geografia do Nordeste e do Ceará, Estágios Curriculares I, II, III e IV, Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

- conhecimento da Matemática para instrumentalizar as atividades de conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais – Os conhecimentos necessários envolvendo matemática e estatísticas necessários para o futuro professor de geografia são apreendidos no decorrer do curso em componentes específicos, como Cartografia, Geomorfologia, Pedologia, Recursos Hídricos, Geografia da População, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física, Oficina geográfica I (Material Cartográfico) e Oficina geográfica IV (Material de Geografia Física).
- vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica – Tais conhecimentos e habilidades são desenvolvidos ao longo do curso. Destaca aqui uma disciplina com caráter eminentemente voltado à linguagem digital aplicado ao ensino: Oficina Geográfica II (material audiovisual). Não obstante, cabe destacar que diversos outros componentes oferecem vivência e aprendizagens ligadas à temática, tais como: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Humana, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física, Oficina geográfica I (Material Cartográfico) e Oficina geográfica IV (Material de Geografia Física).

Esta matriz curricular foi pensada para desenvolver estas habilidades bem como as demais, envolvendo engajamento em processos investigativos de aprendizagem, articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula, desenvolvimento da criatividade e inovação, processos de ensino-aprendizagem, bem como engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional são também desenvolvidas ao longo de todo o curso de Licenciatura em Geografia. Destaca-se aqui o papel importante das quatro Oficinas Geográficas, cada qual com sua temática específica, além dos quatro estágios curriculares.

3.3 Integralização curricular

Será apresentada a seguir a integralização curricular do curso de Licenciatura em Geografia, demonstrando as disciplinas obrigatórias, optativas, optativas livres, definição dos componentes por Eixo Temático, carga horária por

tipo de componente curricular, bem como o quadro de componentes equivalentes tendo em vista a origem da proposta em 2005.1, suas atualizações em 2013.1 e 2019.1, e a proposta atual.

3.3.1 Componentes curriculares obrigatórios por semestre, cargas horárias e pré-requisitos

O Quadros 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 caracterizam, respectivamente, os componentes curriculares obrigatórios, do 1º, 2º 3º, 4º 5º, 6º, 7º e 8º semestres, suas cargas horárias (Teórica, Prática, Extensão Curricularizada, Total e relativa às Práticas como Componente Curricular), assim como os pré-requisitos.

Quadro 6 – Componentes curriculares obrigatórios do 1º semestre

1º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**Carga Horária (C.H.) Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
CJ0059	História do Pensamento Geográfico	64	-	-	64	-	-
CJ0062	Metodologia Científica	48	16	-	64	-	-
CJ0123	Geografia da População	48	16	-	64	-	-
CG0500	Geologia Geral	60	4	-	64	-	-
CJ0060	Cartografia	32	32	-	64	-	-
Carga Horária Total					**320**		

Quadro 7 – Componentes curriculares obrigatórios do 2º semestre

2º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
HI0054	História Econômica, Social e Política do Brasil	64	-	-	64	-	-
ICA1660	Introdução à Filosofia	64	-	-	64	-	-
HD0957	Introdução à Sociologia	64	-	-	64	-	-
CJ0063	Climatologia	48	16	-	64	-	CJ0060
PB0091	Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Educação	64	-	-	64	-	-
CJ0113	Oficina geográfica I (Material Cartográfico)	64	-	-	64	64	CJ0060
Carga Horária Total					**384**		

Quadro 8 – Componentes curriculares obrigatórios do 3º semestre

3º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
CJ0140	Geografia Agrária	32	16	16	64	-	CJ0123
CJ0070	Geomorfologia	48	16	-	64	-	CG0500
CH0865	Ecologia	64		-	64	-	-
PB0092	Estrutura, Política e Gestão Educacional	48	16	-	64	-	-
CJ0114	Oficina geográfica II (Material Audiovisual)	48	16	-	64	64	-
Carga Horária Total					**320**		

Quadro 9 – Componentes curriculares obrigatórios do 4º semestre

4º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
CJ0133	Pedologia	32	16	16	64	-	CG0500 CJ0070
CJ0072	Recursos Hídricos	48	16	-	64	-	CJ0063
CJ0023	Geografia Urbana e dos Serviços	32	32	-	64	-	-
PC0208	Didática I	64	-	-	64	-	-
PB0090	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência	64	-	-	64	-	-
CJ0134	Oficina geográfica III (Material de Geografia Humana)	32	16	16	64	64	-
Carga Horária Total					**384**		

Quadro 10 – Componentes curriculares obrigatórios do 5º semestre

5º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
CJ0136	Geografia do Brasil	32	16	16	64	-	-
CJ0081	Geografia da Energia e das Industrias	48	16	-	64	-	CJ0123
CJ0117	Geografia e Ensino I (Fundamentos)	48	16	-	64	64	PC0208
CJ0077	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I	32	16	-	48	-	PC0208
CJ0116	Oficina geográfica IV (Material de Geografia Física)	48	16	-	64	64	-
Carga Horária Total					**304**		

Quadro 11 – Componentes curriculares obrigatórios do 6º semestre

6º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
CJ0092	Geografia do Espaço Mundial	48	16	-	64	-	CJ0140 CJ0023
CJ0109	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Humana	64	-	-	64	-	CJ0140 CJ0023
CJ0141	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física	32	16	16	64	-	CJ0063 CJ0070
CJ0118	Geografia e Ensino II (Pesquisa)	48	32	-	80	80	CJ0117
CJ0119	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II	32	32	-	64	-	-
Carga Horária Total					**336**		

Quadro 12 – Componentes curriculares obrigatórios do 7º semestre

7º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
CJ0142	Geografia Regional	32	16	16	64	-	CJ0140 CJ0123
CJ0095	Geografia do Nordeste e do Ceará	52	12	-	64	-	-
CH0771	Biogeografia	64		-	64	-	-
CJ0120	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental)	16	128	-	144	-	-
CJ0129	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	8	24	-	32	-	-
Carga Horária Total					**368**		

Quadro 13 – Componentes curriculares obrigatórios do 8º semestre

8º SEMESTRE							
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**C.H. Total**	**C.H. PCC**	**Pré-requisito**
CJ0121	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio)	32	112	-	144		-
HLL0077	Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS	64	-	-	64		-
CJ0130	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	16	48	-	64		-
Carga Horária Total					**272**		

3.3.2 Componentes curriculares optativos, cargas horárias e pré-requisitos

O Quadro 14 apresenta os componentes curriculares optativos, suas cargas horárias (Teórica, Prática, Extensão Curricularizada e Total), assim como os pré-requisitos.

Quadro 14 – Componentes curriculares optativos, seus pré-requisitos e cargas horárias

DISCIPLINAS OPTATIVAS						
Código	**Nome do Componente Curricular**	**C.H. Teórica**	**C.H. Prática**	**C.H. Extensão ****	**Carga Horária Total**	**Pré-requisito**
CJ0139	Geografia Cultural	48	16	-	64	-
CJ0068	Geografia Política	64	-	-	64	-
CJ0067	Bases Naturais da Geografia do Brasil	32	16	16	64	CJ0070 CI0063
CJ0065	Cartografia Digital	32	32	-	64	CJ0060
CJ0083	Geomorfologia litorânea	44	20	-	64	-
CJ0028	Geomorfologia Climática	48	16	-	64	-
CJ0082	Geografia do Turismo	48	16	-	64	-
CJ0143	Geografia da Paisagem	48	8	8	64	-

CJ0080	Planejamento em Geografia	48	16	-	64	CJ0140 CJ0023
CJ0084	Climatologia Urbana	32	32	-	64	-
CJ0131	Conservação de Recursos Naturais	48	16	-	64	-
CJ0103	Planejamento Ambiental	32	16	16	64	-
CJ0046	Prática de Geografia Humana I	80	-	-	80	-
CJ0047	Prática de Geografia Humana II	80	-	-	80	-
CJ0088	Geografia do Espaço e Cidadania	48	16	-	64	-
CJ0155	Tecnologias da Geinformação I	32	32	-	64	-
CJ0089	Tópicos Especiais	64	-	-	64	-
CJ0086	Geografia Ambiental	32	32	-	64	-
CJ0101	Educação Ambiental	64	-	-	64	-
CJ0156	Sensoriamento Remoto I	32	32	-	64	-
CJ0157	Espaço-Tempo das Matrizes Religiosas	48	16	-	64	-
CJ0138	Geografia e práticas pedagógicas para a educação do/no Campo	32	16	16	64	-
CJ0124	Geotecnologias, Planejamento e Instrumentos de Ordenamento Territorial	32	32	-	64	-
CJ0144	Geografia da Alimentação	48	16	-	64	-
CH0856	Biologia Celular Geral	32	32	-	64	-
HD0754	Introdução a Antropologia	96	-	-	96	-
HD0789	Cultura Brasileira	64	-	-	64	-
DB0103	Direito Ambiental	64	-	-	64	-
AB0068	Sociologia do Desenvolvimento Rural	64	-	-	64	-
AB0076	Estatística Básica	32	32	-	64	-
TC0558	Topografia	32	32	-	64	-
CC0267	Estatística para Geografia	64	-	-	64	-
PD0050	Novas Tecnologias e Educação a Distância	64	-	-	64	-

PD0074	História dos Afrodescendentes no Brasil	64	-	-	64	-
PD0103	Educação Popular e de Jovens e Adultos	64	-	-	64	-
HI0102	História da África	64	-	-	64	-
HI0139	História da África Contemporânea	64	-	-	64	-
HI0157	Perspectivas Historiográficas em Educação para as Relações Étnico-Raciais	48	16	-	64	-
IUV0001	Tecnodocência	32	32	-	64	-
CB0685	Matemática para Geografia	64	-	-	64	-
CE0891	Princípios de Química	48	16	-	64	-
EE0115	Introdução a Economia	64	-	-	64	-
PC0353	Educação em Direitos Humanos	64	-	-	64	-
CG0411	Mineralogia Geral	96	-	-	96	-
TG0455	Planejamento Urbano e Regional I	128	-	-	128	-

3.3.3 Distribuição da Carga Horária entre os diversos componentes curriculares

O Quadro 15 apresenta os componentes curriculares optativos, suas cargas horárias (Teórica, Prática, Extensão Curricularizada, Total), assim como os pré-requisitos.

Quadro 15 – Distribuição da Carga Horária entre os diversos componentes curriculares

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	
Componente Curricular	**Carga Horária**
Disciplinas obrigatórias	2192 h
Disciplinas optativas (das quais 128h podem ser cursadas como optativas livres)	192 h
Unidade Curricular Especial de Extensão	224 h
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	96 h
Estágio(s)	400 h
Atividades Complementares (AC)	96 h
Total	**3200h**

3.3.4 Prazos para integralização do curso – número de semestres

No Quadro 16 são apresentadas as quantidades mínima, média e máxima (em número de semestres) para integralização do curso.

Quadro 16 – Prazos para integralização do curso

PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	
Prazos	**Quantidade de Semestres**
Mínimo	8
Médio	10
Máximo	12

3.3.5 Carga horária mínima, média e máxima por semestre

O Quadro 17 apresenta as cargas horárias mínima, média e máxima por semestre, de acordo com o que dispõe a Portaria nº 31/2022, de 20 de abril de 2022. Os cálculos foram realizados levando em consideração um prazo mínimo de 8 semestres, médio de 10 semestres e máximo de 12 semestres para a conclusão do curso, conforme apresentado anteriormente.

Quadro 17 – Carga Horária por Semestre

PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	
Carga Horária por Semestre	**Quantidade de Horas**
Carga Horária Mínima	256
Carga Horária Média	320
Carga Horária Máxima	576

3.3.6 Componentes equivalentes

O Quadro 18 apresenta os componentes equivalentes, tendo em vista a origem da proposta em 2005.1, suas atualizações em 2013.1 e 2019.1, e a proposta atual.

Quadro 18 – Componentes Equivalentes

Semestre	Código	Nome do Componente Curricular	Equivalências
1	CJ0059	História do Pensamento Geográfico	CJ0030 (Introdução a Ciência Geográfica)
1	CJ0123	Geografia da População	CJ0021 (Geografia Humana Geografia da População); ou CJ0061 (Geografia da População)
1	CG0500	Geologia Geral	CG0351 (Geologia Geral)
1	CJ0060	Cartografia	CJ0001 (Cartografia I)
2	HI0054	História Econômica, Social e Política do Brasil	HI0046 (História Econômica, Social e Política do Brasil)

2	ICA1660	Introdução à Filosofia	HD0752 (Introdução à Filosofia)
2	HD0957	Introdução à Sociologia	HD0751 (Introdução à Sociologia)
2	CJ0063	Climatologia	CJ0018 (Geografia Física-Climatologia)
2	CJ0113	Oficina Geográfica I (Material Cartográfico)	CJ0064 (Oficina Geográfica I)
3	CH0865	Ecologia	CH0843 (Ecologia Básica); ou CH0761 (Ecologia Geral)
3	CJ0140	Geografia Agrária	CJ0020 (Geografia Humana - Geografia Agrária); ou CJ0069(Geografia Agrária)
3	CJ0070	Geomorfologia	CJ0026 (Geomorfologia)
3	CJ0114	Oficina Geográfica II (Material Audiovisual)	CJ0066 (Oficina Geográfica II)
4	CJ0072	Recursos Hídricos	CJ0017 (Geografia Física-Águas Superficiais)
4	CJ0133	Pedologia	CJ0039 (Pedologia Geral); ou CJ0091 (Pedologia)
4	CJ0134	Oficina Geográfica III (Material de Geografia Humana)	CJ0073 (Oficina Geográfica III); ou CJ0115(Oficina Geográfica III (Material de Geografia Humana)
4	PC0208	Didática I	PC0011 (Didática I)
5	CJ0136	Geografia do Brasil	CJ0014 (Geografia do Brasil I); ou CJ0074 (Geografia do Brasil)
5	CJ0081	Geografia da Energia e das Indústrias	CJ0022 (Geografia Humana-Geografia das Indústrias)
5	CJ0116	Oficina Geográfica IV (Material de Geografia Física)	CJ0076 (Oficina Geográfica IV)
5	CJ0117	Geografia e Ensino I (Fundamentos)	CJ0075 (Geografia e Ensino I)
6	CJ0141	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física	CJ0035 (Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física); ou CJ0108 (Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Física)
6	CJ0109	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Humana	CJ0037 (Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Humana)
6	CJ0118	Geografia e Ensino II (Pesquisa)	CJ0093 (Geografia e Ensino II)
6	CJ0119	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II	CJ0094 (Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II)
7	CH0771	Biogeografia	CH0888 (Bases da

			Biogeografia)
7	CJ0142	Geografia Regional	CJ0024 (Geografia Regional I); ou CJ0096 (Geografia Regional)
7	CJ0112	Trabalho de Conclusão de Licenciatura	CJ0099 (Trabalho de Graduação da Licenciatura I - Projeto); e CJ0100 (Trabalho de Graduação da Licenciatura I - Pesquisa)
7	CJ0120	Estágio Curricular em Geografia III (Ensino Fundamental)	CJ0097 (Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III)
8	CJ0121	Estágio Curricular em Geografia IV (Ensino Médio)	CJ0098 (Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV)
8	HLL0077	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	PD0077 (Língua Brasileira de Sinais)
Optativa	CJ0135	Bases Naturais da Geografia do Brasil	CJ0067 (Bases Naturais da Geografia do Brasil)
Optativa	CJ0143	Geografia da Paisagem	CJ0071 (Geografia da Paisagem) ou CJ0085 (Geografia da Paisagem)
Optativa	CJ0156	Sensoriamento Remoto I	CJ0078 (Sensoriamento Remoto)
Optativa	CJ0155	Tecnologias da Geoinformação I	CJ0079 (Tecnologias da Geoinformação)
Optativa	CJ0137	Planejamento Ambiental	CJ0103 (Planejamento Ambiental)
Optativa	CC0267	Estatística para Geografia	ICA2079 (Estatística Aplicada a Comunicação); ou CC0051 (Introdução a Estatística)
Optativa	EE0115	Introdução a Economia	EE0094 (Introdução a Economia)
Optativa	CB0685	Matemática para Geografia	CB0572 (Elementos de Matemática)
Optativa	CJ0080	Planejamento em Geografia	CJ0040 (Planejamento em Geociências)
Optativa	IUV0001	Tecnodocência	PRG0007 (Tecnodocência)

3.4 Atividades práticas de ensino para as Licenciaturas

A Prática como Componente Curricular (PCC) está presente desde o segundo semestre do curso, perfazendo um total de 400 horas vivenciadas através de diferentes situações dentre as quais:

- No interior das áreas ou disciplinas, uma vez que todo conhecimento tem uma dimensão teórica e uma prática;

- Atividades de observação e reflexão de situações contextualizadas, resolução de problemas, uso de tecnologias de informação, narrativas orais e escritas, situações simuladas, estudo de casos;
- Contatos com diversos tipos de realidades educacionais, buscando familiarizar o futuro professor com a organização, o clima, a rotina, as atividades curriculares, as interrelações, o projeto pedagógico, o planejamento e a avaliação;
- Contato com órgãos gestores dos diferentes sistemas educacionais e entidades representativas;
- Atividades que ofereçam ao aluno subsídios para um tratamento pedagógico para o conteúdo (tornar os conteúdos assimiláveis através de exemplos, situações, contextualização, problematização);
- Análise dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de coleções de livros didáticos do Ensino Fundamental (6º a 9º ano) e do Ensino Médio;
- Produção didático-pedagógica – jogos pedagógicos, práticas cartográficas, maquetes, croquis, mapas conceituais, mapas mentais, estratégias de ensino utilizando as diversas linguagens, sequências didáticas, plano de aula, produção de vídeos e uso de imagens, projetos interdisciplinares para as diversas áreas da Educação Básica. A produção do material didático prevê a produção didático-pedagógica especial visando a inclusão.

A operacionalização das Práticas Como Componente Curricular (PCC) está redimensionada conforme a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019. Os(as) estudantes deverão cumprir a carga horária de 400 (quatrocentas) horas de Prática como componente curricular, a partir do 2º semestre do Curso, integralizadas pelos componentes curriculares a seguir:

- Oficina geográfica I (Material Cartográfico) – 64 horas.
- Oficina geográfica II (Material audiovisual) – 64 horas.
- Oficina geográfica III (Material de Geografia Humana) – 64 horas.
- Oficina geográfica IV (Material de Geografia Física) – 64 horas
- Geografia e Ensino I (Fundamentos) – 64 horas.

- Geografia e Ensino II (Pesquisa) – 80 horas.

As práticas representadas nesses componentes visam o estudo e discussão de temáticas que integram os conhecimentos geográficos com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas do semestre anterior e em curso. Essas práticas objetivam desenvolver estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica.

3.5 Infraestrutura para ensino e aprendizagem

Os aspectos organizacionais do PPC não se resumem a matriz curricular, mas na combinação de vários fatores que juntos dinamizam o funcionamento do curso. A dimensão material desse currículo se traduz nas condições físicas, materiais, recursos didáticos, biblioteca, entre outros aspectos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. O Departamento de Geografia dispõe de um edifício onde as barreiras arquitetônicas estão sendo gradativamente eliminadas. A meta é construir uma rampa para permitir acessibilidade ao auditório, principal obstáculo da estrutura física identificada no momento. A acessibilidade ao edifício e suas dependências é realizada através de rampas e um elevador; possui banheiros adaptados com chuveiros, 06 salas de aulas, 01 miniauditório, sala de estudo, laboratórios e copa.

Destaca-se a Praça Milton Santos (a Praça da Geografia) como local de encontros e sociabilidade. Esse espaço torna-se palco para a realização de eventos culturais que compõem a programação da Semana da Geografia, realizada no mês de maio, por ocasião do dia do geográfico 29/05, o Seminário de Ensino de Geografia, o arraial da Geografia no mês de junho, a calourada da Geografia, entre outros. Na programação desses eventos as manifestações artísticas ocorrem pela organização de saraus, música, dança, entre outras.

Pode-se considerar um ambiente adequado para o ensino, a aprendizagem e a convivência dos licenciandos, bacharelandos, docentes e funcionários técnicos administrativos.

As infraestruturas do Departamento de Geografia são favoráveis à flexibilização do currículo, pois permite o desenvolvimento de práticas inclusivas e

diversificadas. As estratégias de ensino-aprendizagem no contexto contemporâneo demandam espaços e materiais apropriados que capacitem o professor com rigor científico e compromisso social. Preocupar-se com as condições físicas significa assegurar as condições pedagógicas e organizacionais para se alcançar maior qualidade no processo de ensino e aprendizagem visando ao desenvolvimento intelectual, afetivo e moral para todos os estudantes.

As situações didáticas privilegiam a apropriação e construção de conhecimentos mediante aulas expositivas, organização de seminários, rodas de conversa, práticas investigativas sobre a escola e o ensino de Geografia, leituras, grupos de estudo, trabalhos em equipe, práticas de laboratórios, práticas de campo, elaboração de material didático-pedagógico e a incorporação de práticas utilizando as novas tecnologias da comunicação e informação. Tem-se uma mudança na concepção de sala de aula, o que possibilita a flexibilização dos tempos e espaços de ensino-aprendizagem.

Destaca-se também os serviços prestados pela Secretaria de Acessibilidade da UFC (UFC-INCLUI), que atende os estudantes público-alvo da educação especial, bem como estimula uma cultura de inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Ceará. A UFC-INCLUI busca garantir a permanência e plena formação dos estudantes com deficiência, ofertando serviços como a produção e edição de materiais acessíveis, apoio pedagógico e tradução/interpretação de Libras.

3.6 Metodologias de Ensino e Aprendizagem

O Curso de Geografia estimula a participação do discente nas diversas atividades ao longo de sua formação, sejam elas de ensino, pesquisa, extensão ou formação complementar, bem como o exercício do pensamento e da análise crítica, evitando métodos que levem simplesmente à memorização do conteúdo.

A realização de seminários, de fóruns de discussões, de workshops, e palestras facilita a assimilação do conhecimento e propicia o contato direto com o fazer do profissional, bem como com questões teóricas relacionadas ao desenvolvimento da Geografia.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar a diversa gama de eventos que ocorrem ao longo do ano no departamento de geografia (Bloco 911), com convidados tanto em nível local, quanto regional, nacional e internacional, a partir da parceria e estreita ligação com o Programa de Pós-Graduação em Geografia. Os eventos envolvem ensino de geografia, mas também outras discussões ligadas à ciência geográfica, com temas inerentes a cada um dos os Eixos Temáticos do curso: Geografia e Natureza, Geografia e Sociedade, Geografia e Ensino, Geografia e Metodologias. São exemplos: palestras, cursos, mesa-redondas, workshops, Semana de Acolhida dos Calouros, Semana Acadêmica de Geografia, GISDay, e grupos de estudo em todos os Laboratórios (Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social - LABOCART, Laboratório de Geomorfologia Costeira e Ambiental – LAGECO, Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental – LAGEPLAN, Laboratório de Pedologia, Análise Ambiental e Desertificação – LAPED, Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LAPUR, Laboratório de Climatologia Geográfica e Recursos Hídricos – LCGRH, Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais – LEATE, Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos – LEGES, e Laboratório de Práticas de Ensino em Geografia – LAPEG).

Atendendo à Resolução nº 07/CEPE/UFC de 17 de junho de 2005, a formação nos cursos de graduação deve permitir a realização de atividades complementares. Nesse sentido, o discente deve cumprir no mínimo 96 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de seu interesse. Tais atividades configuram-se em um complemento às atividades didático-pedagógicas desenvolvidas ao longo do curso e previstas nos demais componentes curriculares presentes na estrutura curricular, possibilitando assim uma ampliação da formação do estudante nos aspectos acadêmico, profissional, social, esportivo e cultural. Essa formação complementar será obtida a partir do engajamento do discente nas mais diversas atividades extracurriculares oferecidas pelo Departamento de Geografia, pela Universidade Federal do Ceará, por outras Instituições de Ensino Superior ou até mesmo por atividades desenvolvidas fora do ambiente acadêmico. As atividades complementares estão detalhadas no Manual de Atividades Complementares, em anexo a este PPC.

Além das atividades complementares, os discentes precisam também cumprir carga horária em atividades de extensão. A curricularização da extensão está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), estratégia 7, Meta 12, e regulamentada na UFC mediante a Resolução nº 28/CEPE, 01/12/2017. Segundo essa Resolução (Título II, Art. 4º) as ações de extensão universitária são compreendidas como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promovem a interação entre a Universidade e a sociedade.

Os estudantes da Geografia precisam cumprir, no mínimo, 320h em atividades de extensão universitária. Visando uma maior flexibilização curricular, permitindo que o estudante tenha mais liberdade em articular suas escolhas, a extensão do Curso de Licenciatura em Geografia consiste na combinação das duas modalidades definidas na Resolução N° 28/CEPE UFC: Modalidade I, em que devem ser cumpridas 224h em ações de extensão na Unidade Curricular Especial de Extensão e Modalidade II, em que devem ser cumpridas 96h em disciplinas.

No tocante às 224h que necessitam ser cumpridas em ações/programas/projetos de extensão, é necessário pontuar que as mesmas podem ser computadas em qualquer projeto devidamente cadastrado junto à Pró-Reitoria de Extensão (PREX) da UFC, ofertadas por qualquer unidade acadêmica, e também poderá solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão certificadas/declaradas por outras instituições de ensino superior no Brasil ou no Exterior.

Conforme Resolução nº 28/CEPE, o(a) aluno(a) deverá participar das ações de extensão enquanto membro efetivo da equipe, a partir de um papel protagonista/extensionista, e não como beneficiário da ação, enquanto comunidade.

Embora as horas de extensão possam ser cumpridas em qualquer unidade acadêmica, é preciso mencionar que os docentes do departamento de geografia mantêm diversos programas/projetos/ações de extensão ativos e devidamente cadastrados na PREX. Nesse sentido, destaca-se tanto a quantidade, quanto a diversidade temática dos projetos, permitindo que os discentes possam se integrar aos mesmos, de acordo com suas predileções, complementando a formação

profissional do estudante do Curso de Licenciatura em Geografia, contribuindo para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista e crítica, estimulando o espírito empreendedor do corpo discente, possibilitando uma melhor integração entre universidade e sociedade, auxiliando o aluno na identificação e resolução de problemas encontrados fora do ambiente de sala de aula, promovendo a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

No ano de 2021, por exemplo, haviam 17 ações de extensão devidamente ativas e cadastradas junto à PREX pelos docentes do departamento de geografia, a saber: Projeto da escola de formação diocesana da pastoral da juventude rural diocese Crateús Raimundo Freire: curso sobre campesinato; Cartografia dos Territórios de Pesca das Comunidades de Camocim – CE; Mapas do cotidiano: princípios, práticas e saberes tradicionais na construção da nova cartografia; Sala Verde Água Viva; Museu de Ciências Ambientais Mundo Livre; Oficina de política paisagem na Ponta do Mucuripe; Nós Propomos uma educação geográfica cidadã: conhecer a cidade para nela intervir e participar democraticamente; Ações Integradas de Extensão Rural em Comunidades Tradicionais do Semiárido e da Amazônia Oriental: Medidas de Planejamento e Gestão Socioambiental para o Fortalecimento da Agricultura Familiar; Geotecnologias aplicadas ao Ensino de Geografia e à Educação Ambiental; Geografia e Permacultura: caminhos para a educação ambiental; Contribuições para elaboração de estratégias de convivencia com o semiárido nas comunidades rurais da bacia de drenagem do Açude Forquilha, Município de Forquilha-Ceará -Brasil; Trajetórias Urbano-Industriais e a Geografia Escolar; Trilhas Urbanas: Percursos Geográficos na Cidade de Fortaleza; Universidade, escola camponesa e convivência com o semiárido: Praticas sociais da juventude em tempos de Pandemia da Covid 19; Metamorfoses metropolitanas: Implantação do Núcleo de estudo e extensão em agroecologia e agricultura urbana na Região Metropolitana de Fortaleza; Museu das águas como espaço de sensibilização e difusão da educação ambiental inclusiva em escolas: produção àudio visual como linguagem geográfica; Museu das águas como espaço de sensibilização e difusão da educação ambiental inclusiva em escolas: produção àudio visual como linguagem geográfica.

Além da carga horária de atividades complementares (mín. 96h) e extensão (mín. 320h), os discentes do curso de Licenciatura em Geografia precisam cumprir 2192 horas em disciplinas obrigatórias, no mínimo 192 horas em disciplinas optativas, e 400 horas de estágio curricular supervisionado.

Cabe destacar que dentre as disciplinas com carga horária prática prevista em suas ementas, há diversas que são voltadas para aulas de campo, atividade essencial para a formação do(a) futuro(a) licenciado(a) em Geografia, conforme estabelecido no Parecer do Conselho Nacional de Educação 492/2001, que especifica nos itens 2 e 5 o trabalho de campo como parte integrante da formação discente.

No que concerne às disciplinas optativas, cuja carga horária mínima a ser cumprida é de 192h, é preciso mencionar que possibilitam a autonomia do discente, que pode buscar as temáticas que lhe sejam mais convenientes.

Com relação às 400h a serem cumpridas como estágio curricular supervisionado, cabe mencionar que propiciam ao futuro professor uma inserção em seu espaço profissional para o exercício da atividade docente. Estágio, na escola básica, supõe uma relação pedagógica entre um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um estagiário. Esse quantitativo de carga horária é subdividido em quatro estágios, possibilitando a inserção dos discentes no Ensino Fundamental, em unidades escolares de educação contextualizada e Educação Especial, em regência de sala de aula em escolas do Ensino Fundamental - anos finais, e em escolas do Ensino Médio regular, de tempo integral e profissionalizante.

É necessário também pontuar as Práticas Como Componente Curricular (PCC), conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019. Os(as) estudantes cumprem a carga horária de 400 (quatrocentas) horas de Prática como componente curricular, a partir do 2º semestre do Curso, integralizadas pelos componentes curriculares: Oficina geográfica I (Material Cartográfico), Oficina geográfica II (Material audiovisual), Oficina geográfica III (Material de Geografia Humana), Oficina geográfica IV (Material de Geografia Física), Geografia e Ensino I (Fundamentos), Geografia e Ensino II (Pesquisa) – 80 horas. As práticas

representadas nesses componentes visam o estudo e discussão de temáticas que integram os conhecimentos geográficos com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas do semestre anterior e em curso. Essas práticas objetivam desenvolver estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica.

O acesso metodológico homogêneo, garantido pelo Decreto nº 5.296 de 2004 a todos alunos, incluindo as pessoas com deficiências (PcD), é pensado pela Coordenação do Curso, em conjunto com docentes e Departamento de Geografia, desde a infraestrutura física de acesso as salas de aula até o apoio didático-pedagógico. Este último se apoia na Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui (informações no sítio www.acessibilidade.ufc.br).

A utilização do SIGAA, além de garantir acesso a materiais, permite o contínuo acompanhamento das atividades. Através do SIGAA o corpo docente pode realizar um significativo desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem. O SIGAA permite, por exemplo, que os docentes façam o controle de assiduidade, insiram o plano de ensino das disciplinas, insiram materiais para os discentes (links, artigos, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses), criem enquetes, criem fóruns, postem notícias (as quais ficam registradas na página da disciplina e também são enviadas para o email cadastrado do(a) discente), insiram tarefas e avaliações com prazos de entrega pré-determinado (entrega feita no próprio sistema), além de inserir as notas de cada ciclo avaliativo.

Quanto ao acesso às referências bibliográficas, todo o acervo físico das bibliotecas da UFC está tombado e informatizado através do sistema Pergamum. O sistema fica hospedado em servidor próprio da UFC e o acesso é garantido em tempo integral. Os alunos podem consultar a disponibilidade de livros e fazer agendamentos para o empréstimo a partir de qualquer dispositivo conectado à Internet, ou presencialmente nas diferentes bibliotecas do sistema de bibliotecas da UFC (www.biblioteca.ufc.br).

Destaca-se a possibilidade de utilização, pelos alunos, dos mais de 70 microcomputadores disponibilizados nos diversos Laboratórios do Bloco da Geografia, além dos disponíveis na Sala do PET, Sala da Empresa Júnior e Sala de Estudos da Graduação, todos com acesso à Internet. Além do acesso físico aos

computadores, os alunos podem conectar seus dispositivos pessoais (smartphones, tablets e notebooks) à rede WiFi da UFC, através de diversos roteadores espalhados pelas instalações, tanto no Bloco 911, quanto nas mais diversas áreas do Campus do Pici e de outros Campi.

Cabe destacar ainda possibilidades diferenciadas de aprendizagem que são ofertadas através de práticas como, por exemplo, utilização de óculos de realidade aumentada, os quais permitem aos estudantes visualização de realidades distantes ou de difícil acesso e, caixa de areia topográfica com realidade aumentada, através da qual é possível gerar e manipular um modelo topográfico com cores de elevação, contornos e simulação de água.

Por fim, é preciso mencionar que as estratégias metodológicas expostas aqui e adotadas pelo curso, permitem que o discente possua autonomia, haja vista poder escolher quais disciplinas optativas irá cursar (este PPC disponibiliza uma lista com 45 disciplinas optativas e o discente ainda pode cursar 128h como optativas livres, ou seja, em disciplinas que não figuram nessa lista), optar, em conjunto com seu orientador, pelo tema do seu TCC, além de eleger quais atividades complementares irá fazer, bem como em quais ações/programas/projetos de extensão irá se integrar. A possibilidade de inserção em algum dos nove laboratórios de pesquisa e extensão presentes no departamento de geografia, bem como de participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no Programa de Residência Pedagógica, no Programa de Educação Tutorial (PET-Geografia), ou na Empresa Júnior do curso de Geografia (InÓrbita), são também exemplos de estratégias de autonomia na formação do futuro professor(a) de geografia., que assim como as demais, coadunam-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática.

3.7 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

O curso de licenciatura em geografia tem como procedimentos de acompanhamento e avaliação de ensino e aprendizagem uma série de práticas pautadas na acessibilidade metodológica e desenvolvimento da autonomia discente. A partir das orientações pedagógicas contidas no Projeto, a avaliação dos

processos de ensino e aprendizagem deverá ocorrer no decurso de cada semestre letivo, em conformidade às orientações regimentais vigentes na Universidade Federal do Ceará.

Como regra geral, a avaliação é quantitativa (somativa). Dessa forma, juntam-se as dimensões somativas e formativas para potencializar o desempenho curricular, identificar dificuldades e deficiências e proporcionar ao(à) discente uma orientação mais adequada a seus interesses e habilidades. Com tais procedimentos espera-se estimular o desenvolvimento intelectual do(a) discente, considerando sua capacidade de pensar criticamente.

Da perspectiva somativa, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem têm por base os conteúdos, a metodologia adotada e a natureza das disciplinas ou da atividade (teórica ou teórico-prática). Em geral, podem ter o formato de provas com perguntas abertas ou objetivas, seminários, relatórios (trabalhos de campo, aulas práticas em laboratórios), elaboração de projetos, trabalhos individuais ou em grupos.

Os professores do Curso elaboram o plano de ensino de cada disciplina, que contém as formas e instrumentos de avaliação, as quais podem ocorrer por meio de provas, trabalhos e seminários, cabendo a cada professor definir o formato, obedecendo as normas da UFC. Os resultados das verificações do rendimento serão expressos em notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), com, no máximo, uma casa decimal. Para apoiar os alunos neste processo de ensino e aprendizagem, os professores do Curso submetem à UFC projetos de iniciação à docência (bolsa de monitoria), em que uma das atividades dos bolsistas é agir diretamente com os alunos, tirando dúvidas nas disciplinas em que são bolsistas.

Na verificação da eficiência, será aprovado por média o aluno que, em cada disciplina, apresentar média aritmética das notas resultantes das avaliações parciais igual ou superior a 7 (sete). Quando o aluno apresentar média igual ou superior a 4 (quatro) e inferior a 7 (sete) nas avaliações parciais, será submetido à avaliação final, sendo aprovado com média final igual ou superior a 5 (cinco). Em caso de reprovação por nota, o aluno deverá cursar novamente a disciplina.

Quanto a assiduidade, será aprovado o aluno que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária da disciplina e 90% (noventa por cento)

ou mais da carga horária da atividade. O estudante de graduação que contrair duas reprovações por frequência na mesma disciplina ou atingir um total de quatro reprovações por frequência em disciplinas do curso terá sua matrícula do semestre subsequente bloqueada. O desbloqueio da matrícula só poderá ser feito após assinatura de Termo de Compromisso, na Coordenação do Curso, no qual o estudante atestará que está ciente de que qualquer outra reprovação por frequência causará o cancelamento de definitivo de sua matrícula.

A avaliação dos docentes é realizada no final do semestre através de formulário próprio elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme informações disponibilizadas em https://cpa.ufc.br/pt/. e disponibilizado no SIGAA. A CPA compreende que a autoavaliação institucional enquanto processo interno que permite a reflexão acerca da realidade estudada e que nos exige, a todos os agentes implicados (discentes, docentes e técnico-administrativos), compromisso com o conhecimento gerado e com o consequente aprimoramento institucional. A Avaliação Insitucional é realizada semestralmente. Cabe destacar que há sempre incentivo para que os discentes e docentes participem da Avaliação Insitucional, tanto por parte das pró-reitorias, quando do Centro de Ciências e da Coordenação. Os resultados podem ser consultados pelos docentes e discentes no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), através do Portal da Avaliação Insitucional, assim como no site da CPA.

Os docentes são avaliados nos seguintes aspectos: Planejamento pedagógico, didático e domínio do conteúdo, Relacionamento e postura com os discentes, Formas e usos da avaliação do aprendizado discente, Pontualidade e assiduidade às aulas, sendo atribuídas notas de 0 a 5. Para o bom desenvolvimento do Curso, as condições materiais com as quais se desenvolvem as atividades acadêmicas, e que são oferecidas pela Instituição, também deverão ser consideradas e avaliadas.

3.8 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado em Geografia, a se realizar a partir da segunda metade do curso, cumprindo um total de 400 horas, é obrigatório e deve ocorrer na rede de ensino público municipal, estadual e na rede particular da

Educação Básica, propiciando ao futuro professor uma inserção em seu espaço profissional para o exercício da atividade docente.

Este estágio curricular e obrigatório refere-se ao tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência e aprendizagem direta, com a supervisão de um ou mais profissionais licenciados no trabalho pedagógico e/ou na formação básica da Geografia escolar. Assim, o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um estagiário. O estágio, condição para a obtenção da licença para o exercício da docência, oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais em unidades escolares dos sistemas de ensino. É importante que a inserção do futuro professor em seu campo de estágio se dê de forma a preservar a integridade do projeto pedagógico da instituição que o recebe.

É necessário que haja um regime de colaboração entre a unidade escolar que acolhe o estagiário e a instituição formadora, a partir de acordos que envolvem além daquelas duas o órgão executivo do sistema. Os Pareceres, Resoluções e a atual legislação de Estágio em vigor (Lei 11.788/2008) propõem que haja uma contrapartida das agências formadoras no sentido de oferecer alguma modalidade de formação continuada aos professores das escolas, campo de estágio.

As duas perspectivas atribuídas à prática pelos documentos legais que regem a formação dos professores pretendem uma abordagem mais íntegra e flexível, que supere a fragmentação anterior e que atenda às diferentes necessidades e especificidades na busca de uma maior qualidade nos cursos de formação docente.

Para o cumprimento dessa carga horária são previstas atividades pedagógicas de caráter teórico-prático, por intermédio das orientações acadêmicas, conforme relação a seguir:

- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I – 48 horas (32h de orientação). Cabe destacar que esse estágio ocorre em formato de estágio-pesquisa no Ensino Fundamental.
- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II – 64 horas (32h de orientação). Cabe destacar que esse estágio ocorre em unidades escolares de educação contextualizada e Educação Especial.

- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental) – 144 horas (16h de orientação). Cabe destacar que esse estágio ocorre com regência de sala de aula em escolas do Ensino Fundamental, anos finais.
- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio) – 144 horas (32h de orientação). Cabe destacar que esse estágio ocorre em escolas do Ensino Médio regular, de tempo integral e profissionalizante.

Os alunos que exerçam atividades docentes regulares na educação básica poderão ter substituída a carga horária até no máximo de 50% do total de horas a cumprir no estágio. Para tanto terão que encaminhar ao professor orientador do estágio um relatório sobre essa experiência e comprovante de vínculo empregatício com a escola. A finalização do estágio conta ainda com a realização de um trabalho final que pode ser relatório de estágio, portfólio, conforme encaminhamento do professor orientador e, a culminância ocorre pela socialização das experiências vivenciadas durante o estágio.

O Anexo II apresenta o Manual de Estágio Curricular Supervisionado.

3.9 Atividades Complementares

Além da carga horária desses componentes curriculares, o aluno deverá cumprir, no mínimo 96 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, conforme a Resolução n° 07/CEPE, de 17 de junho de 2005, que dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFC. As Atividades Complementares (AC) da Licenciatura em Geografia, conforme o Projeto do curso, estão discriminadas a seguir:

- Atividades de Iniciação à Docência - São atividades de monitorias relacionadas à docência no ensino superior e na Educação Básica. Visam o incentivo à docência por meio de ações didático-pedagógicas desenvolvidas no âmbito da universidade e da escola.
- Práticas Pedagógicas - Serão instrumentos de iniciação profissional, voltados para o ensino-aprendizagem, que colocarão os alunos diretamente

em contato com a realidade das salas de aula e ambiente escolar. O que pode dar-se através de trabalhos voluntários em instituições públicas ou privadas, ligadas à área de atuação do Licenciado em Geografia, mediante acordos ou convênios aprovados pelo Colegiado do Curso.

- Práticas de Pesquisa - Serão instrumentos que aproximarão o corpo discente da iniciação científica, estimulando o contato com a pesquisa e as áreas de ensino. Poderão ser realizados sob a supervisão de docente do Curso nos diversos laboratórios de ensino e de pesquisa da Universidade.
- Práticas de Extensão - Compreende as atividades desenvolvidas pelo aluno, sob a orientação docente, caracterizada como de extensão ou de prestação de serviços à comunidade, ligadas a área de atuação do Licenciado ou outras ações pedagógicas.
- Trabalhos de Campo e Visitas Técnicas - Serão considerados trabalhos de campo e visitas técnicas desenvolvidas fora daquelas atividades previstas e/ou desenvolvidas nas disciplinas dos núcleos obrigatórios e de opções livres.
- Participação em eventos científico-culturais - A participação do aluno em eventos de caráter científico-cultural deverá ser incluída no currículo do aluno como hora/atividade complementar, com ou sem apresentação de trabalho.
- Participação em bancas de apresentação de monografias e dissertações, bem como em defesas de teses de doutorado – A participação como ouvinte do discente em bancas deve ser incluída no seu currículo como hora/atividade complementar.
- Produção técnica e/ou científica - Produção de artigos, resumos, publicação de textos em livros, entre outras produções equivalentes.
- Outras atividades - São atividades que podem ser definidas pelo Colegiado do Curso de Geografia, por não estarem contempladas neste documento.

A contabilização e registro do componente curricular Atividades Complementares acontecerá preferencialmente no decorrer do último ano letivo do discente no curso. A creditação de Horas de Atividades Complementares é feita a partir do SIGAA, através do módulo "Creditação de Horas de A□vidades Complementares e Extensão". Por meio desse módulo, o(a) estudante irá compor

seu banco de horas, por tipo de componente curricular (atividade), e submeter à análise da Coordenação do Curso, até integralização automática das horas em histórico escolar (maiores informações na página virtual https://prex.ufc.br/pt/curricularizacao/ e https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2022/08/tutorial-banco-de-horas-e-creditacao-1.pdf). No momento de inclusão das solicitações no SIGAA, o(a) estudante deve inserir também as documentações comprobatórias. Entende-se por documentações comprobatórias: declarações, atestados, certificados, históricos, diplomas, bem como outros documentos que a Coordenação possa constatar a autenticidade dos mesmos. Caberá à coordenação do curso verificar se o discente se encontra na situação de aluno concludente, deferir a solicitação de integralização e efetuar o registro no SIGAA.

Cabe destacar que, no âmbito da UFC e do Departamento de Geografia os estudantes possuem acesso a diversas atividades complementares.

A coordenação do curso, juntamente com demais membros do corpo docente, em colaboração com o Centro de Ciências, Programa de Educação Tutorial (PET), Empresa Junior (InOrbita) e Centro Acadêmico Amélia Alba (CAAA), organiza duas semanas do recém-ingresso anualmente. Nestas semanas, os recém-ingressos podem conhecer a estrutura da UFC, do departamento e do curso de Licenciatura em Geografia. Os professores e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) se apresentam. Os alunos veteranos também atuam, com destaque para o PET, Empresa Junior e o CAAA. Os recém-ingressos que frequentarem pelo menos 75% da carga horária recebem seu primeiro certificado relativo às atividades complementares.

Anualmente a UFC organiza os Encontros Universitários (EU), normalmente em meados do segundo semestre. Discentes das graduações e pós-graduações, assim como TAEs e corpo docente, participam.

Os EU têm como objetivo difundir junto à comunidade acadêmica atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão, arte e cultura e de experiências diversas desenvolvidas e vivenciadas por estudantes da UFC, que atuam como bolsistas ou não em programas e projetos cadastrados com acompanhamento de orientadores.

Os EU têm duração de três dias, durante os quais, ocorrem encontros de: iniciação científica, pesquisa e pós graduação, iniciação à docência, extensão, experiências estudantis, bolsistas de apoio aos projetos de graduação, programas de educação tutorial, cultura artística, iniciação acadêmica, estágios, práticas docentes, iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação, produção de pesquisa científica de servidores docentes e técnicos administrativos da UFC. Ocorrem também palestras, oficinas e mesas-redondas.

O tema dos Encontros Universitários do ano de 2023 foi "Incluir para educar, educar para incluir". Trata-se, portanto, de uma oportunidade para que os discentes possam compartilhar experiências, agregar conhecimentos e habilidades, atuar na divulgação científica, e também computar horas de atividades complementares.

Na UFC os estudantes têm possibilidade de participar de diversos projetos vinculados às pró-reitorias, coordenados por docentes, seja como bolsista ou voluntário: Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP); Programa de Iniciação à Docência (PID); Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA); Programa de Extensão Universitária; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa de Educação Tutorial (PET). Ao final de cada participação os estudantes recebem certificados que podem ser utilizados para o cômputo das Atividades Complementares. Cabe destacar também que bolsistas e voluntários desses projetos precisam apresentar trabalhos nos Encontros Universitários.

Ainda, entre as atividades que podem render certificados de horas complementares para os estudantes estão, a Semana da Geografia, realizada no mês de maio, por ocasião do dia do geógrafo, comemorado em 29/05; e o evento em alusão ao dia do professor de geografia, o qual é comemorado no dia 26/06. Tais eventos envolvem convidados externos à UFC, como egressos, técnicos de órgãos públicos, pós-graduandos e professores de outras Instituições de Ensino Superior (IES). Ocorrem mesas redondas, palestras, oficinas e minicursos.

O Anexo III apresenta o Manual de Atividades Complementares de Graduação.

3.10 Trabalho de Conclusão de Curso

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo a sistematização de um produto de pesquisa relacionado (direta ou indiretamente) a temas da formação docente, em sintonia com as experiências e vivências do(a) licenciando(a) nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

O TCC representa uma atividade obrigatória, organizada por intermédio de práticas de estudo temático, projeto de pesquisa e redação do trabalho final, com orientação de um dos docentes do Departamento de Geografia.

Considerado como atividade curricular adequada ao final do curso, o TCC pode ser iniciado em qualquer etapa da Licenciatura. Porém, é preferencialmente cadastrado no 7º semestre do curso (TCC I) e no 8º semestre (TCC II). A exposição e avaliação pública do TCC é condição básica para a diplomação (colação de grau) de todo e qualquer aluno da Licenciatura.

Cada aluno(a), individualmente ou em duplas, deve procurar os(as) professores(as) do curso para sistematizar possíveis projetos de TCC, antes do cadastramento da atividade, o qual é feito a partir da entrega do Termo de Aceite preenchido e assinado pelo(a) aluno(a) e pelo(a) professor(a) orientador(a), junto à Secretaria da Coordenação. O período deste cadastramento será informado pela Coordenação semestralmente.

Ao longo do semestre, cabe ao professor orientador estabelecer a periodicidade e metodologia dos estudos no TCC I e TCC II, visando otimizar a pesquisa para garantir o produto final com qualidade. Fica também sob sua responsabilidade inscrever o candidato e a Comissão de Avaliação, (três docentes, incluindo o orientador como presidente) como confirmação de que o trabalho pode ser apresentado.

Fica a critério do(a) professor(a) orientador(a), em comum acordo com o(a) orientando(a), definir a modalidade de TCC que representará seu estudo da Licenciatura em Geografia, sendo que esta escolha deverá ser informada no cadastramento do aceite do TCC II (Pesquisa), desde que o professor orientador e o projeto tenham sido mantidos.

O TCC será expresso na elaboração de um estudo acadêmico, cuja forma de concepção e desenvolvimento pode corresponder a uma dessas três modalidades.

1. **MEMORIAL**: é uma autobiografia (geral ou temática) que descreve, analisa e critica acontecimentos sobre a trajetória acadêmica, profissional e intelectual do candidato, refletindo aspectos de sua experiência acumulada na academia. O Memorial pode estar associado a um registro sequenciado dos quatro estágios supervisionados e/ou avaliações de experiências com projetos e programas significativos para sua formação inicial no trabalho da geografia escolar.

2. **MONOGRAFIA**: é um texto acadêmico acerca de um tema específico, resultante de investigação científica. Possui, portanto uma organização convencional, incluindo tema, problemática, objetivos, metodologia, revisão de literatura, acompanhada de análise crítica, síntese ou categorização realizada pelo autor. O material bibliográfico levantado deve ser organizado de modo a dar uma visão integradora do tema relacionado à educação geográfica.

3. **ARTIGO CIENTÍFICO**: é um trabalho mais condensado (com menos de 30 páginas) cuja finalidade é a de registrar investigação realizada e divulgar resultados obtidos à comunidade científica. Seus parâmetros de organização devem seguir recomendações feitas a autores, conforme instruções dadas por revistas e periódicos qualificados pela CAPES. Sua estrutura básica é: introdução, metodologia, resultados, conclusão e referências.

Sobre o encaminhamento do TCC à Comissão Avaliadora, ressalta-se que a versão digital a ser entregue com cópia à Coordenação, deve ocorrer com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da seção pública. A versão final do TCC deve seguir a Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFC. A revisão do texto deve passar por profissional competente, antes da disponibilização no repositório de publicações da UFC.

A não submissão do TCC para a Comissão Avaliadora no prazo, já denota a falta de condições de sua defesa e apreciação pela Comissão; neste caso prorroga-

se a diplomação do candidato, respeitando-se o prazo limite para conclusão do curso de cada aluno(a).

Fica a critério da Coordenação, atualizar semestralmente os prazos e encaminhamentos para a realização da Seção Pública. Os professores orientadores ficam responsáveis pelo planejamento e realização da Seção publica, providenciando os encaminhamentos para sua organização, em parceria com a Coordenação do curso. É de responsabilidade da Coordenação a elaboração da Ata e das declarações dos professores examinadores e professor(a) orientador(a).

A responsabilidade pela avaliação do TCC é do(a) professor(a) orientador(a), que junto com o(a) orientando(a), indica à Secretaria da Coordenação dois examinadores (no mínimo) graduados em Geografia (ou áreas afins) e preferencialmente professores do Ensino Básico ou Superior, para formar a Comissão Avaliadora e apresentar pareceres do TCC em Seção Pública

A mensuração do TCC será feita com base nos seguintes critérios:

1. Qualidade, originalidade e consistência do estudo proposto, conforme a modalidade indicada.
2. Consistência teórico metodológica no campo da Educação geográfica;
3. Cumprimento das normalizações estabelecidas;
4. Elementos que demonstram o comprometimento do candidato com o estudo proposto.
5. Conjunto do trabalho

A Comissão Avaliadora – Orientador(a) e Examinadores(as) - atribuirá uma avaliação final por médias individuais ou consenso na atribuição de uma nota coletiva. Será considerado aprovado o aluno (ou equipe de alunos) que obtiver, no mínimo, a nota igual ou superior a 7,0 (sete) na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Da inscrição do TCC ao momento da Seção Pública, o Orientador tem o direito de solicitar a suspensão da apresentação, por qualquer motivo justificável, seja relacionado ao trabalho ou ocorrências extraordinárias. No caso de Seção suspensa, é facultativo ao Orientador solicitar uma nova data ou prazo para essa exposição, cabendo a Coordenação deliberar sobre o pedido.

Realizada a Seção, a nota final, estabelecida só será registrada no sistema acadêmico, pelo coordenador e/ou orientador mediante a apresentação e devolução à Coordenação da Ata da Seção Pública preenchida e assinada pelos examinadores.

A apresentação do TCC poderá ocorrer ao longo do período semestral não coincidindo com as avaliações finais, sem qualquer necessidade de justificativa prévia por parte do professor orientador.

Ressalta-se que a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos será realizada pela Coordenação do curso de forma permanente, por meio digital, utilizando para tanto a plataforma do SIGAA. Ademais, a disponibilização dos TCC se dará na biblioteca universitária, via repositório institucional da Universidade Federal do Ceará, acessíveis pela internet.

O não cumprimento das normas aqui expostas implicará na realização de nova matrícula na atividade TCC, respeitando-se o prazo limite para conclusão do curso de cada aluno(a).

Os casos não previstos por esta normativa serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura Geografia.

O Manual do Trabalho de Conclusão de Curso é apresentado no Anexo IV, ao final deste PPC.

3.11 Ementário e bibliografias

EMENTA
CG0500 – Geologia Geral Geologia: definições, subdivisões e breve histórico. A origem do universo e o sistema Terra-Lua. A Terra em conjunto e a litosfera. Meteoritos. O tempo geológico. Minerais. Rochas. A origem das montanhas e teorias geotectônicas. Intemperismo e formação do solo. Hidrosfera. Atmosfera. Biosfera. Atividades geológicas dos rios. Atividades geológicas dos ventos. Atividades geológicas do gelo. Atividades geológicas do mar. Atividades geológicas dos organismos. O magma. Vulcanismo. Plutonismo. Terremotos. Epirogênese. Deformação das rochas. Análises geológicas em atividades práticas de campo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARTHAUD, M.H. Geologia Geral, Notas de Aulas. Fortaleza, DEGEO, 2002. CASTRO, D. L. – 004 – Geologia Geral, Notas de Aulas. Fortaleza, DEGEO. 62 p. TEIXEIRA, W.; Toledo, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; Taioli, F. Decifrando a Terra. São Paulo, USP: Companhia Editora Nacional.2009. Oficina de Textos. 2ª Edição. 623p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAPTISTA NETO, J. A.; Ponzi, Vera, R. A.; Sichel, S. E. Introdução à Geologia Marinha. Editora Interciência Ltda. Rio de Janeiro, 2004, 279p. LEINZ V. & AMARAL S. S. Geologia Geral. São Paulo, Editora Nacional. 2004, 399 p. MC ALESTER, Al. L. História Geológica da Terra. São Paulo, Editora Edgar Blücher, 1996, 173 p. PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J. e JORDAN, T. Para Entender a Terra. 4ª Edição, Bookman. 2006. JAMES S. MONROE. Fundamentos de Geologia. Editora: Cengage Learning, 2010.

EMENTA
CH0771 – Biogeografia Biogeografia como ciência. Os ciclos biogeoquímicos. Mapeamento e distribuição dos seres vivos. Fatores externos e internos da distribuição. As grandes biocenoses

terrestres. Dinâmica das comunidades. Noções gerais sobre a Fitogeografia do Brasil. A análise da vegetação e suas relações com o ensino da interpretação das paisagens naturais. Os movimentos ambientalistas. As unidades de conservação. Os impactos ambientais em relação com a sociedade. Metodologia científica Ciência geográfica: natureza e objetivos. Saber, ética e produção intelectual. Trabalho científico: linguagem, redação, apresentação e normalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROWN, J.H. & LOMOLINO, M.V. Biogeografia. 2ª edição. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2006.

CAMARGO, J.C.G. Considerações a respeito da Biogeografia. Caderno de Geografia da PUC Minas, vol. 4, nº 5: 41 a 50. (disponível na internet)

COLE, M.M. 1960. Cerrado, Caatinga and Pantanal: The Distribution and Origin of the Savanna Vegetation of Brazil. The Geographical Journal, 126 (2): 168-179.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, F.S.; RODAL, M.J.N.; BARBOSA, M.R.V.; MARTINS, F.R. 2005. Repartição da flora lenhosa no domínio da Caatinga. In: ARAU JO, F.S.; Rodal, M.J.N. &

BARBOSA, M.R.V. (Org.). Análise das variações da biodiversidade do bioma caatinga: suporte a regionais de conservação. Brasilia: Ministério do Meio Ambiente. p. 15-33.

CABRERA, A.L. & WILLINK, A. 1980. Biogeografia de Amerfica Latina. Monografia 13. Organización de los Estados Americanos, Washington, D.C. 1980. 122p. (disponível na biblioteca) FERNANDES, A. & BEZERRA, P. 1990. Estudo fitogeográico do Brasil. Stylus Comunicações, Fortaleza. (disponível na biblioteca UFC)

FERNANDES, A. 1990. Temas fitogeográficos. Stylus Comunicações, Fortaleza. (disponível na biblioteca)

FIGUIREDO, M.A. 1997. A cobertura vegetal do Ceará: unidades fitoecológicas. IPLANCE. (eds.) Atlas do Ceará, Fortaleza. p 28-29. (disponível na biblioteca UFC).

EMENTA

CJ0063 – Climatologia

Domínios e métodos. Atmosfera e superfície da terra. Análise dos elementos climáticos e a interferência dos fatores geográficos. Classificações climáticas. O estudo das condições climáticas e suas influências sobre o meio e a sociedade. As condições climáticas como elemento organizador do espaço geográfico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOADE, J. Introdução à climatologia para os trópicos. 2ª edição. São Paulo: Ed. Bertrand do Brasil, 1988.

DEMILLO, R. Como funciona o clima. Tradução: Túlio Camargo da Silva]. São Paulo: Quark Books, 1998.

MONTEIRO, C. A. de. F. Teoria e clima urbano. São Paulo: IGEOG/USP, 1976. (Série Teses e Monografia, 25).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, J. B. Clima e meio ambiente. São Paulo: Atual Editora, 1988, 88p.

OLCINA, A. G. & CANTOS, J. O. Climatologia general. Barcelona: Editora Ariel, 1997. SANT´ANNA NETO, J. L. & ZAVATINI, J. A. (Orgs.). Variabilidade e mudanças climáticas implicações ambientais e socioeconômicas. Maringá: EDUEM, 2000.

SANT´ANNA NETO, J. L. (Org.). Os climas das cidades brasileiras. Presidente Prudente, 2002. VAREJA O-SILVA, M. A. Meteorologia e climatologia. Brasília: INMET, Gráfica e Editora Pax, 2001.

EMENTA

CJ0070 – Geomorfologia

Bases conceituais e metodológicas da geomorfologia: critérios de classificação das formas de relevo; os fatores da geomorfogênese e da morfodinâmica atual; as litologias e suas propriedades geomorfológicas; o significado geomorfológico da estrutura geológica; a análise morfodinâmica; processos aerolares e processos lineares; noções de geomorfologia litorânea; os preceitos normativos dos levantamentos geomorfológicos e as principais aplicações práticas desses levantamentos. A geomorfologia como recurso de interpretação dos fenômenos naturais e seus reflexos sobre a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOLOS, M. de. Manual de Ciência del paisaje. Barcelona: Masson, S.A, 1992.

CHRISTOFOLLETTI. A. Geomorfologia. São Paulo: Edgar Blucher.

DERRUAU, Max. Geomorfologia. Barcelona: Ed. Ariel, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASSETI, Valter. Ambiente e Apropriação do Relevo. São Paulo: Contexto,1981.

CHRISTOFOLLETI, Antônio. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blucher, 1981.

CUNHA, Sandra Batista e GUERRA, Antônio José Teixeira. Geomorfologia:

exercícios, técnicas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.

CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. Geomorfologia do Brasil. RJ: Bertrand Brasil, 1998.

CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. Geomorfologia: uma atualização de bases. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994.

EMENTA

CH0865 – Ecologia

Conceitos básicos de estrutura e funcionamento de ecossistemas. Processos ecológicos: energia e nutrientes. Efeitos dos fatores abióticos sobre a diversificação, distribuição e abundância dos organismos. Aplicações nos estudos de manejo e conservação de recursos naturais. Observação, métodos e interpretação de dados ecológicos. Principais ecossistemas terrestres. Ecossistemas brasileiros e cearenses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB´SABER, A. N. 2003. *Os domínios de natureza no Brasil.* São Paulo, Editora Ateliê. 159p.

BEGON, M.; HARPER, J.L. & TOWNSEND, C.R. 1996. *Ecology: individuals, populations and communities.* 3ª ed. Oxford, Blackwell Science. 1068p.

KREBS, C.J. 2001. *Ecology.* 5ª ed. San Francisco, Benjamin Cummings. 695p.

ODUM, E. 1988. *Ecologia.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara. 434p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOT, P. 1990. História da ecologia. Rio de Janeiro, Editora Campus. 212p.
MEGURO, M. 2000. Métodos em Ecologia Vegetal. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências. 118p.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B. & TUNDISI, J.G. (Orgs.) 2002. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 2ª ed. São Paulo, Escrituras Editora. 703 p.

ODUM, E. 1997. *Fundamentos de Ecologia.* 5ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 927p.

RICKLEFS, R.E. 1996. *A economia da natureza: um livro-texto em ecologia básica.* 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 470p.

SILVA, L.F. 1996. *Solos tropicais: aspectos pedológicos, ecológicos e de manejo*. São Paulo, Terra Brasilis Editora. 137p.

EMENTA

CJ0072 – Recursos Hídricos

Conceito, campos e métodos da Hidrologia. Interações com outras ciências e suas diferentes etapas. Ciclo hidrológico. Águas superficiais: condicionantes do escoamento fluvial. Fatores, regimes e classificação dos cursos d´água e das águas subterrâneas. Noções gerais de oceanografia e limnologia. Os lagos. Aspectos básicos da hidrografia brasileira. Análise dos recursos hídricos como contribuinte para o entendimento das atividades econômicas e relações internacionais. Alternativas de gestão dos recursos hídricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHRISTOFOLETTI, A. A geomorfologia fluvial. São Paulo: Ed. Edgar Blucher,1981.

FEITOSA F. A. C. & MANOEL FILHO, J. (coords.) Hidrogeologia - conceitos e aplicações. Fortaleza: CPRM/REFO, LABHID-UFPE, 2000.

GUERRA, A.T. & CUNHA, S. B. da Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PORTO, R. (org.) et al. Hidrologia ambiental. São Paulo: Editora da Universidade de SP: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 1991.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. Academia Brasileira de Ciências, Inst. Estudos Avançados/USP, Ed. e Distribuidora de Livros Ltda., 1999.

SUGUIO, K. & BIGARELLA, J. J. Ambientes fluviais. Florianópolis: Editores UFPR/UFSC, 1990.

TUCCI, C. E. M. (Org.) Hidrologia – ciência e aplicação. São Paulo. Ed. Da Universidade e Edusp. 1993.

TUNDISI, J. G. Água no século XXI: enfrentando a escassez. São Carlos: RiMa, IIE, 2003.

EMENTA

CJ0133 – Pedologia

A pedologia - conceitos, objetivos e relações interdisciplinares. Os constituintes do solo: horizontes e camadas; descrição do perfil do solo. Relações solo-água-planta. Noções de química e mineralogia dos solos. Pedogênese - fatores e processos

pedogenéticos. Classificação dos solos – princípios e critérios básicos. Principais classes de solos do Brasil. Solos e problemas conservacionistas. O significado do trabalho pedológico para a Geografia. Estudo do solo como ferramenta natural para inter-relações com os outros componentes da natureza e sua interferência na organização funcional das atividades econômicas. As potencialidades e limitações do solo. Práticas de campo realizadas com a participação de estudantes do ensino fundamental e representantes das comunidades rurais, demonstrando a necessidade do uso adequado do solo como um recurso natural não renovável no curso do tempo histórico. Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, Nyle C. Natureza e Propriedades aos Solos, Rio de Janeiro– RJ. 1983. Biblioteca Universitária Freitas Bastos, 647p.

EMBRAPA. Sistema Brasileiro de classificação de Solos. EMBRAPA. Rio de Janeiro. 412p. 1999. MONIZ, A. C. Elementos de Pedologia. Ed. Livros Técnicos e científicos Editora S. A. Campinas, 1972. 459p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIGARELLA J.J.; BECKER R.D. E PASSOS E. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais. Vol. II – Intemperização Biológica, Pedogênese, Laterização, Bauxitização e Concentração de Bens Minerais. Ed. da UFSC. 875p. 1996.

DUCHAU FOUR, P. Edafologia.1. Edafogenesis y classificación. Ed. Masson S.A. Barcelona, 1984. 483p.

FERREIRA, P. H. de Moura. Princípios de Manejo e de Conservação do Solo. Nobel, 3ª ed. São Paulo, 1992.

GUERRA, A .J. T.; SILVA, A .S. E BOTELHO, R.G. M. (Org.). Erosão e Conservação dos Solos. Conceitos, Temas e aplicações. Ed. Bertrand Brasil. São Paulo, 1999. 339p.

JACOMINE P.T.K. (Coord.). Levantamento Exploratório - Reconhecimento de Solos do Estado do Ceará. Vol. I, DPP, MA/DNPEA -SUDENE Bol. técnico 28. Recife, 301 p. 1973.

EMENTA

CJ0062 – Metodologia Científica

Noções de história e filosofia da ciência. O conhecimento científico. Métodos. Introdução prática ao trabalho científico. Ciência geográfica: natureza e objetivos. Saber, ética e produção intelectual. Trabalho científico: linguagem, redação, apresentação e normalização. O processo de pesquisa. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT: História da normalização brasileira. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2011. 112 p.

LUNGARZO, Carlos. O que é ciência. Sao Paulo: Brasiliense, 1989. 86p.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. Nobel, São Paulo, 1985, (3ª edição: 1992).

SEVERINO, A. Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras. 12a ed. São Paulo: Brasiliense, sd.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1991.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. 174 p.

MARCONI, M. de Andrade, LAKATOS, E. Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 17. Ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1991. 252 p.

EMENTA

CJ0141 – Métodos e técnicas de Pesquisa em Geografia Física

A Geografia Física: questões conceituais e metodológicas. O campo de ação da Geografia Física. Análise geossistêmica, ecodinâmica e geoecológica da paisagem. Os trabalhos de gabinete, de campo e de laboratório em Geografia Física. A execução de mapeamento temático e a preparação de relatórios setoriais e integrativos. Geografia Física e análise ambiental: aplicações práticas de pesquisa. Elaboração de pesquisas visando a interação entre o conhecimento teórico e prático da Geografia Física.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CEOTMA. Guia para la elaboración de estúdios del Medio Físico: Contenido y Metodologia. Madri: MOPU, 1984.

PROJETO RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Vols. 21 e 23. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1981.

RUIZ, João A lvaro. Metodologia científica. Guia para experiência nos estudos. São Paulo: EditoraAtlas S/A, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTRAND. G. Paisagem e Geografia Física Global – Esboço Metodológico 13 – Caderno de Ciências da Terra. São Paulo: Instituto de Geografia-USP, 1972.

GEVERTZ, R. et al. Em busca do conhecimento ecológico. Uma introdução à Metodologia. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1983.

RELATO RIOS DE PESQUISAS elaborados pela UFC, UECE, FUNCEME, IBAMA, SEMACE, SEDURB e outros.

RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.

SOTCHAVA, V.B. Por uma Teoria de Classificação de Geossistemas de vida terrestre – 14 Biogeografia – São Paulo: Instituto de Geografia-USP, 1978.

EMENTA

CJ0109 – Métodos e técnicas de Pesquisa em Geografia Humana

Pesquisa e ideologia. O significado da fundamentação teórico-conceitual e as grandes correntes metodológicas. O planejamento e as etapas da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTIE , J. Algumas reflexões sobre a Pesquisa em Geografia Humana. In: Boletim Geografia n. 234, Rio de Janeiro: IBGE; 1973.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). Pesquisa Participante. 8a edição. SP: Brasiliense, 1990. GEORGE, Pierre. Tradução de Helogra de Lima Dantas. Os Métodos da Geografia. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

CAPITALISMO: uma história de amor. Direção: Michael Moore. Estados Unidos da America: [S. n.], 2009. 1 DVD (127 min.), son., color.

CARLOS, A. F. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. Terra Livre, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 161-178, 2002.

DEMO, P. Metodologia científica em Ciências Sociais. SP: Atlas, 1980.

GOMES, H. A Pesquisa Geográfica. In: Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, 1982.

EMENTA

CJ0060 – Cartografia

Princípios e conceitos de Cartografia. Elementos técnicos da ciência cartográfica. Sistema de coordenadas geográficas e sistema UTM. Projeções cartográficas. Principais componentes de uma carta. Nomenclatura de cartas. Uso prático de cartas. Introdução às técnicas de representação da Cartografia temática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, P. S. Princípios de Cartografia Básica. IBGE/DSG: 1982. http://javali.fcav.unesp.br/sgcd/Home/departamentos/engenhariarural/TERESA CRISTINATAR LEPISSARRA/Cartografia-Basica.pdf

DUARTE, P.A . Cartografia Temática. Santa Catarina: Editorada UFSC, 1991.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. Canoas: Centro Universitário La Salle,2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do Desenho ao Mapa. Iniciação Cartográfica na Escola. SP: Ed. Contexto, 2001.

MARTINELLI, Marcello. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. SP: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Ceurio. Curso de cartografia moderna. IBGE. Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, José Gilberto de & KATUTA, Ângela Massumi. Geografia e Conhecimento Cartográfico. A Cartografia no movimento de renovação da Geografia Brasileira e a importância do Uso de Mapas. SP: Ed. UNESP, 2001.

LIBAULT, André. Geocartografia. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1975.

EMENTA

CJ0059 – História do Pensamento Geográfico

A trajetória do conhecimento geográfico. A sistematização da Geografia como campo de conhecimento. As diferenciações metodológicas e conceituais nas distintas Escolas geográficas. A Geografia na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERY, Maria Amália, MICHELETTO, Nilza e outras. Para compreender a Ciência. Rio de Janeiro: Espaço Tempo/PUC-SP. 1988.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural, In: CASTRO, Iná Elias de et ali. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, ,1997.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. RJ: Guanabara, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. RJ: Bertrand Brasil, 1997.

BLACHE, P.V. Princípios de geografia humana. Lisboa: Cosmos 1956.

GOMES, Paulo C. da Costa. Geografia e Modernidade. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARTSHORNE, Richard. Propósito e natureza da Geografia. SP: HUCITEC- Edisp-Se. 1979.

MOREIRA, Ruy. Geografia teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

EMENTA

CJ0123 – Geografia da População

Teorias clássicas e contemporâneas sobre população: Malthus, Neomalthusianismo Cornucopiana, Clube de Roma, Marx, Pegada Ecológica, Desenvolvimento Sustentável. Dinâmicas populacionais. Transições demográficas e o processo de globalização. Desenvolvimento e estruturação da população no espaço geográfico. Migrações. Diversidades étnicas. Os povos invisíveis: negro, índigena, ciganos, moradores em situação de rua, moradores das periferias. As questões do gênero.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fernando Lopes de; FERNANDES, Francisco R. Chaves (orgs.). Smith, Ricardo e Malthus. A Economia Clássica. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1978.

BECKER, Olga. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et ali. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, ,1997.

DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. População residente nos núcleos urbanos do Nordeste (1970 – 1980). Recife: SUDENE, 1983.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In AFFONSO, Rui de B. A. & SILVA, Pedro L. B. (Org.) Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAJ/Editorada Universidade Estadual Paulista, 1995 (Federalismo

no Brasil)

MOREIRA, Rui Ideologia e política dos estudos de população. In O discurso do Avesso. (Para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987. REVISA TRAVESSIA. Publicação do Centro de Estudos Migratórios.

ROSSINI, Rosa Ester. Brasil: tendência atual da queda de fecundidade. São Paulo: USP, 1985 (Mimeo).

EMENTA

CJ0140 – Geografia Agrária

Formação espacial, territorial do Brasil e as relações de produção no campo brasileiro. A formação da estrutura agrária brasileira e cearense. Agricultura familiar camponesa. Agronegócio e agroecologia. Convivência com os semiáridos, os sertões. Os conflitos socioespaciais, socioterritoriais e pastorais no campo. As políticas de reforma agrária no Brasil e no mundo.

Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Segredos Íntimos: A gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BARREIRA, César. Trilhas e atalhos do poder: Conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Manuel Correia de. O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária? Cadernos Guararapes. V.2. Recife: Guararapes, 1981.

DINIZ, J.A. Filizola; Geografia da agricultura. 2ª edição. S. Paulo: Difel, 1986.

KAUSTRY, Karl. A questão agrária. 3ª edição. SP: Proposta Editorial, 1980.

GRAZIANO NETO, Francisco. A tragédia da terra. O fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: Iglu, 1991.

LAMARCHE, Hughes (coord.) A agricultura familiar: Comparação internacional. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed UNICAMP, 1993.

EMENTA

CJ0023 – Geografia Urbana e dos Serviços

A Geografia Urbana e dos Serviços no contexto da Geografia. O processo de urbanização. Urbanização na Amérfica Latina. A urbanização e metropolização. O espaço urbano e sua estrutura. Problemas urbanos. As cidades e a organização do espaço. Conceito e classificação das funções urbanas. Os espaços públicos e os lazeres na cidade e no urbano. As condições socioambientais no urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, MARIA CLÉLIA LUSTOSA; Pequeno, L.R.B. (Org.) . Fortaleza: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

DANTAS, E. W. C. ; COSTA, M. C. L. ; SILVA, J. B. . De cidade a metrópole. (Trans)formações urbanas em Fortaleza.. 1. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2009.

LENCIONI, Sandra. Metrópole, metropolização e regionalização. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SOUZA, M. L. Mudar a Cidade. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENNER, N. Teses sobre urbanização. Revista E-metropolis. Rio de Janeiro. n. 19, ano 5, 2014. p. 6-26.

CORREA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, M. C. L. Capítulos de geografia histórica de Fortaleza. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

DANTAS, E. W. C. ; COSTA, M. C. L. ; ZANELLA, M. E. Vulnerabilidade socioambiental e qualidade de vida em Fortaleza. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

LEFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MERCATOR: Revista do Departamento de Geografia da UFC. Fortaleza: UFC, 2018. Disponível em: <www.mercator.ufc.br>.

PEREIRA A. Q. A urbanização vai à praia. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e Sociedade no início do século

XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPÓSITO, M. E. B; CARLOS, A. F. A; SOUSA, M. L. (org.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto. 2015.

EMENTA

CJ0081 – Geografia da Energia e das Indústrias

A industrialização brasileira. A concentração geográfica da indústria no Sudeste. A redivisão inter-regional da indústria no Brasil. A industrialização no Nordeste. A reestruturação Produtiva e Espacial e o mercado de trabalho. A agroindústria e as relações campo-cidade. O processo de industrialização relacionado com o uso da energia. Energia: fonte, transporte, controle e impacto ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: Ceará: um novo olhar geográfico/organizadores, SILVA, José Borzacchiello da Silva, CAVALCANTE, Tércia Correia, DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, SOUSA, Maria Salete de [ET AL] Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

CARLOS, Ana Fani A. Espaço e indústria. São Paulo: EditoraContexto/Edusp, 7ª edição 1997.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 5ª ed. São Paulo, Loyola, 1995.

MUNIZ, Alexsandra M. Vieira; Silva, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. Boletim Goiano de Geografia, v.31, p. 13/1-25, 2011. HTTP: http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15395.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza - um olhar orientado pelo processo de industrialização. Fortaleza [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana / [edição] Maria Clélia Lustosa Costa, Renato Pequeno. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MUNIZ, Alexsandra M. Vieira. Produção do Espaço Metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. Revista Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015.

_____. CEARA STATE AND THE TEXTILE INDUSTRY IN TIME-SPACE/O CEARA E A INDU STRIA TEXTIL NO ESPAÇO-TEMPO/. Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 36, p. 420-443, 2016.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. Uma reorganização produtiva do território. In:O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4ª ed. Rio de

Janeiro/São Paulo, Record, 2002.

_____.O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, Eliseu Savério. O novo mapa da indústria no início do século XXI. 1.ed.São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

EMENTA

CJ0136 – Geografia do Brasil

A natureza do território brasileiro. A formação territorial do Brasil. As divisões regionais brasileiras. O povo brasileiro: diversidade cultural e imigração, Dinâmica populacional, mercado de trabalho. Imagem e imaginário do Brasil. O Estado, a nação e o nacionalismo e a identidade do Brasil. O Brasil urbano e industrial: novos investimentos industriais, rede urbana brasileira, qualidade de vida nas cidades, a industrialização do campo. Circulação e transportes no Brasil. A inserção do Brasil do mercado mundial: potencialidades e dificuldades.

Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, Antonio C. R. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. Editora Record: São Paulo, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro/RJ: Editora Bertrand Brasil, 1993.

CLAVAL, Paul. A construção do Brasil: uma grande potência em emergência. Lisboa: Editora Piaget, 2010.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 11ªed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Nacional, 1972.

MORAES, Antônio C. R. Ideologias geográficas. São Paulo: Anablume. 2005.

MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo/SP: Fundação Editora UNESP & Editora Moderna, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

EMENTA

CJ0095 – Geografia do Nordeste e do Ceará

Os elementos condicionantes naturais e socioeconômicos das paisagens nordestinas e cearenses. As regiões naturais: litoral, sertão, agreste, serras, chapadas e planalto – suas configurações e inter-relações Conservação e degradação ambiental: a necessidade de conservar; processos de degradação e Desertifficação de ambientes naturais – causas e implicações socioambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB'SABER, Aziz Nacib. Os Domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras artes. Recife/São Paulo, Massangana/Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Ed.Atlas, 1986.

_____. Formação Territorial do Brasil. In: Becker, Berta K. et al. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 163-180.

CASTRO, Iná Elias de. O Mito da Necessidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.

NASCIMENTO, Flávio R. do. O Fenômeno da Desertificação. CEGRAF: Goiânia, 2013. 240p.

_____. Os semiáridos e a Desertificação no Brasil. IN: Revista Eletrônica do PRODEMA. V. 9, n. 2. Fortaleza:UFC. 2015. p. 9-26.

ROSS, Jurandyr Luciano S. Natureza e sociedade nos espaços agroambientais do Brasil. IN: Ecogeografia do Brasil. Subsídios para planejamento ambiental. SP: Oficina de Textos, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AB'SABER, Aziz Nacib. Províncias geológicas e Domínios Morfoclimáticos do Brasil. In: Geomorfologia (20). São Paulo: USP –I.G, 1970.

_____. Sertões e Sertanejos: uma Geografia humana sofrida. In: Revista Estudos

Avançados. Dossiê Nordeste seco. 13 (36), São Paulo: Centro de Estudos Avançados, 1999. p. 7 – 59.

CUNHA, Sandra B. da. Bacias hidrográficas. IN: Cunha, S.B. da. e Guerra, A. J. T. (orgs.). Geomorfologia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 229-276.

DUQUE, José G. Solo e Água no Polígono das Secas. Mossoró: Coleção Mossoroense, Vol. CXLII. 5ª. Ed. 1980. 273p.

GONÇALVES, Carlos, W. P. Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. 148p.

NASCIMENTO, Flávio R. NASCIMENTO, Flávio R. do. Os recursos hídricos e o trópico semiárido no Brasil. Geographia (UFF), v. 14, p. 82-109, 2012.

___Bacias hidrográficas intermitentes sazonais e potencialidades hidroambientais no nordeste setentrional brasileiro. GEOgraphia (UFF), v. 16, p. 90-118, 2014.

SOUZA, Marcos J. N. de. et al. Redimensionamento da Região semi-árida do Nordeste brasileiro. In: Conferência Nacional e Seminário Latino-Amerficano da desertifficação (CONSLAD).

Esquel; PNUD; Governo do Estado do Ceará e Banco do Nordeste. Fortaleza – CE, 1994. 27p.

VERISSIMO, Maria E. Z. As características climáticas e os recursos hídricos do Ceará. IN: Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 169-188.

EMENTA

CJ0142 – Geografia Regional

Abordagens teóricas e metodológicas na Geografia Regional. Conceitos básicos da Geografia: espaço, região, redes, paisagem e lugar. Região e o meio técnico científico informacional. Instrumental metodológico de interpretação da região. Regionalização. Regiões de influência das cidades (REGIC Brasil). Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César C. e Corrêa, Roberto L. (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORREA, Roberto Lobato. Região e Organização espacial. São Paulo: Atica, 1986.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. SP: HUCITEC,1988

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORA Zenilde Baima, COSTA Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará In: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades Médias: Espaços emtransição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

IBGE. Regiões de influência das cidades (2007). Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: Edusp, 1999.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: A tfica, 1993.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura. Território, globalização e fragmentação. 4ª ed. SP: Hucitec, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.eee

EMENTA

CJ0092 – Geografia do Espaço Mundial

As dimensões da globalização no espaço geográfico em suas diversas ordens. O Estado – Nação no contexto da globalização. Alteração na divisão internacional do trabalho (DIT). Comércio Internacional: suas configurações, suas redes e suas relações de poder. Economia especulativa. A formação dos blocos econômicos: suas territorialidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAESBAERT, Rogério (org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 15ªed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. C. Imperialismo e fragmentação do espaço. São Paulo: Contexto, 1988.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século. XXI. 2ªed. São Paulo, Hucitec, 1999.

GOMES, H. A produção do espaço geográfico no capitalismo. São Paulo: Contexto, 1990.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 5ªed. São Paulo, Loyola, 1995. HAESBAERT, Rogério. Blocos internacionais de poder. São Paulo: Contexto, 1991. HAESBAERT, Rogério (org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: EditoraUNESP, 2006.

SANTOS, Milton et al (orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton et al (orgs.). Fim do século e Globalização. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2000. SCARLATO, Francisco C. et al (orgs.). Globalização e espaço Latino-Americano. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2000.

EMENTA

CJ0117 – Geografia e Ensino I (Fundamentos)

Os caminhos do ensino da Geografia. O professor de Geografia e sua formação: dificuldades e desafios. A questão teórico-metodológica no ensino da Geografia. Estudo dos Parâmetros Curriculares de Geografia (PCN) na Educação Básica. Os conceitos norteadores do ensino da Geografia Escolar: espaço, território, lugar, paisagem, região. práticas institucionais da Geografia em diferentes órgãos da Educação do Estado e dos Municípios

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARLOS, Ana Fani, OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Orgs.). Reformas no mundo da educação.

Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTROGIVANNI, Antonio et all (Orgs.). Geografia em Sala de aula. Porto Alegre: AGB, 1998. CAVALCANTI, Lana de Souza. Escola, geografia e construção de conhecimentos. Campinas, SP. Papirus: 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Concepções teórico-metodológicas da Geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino. In: Santos, Lucíola Paixão et all (orgs.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Pp. 370-391.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: Geografia: conceitos e temas.

Castro, Iná Elias et al (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Pp. 309-353.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e Ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In: CARLOS, A.F. e OLIVEIRA, A.U. (orgs.). Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. Pp. 43-67.

PONTUSCHKA, Nída Nacib. A formação geográfica e pedagógica do professor. In: SILVA, J. B. LIMA, L. C. e DANTAS, E.W. C. (orgs.). Panorama de Geografia Brasileira 2. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 269-279.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARLOS, Ana Fani A. (orga.). A geografia na sala de aula. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Novos Caminhos da Geografia. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VESENTINI, José William (Org.). Geografia e ensino: textos críticos. 4 ed. Campinas: Papirus, 2002.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib et all. (org.) Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHA, Genilton Odilon Rego. Uma breve história da formação do professor de Geografia no Brasil. In: Terra Livre, n.15, São Paulo, 2000. Pp. 129-144.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. In: Terra Livre, n.15, São Paulo, 2000. Pp. 09-20.

Sites: AGB Nacional / ANPEGE / ANPEDE Revistas: Boletim Gaúcho (UFRGS) / Espaço e Cultura (UERJ) / Geographia (UFF) / Geousp (USP) / Mercartor (UFC) / Terra Livre (AGB).

EMENTA

CJ0118 – Geografia e Ensino II (Pesquisa)

Introdução às teorias do currículo: as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. O currículo de Geografia e as Reformas Educacionais. Livros didáticos de Geografia como artefatos culturais. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Princípios básicos para avaliação do livro didático. Orientação metodológica para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Os princípios geográficos e o raciocínio geográfico. A aula como forma de organização do ensino. Estrutura didática da aula. Sequências didáticas. Plano de Aula e Plano de Ensino. Procedimentos de ensino, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Livros didáticos e currículos de

Geografia, Pesquisas e usos: uma história a ser contada. In: TONINI, Ivaine Maria et al (org.). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 155-168.

BREDA, Thiara Vichiato. **Jogos geográficos na sala de aula**. Curitiba: Appris, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social. C&A Alfa Comunicação, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.)**. Alienígenas na Sala de Aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Bruno [Orgs.]. **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 245p.

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. Tradução Vinícius Figueira. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

COLLINS, Patricia Hill; BILG, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

COLL, César et al. O construtivismo na sala de aula. Tradução Cláudia Schilling. 6.ed. São Paulo:A tfica, 2009.

ECO, Umberto e BONAZZI, Marisa. Mentiras que parecem verdades. Tradução de Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980.

ENGUITA, Mariano Fernandez. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FANON, Franstz. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LIBA NEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**.São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

EMENTA

CJ0113 – Oficina Geográfica I (Material Cartográfico)

Estudo e discussão de temáticas que integrem os conhecimentos geográficos com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas do semestre anterior e em curso. A partir disso, viabilizar situações de estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica. Elaborar e executar atividades práticas com as temáticas da Área Geografia e Metodologias. Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia no contexto da Educação Básica. Metodologias para estudar o lugar: o bairro, a cidade, o município e o estado. Construção de conceitos básicos como comunidade, grupo, espaço, tempo, paisagem. Procedimentos para operacionalização do estudo do lugar: trilhas geográficas, excursões, trabalhos de campo, estudo do meio. Ensino de Geografia e as representações gráficas e cartográficas: mapas mentais, croquis, plantas, maquetes, desenhos, globo terrestre. Cartografia escolar: a criança e as relações espaciais topológicas. Leitura e interpretação de mapas. Trabalhar com os conteúdos das disciplinas do semestre anterior e em curso numa perspectiva interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa. Iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antonio C.; CALLAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor L. (Orgs.). Ensino e Geografia. práticas e textualizando o cotidiano. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

PASSINI, Elza; ALMEIDA, Rosangela de. O espaço geográfico. Ensino e representação. 10 ed. São Paulo: Contexto., 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REICHWALD JR. Guilherme. Leitura e escrita na geografia ontem e hoje. 2 ed. In: NEVES, Iara C. B. et al (Orgs.). Ler e escrever. Compromisso de todas as áreas. PortoAlegre: Ed. da UFRGS, 2001.

REGO, Nelson (Orgs.). Um pouco do mundo cabe nas mãos. Geografizando em educação o local e o global. Porto Alegre: Ufrgs, 2003.

STRAFORINI, Rafael. Ensinar geografia o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

CASTELLAR, S. Educação geográfica: teoria e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2007.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 92-108.

EMENTA

CJ0114 – Oficina Geográfica II (Material Audiovisual)

Estudo e discussão de temáticas que integrem os conhecimentos geográficos com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas do semestre anterior e em curso. A partir disso, viabilizar situações de estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica. Elaborar e executar atividades práticas com as temáticas da Área de Geografia e Ensino. Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia no contexto do ensino fundamental e ensino médio. A relação teoria e prática: o conhecimento acadêmico, o saber escolar e a transposição didática. A didática da Geografia e a Geografia escolar. Aprender e ensinar Geografia utilizando as mensagens e informações veiculadas através de: TV, música, jornais, revistas, histórias em quadrinhos (HQS), charges, outdoors. O uso da linguagem cinematográfica e literatura (romances, contos, prosa, poemas) no ensino de Geografia. Análise das imagens, dos personagens e do enredo dos filmes e das obras como uma possibilidade para abordar os conteúdos geográficos. Trabalhar com os conteúdos das disciplinas do semestre anterior e em curso numa perspectiva interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTROGIOVANNI, Antonio C.; CALLAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor L. (Orgs.). Ensino e Geografia. práticas e textualizando o cotidiano. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

PONTUSCHKA, Nídia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.

REGO Nelson (Orgs.). Ambiências Geográficas. Porto Alegre: Ufrgs, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA Benhur Pinós da, PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (organizadores). Maneiras de ler: Geografia e cultura [recurso eletrônico] / – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. (PDF)

SILVA, Juremir M.. As Tecnologias do Imaginário. Porto Alegre: Edições Sulinas, 2006.

REGO, Nelson (Orgs.). Um pouco do mundo cabe nas mãos. Geogra izando em educação o local e o global. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CASTELLS, Manuel (Org.). A galáxia internet: Reflexões sobre internet, Negócios e

Sociedades. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004. Rita Espanha.

PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T.I.; CACETE, N.H. A linguagem cinematográfica no ensino de Geografia. In: PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T.I.; CACETE, N.H. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007. p. 259-287.

EMENTA

CJ0134 – Oficina Geográfica III (Material de Geografia Humana)

Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia. A relação teoria e prática: o conhecimento acadêmico, o saber escolar e a transposição didática. A didática da Geografia e a Geografia escolar. O aprender e ensinar Geografia utilizando os textos de circulação social. Os Roteiros de trabalho de campo (Trilhas urbanas/rurais) e os conteúdos das disciplinas do semestre anterior e em curso numa perspectiva interdisciplinar. As Tecnologias da Informação e Comunficação e o Ensino-Aprendizagem na Geografia. Os Jogos, maquetes e o uso de diferentes linguagens na problematização dos conteúdos de Geografia Humana. O contexto de Inclusão e Pluralidade e os Recursos didáticos nas aulas de Geografia. Envolve construção de recursos e a realização de práticas de Extensão através das trilhas e intervenção nas escolas inclusivas, com atividades orientadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Celso. Inclusão: o Nascer de uma Nova Pedagogia. São Paulo: Principis, 2008.

FERNANDES, Manoel. Aula de Geografia e algumas crônicas. Campina Grande: Bagagem, 2003. GONDIM, Lucas Bezerra ; DIAS, Raimundo Helion Lima ; MUNIZ, Alexsandra. M. V. . O Uso da Maquete e das Revistas em Quadrinhos No Ensino de Geografia. Revista Geoaraguaia , v. 3, p. 46-55, 2013.

MUNIZ, A. M. V. . A Música nas Aulas de Geografia. Revista de Ensino de Geografia , v. 3, p. 80-94, 2012.

VIEIRA, Carlos Eduardo; Sá, Medson Gomes de. Recursos didáticos: do quadro-negro ao projetor, o que muda? In: PASSINI, Elza Yasuko (Org.). Pratica de ensino de Geografia e estagio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, E. R. ; CARNEIRO, M. B. ; CRUZ, F. H. A.; MUNIZ, ALEXSANDRA M. V. Contribuição ao Estudo da Cartografia Tátil na Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência Visual: Estudo de Caso Realizado no Instituto Hélio Góes (Fortaleza-Ce). In: Anais do XIII Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Belo Horizonte: IGC, 2017. p. 203-213.

ANTUNES, Celso. A sala de aula de geografia e história: inteligências múltiplas,

aprendizagem significativa e competências no dia-a-dia. Campinas, SP: Papirus, 2001.

KAERCHER, Nestor André. Geografizando o jornal e outros cotidianos: práticas em Geografia para além do livro didático. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.) Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 3 ed. Porto Alegre:Mediação, 2003. p. 135-169.

KLIMECK, R. L. C. Como aprender Geografia com a utilização de jogos e situações-problema. In: PASSINI, Elza Yasuko (Org.). Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Vládia ; MUNIZ, A. M. V. . A Geografia Escolar e os Recursos Didáticos: O Uso das Maquetes no Ensino-Aprendizagem da Geografia. Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais , v. 3, p. 62-68-68, 2012

EMENTA

CJ0116 – Oficina Geográfica IV (Material de Geografia Física)

Estudo e discussão de temáticas que integrem os conhecimentos geográficos estudos com as vivências do aluno, desenvolvidas nas disciplinas dos semestres anteriores em curso. A partir disso, viabilizar situações de estratégias pedagógicas para o ensino da Geografia na Educação Básica. Elaborar e executar atividades práticas com as temáticas da Área de Geografia e Natureza. Discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino-aprendizagem da Geografia no contexto da Educação Básica. Metodologias para estudar a paisagem com ênfase nos aspectos socioambientais. Técnicas de trabalho de campo em Geomorfologia, Pedologia, Biogeografia, Climatologia e Estudo de Bacias Hidrográficas. Elaboração de roteiro para observações, descrições e interpretações de fatos geomorfológicos, geológicos e pedológicos. A importância do desenho para elaborar perfis. Leitura e interpretação de mapas temáticos. Organização de trilhas ambientais. Relato do trabalho de campo: sistematização, análise, interpretação e síntese. Instrumentos de apoio ao trabalho de campo: GPS, máquina fotográfica, uso de vídeo, caderneta de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTROGIOVANNI, Antonio C.; CALLAI, Helena C.; KAERCHER, Nestor L. (Orgs.). Ensino e Geografia. práticas e textualizando o cotidiano. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.

REGO Nelson (Orgs.). Ambiências Geográficas. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Ana Maria Radaelli da. Sobre descontinuidades no Ensino da Geografia.

Passo Fundo: Clio livros, 2002.

STRAFORINI, Rafael. Ensinar Geografia o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

Sites: AGB Nacional / ANPEGE / ANPEDE

Revistas: Boletim Gaúcho (UFRGS), Espaço e Cultura (UERJ), Geographia (UFF), GEOUSP (USP), MERCARTOR (UFC), Terra Livre (AGB).

SILVA, Vládia ; MUNIZ, A. M. V. . A Geografia Escolar e os Recursos Didáticos: O Uso das Maquetes no Ensino-Aprendizagem da Geografia. Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais , v. 3, p. 62-68-68, 2012.

EMENTA

HD0957 – Introdução à Sociologia

Os processos de transformação social. A democratização: o papel do Estado e das organizações civis. As concepções de pessoa, mundo e sociedade e as questões de poder e distribuição do trabalho. A organização social. Os meios de comunicação de massa e as tendências à globalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Carlos Alberto. A cabeça do brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DIAS, Reinaldo. Introdução à sociologia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21ªed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 29ªed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Aflição e ajuda mútua em tempos de globalização. Estudos de Sociologia. Recife, v. 10, n.1 e 2, p. 155-184, 2004.

QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ªed. Belo

Horizonte: UFMG, 2002.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira; ESTRAMIANA, José Luis Álvaro. Consumo, narcisismo e identidades contemporâneas: uma análise psicossocial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

SILVA, Alberto da Costa. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. Mimeo. Disponível: em 4shared.com. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

EMENTA

HI0054 – História Econômica, Social e Política do Brasil

Liberalismo oligárquico, movimentos religiosos, operariado e crise no domínio oligárquico na Primeira República. Revolução de 1930, Estado Novo e manifestações culturais nas décadas de 1930 e 1940. Redemocratização, Ditadura Militar, sociedade e cultura no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 2. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política - 1956-1961. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BORGES, Nilson. Doutrina de Segurança Nacional. In: Jorge Ferreira (Org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. TEIXEIRA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil. In: Jorge Ferreira (Org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 4.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). Visões críticas do golpe de 64. Campinas: Ed. Unficamp, 1990.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, Col. Tudo é História 48, 1982.

LOBO, Lilia. Os Infames da História – pobres, escravos e deficientes no Brasil. RJ: FAPERJ/ Lamparina, 2008.

EMENTA

ICA1660 – Introdução à Filosofia

O que diferencia a atitude filosófica da apreensão cotidiana do mundo? Qual a especificidade da Filosofia em relação ao pensamento mítico ou religioso? Qual a origem da Filosofia? Quais são suas condições de surgimento? E possível definir o que é Filosofia? Quais são algumas das questões norteadas de cada período da História da Filosofia? Onde está a Filosofia? A Filosofia vive? Como atua um filósofo hoje? É possível viver profissionalmente da Filosofia? Nosso propósito é orientar os alunos recém-chegados nas temáticas mais gerais concernentes à História da Filosofia e ao próprio cotidiano do estudante, pesquisador ou profissional de Filosofia, abordando, além dos temas sugeridos acima, tópicos significativos e distintivos de cada um dos grandes períodos da História da Filosofia. Compreensão da singularidade do saber filosófico em relação aos demais saberes (religioso, literário e científico). Enfoque dos seus principais campos (ética, estética, polífica, lógica, metafísica, epistemologia e religião).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Atica, 1999.

SILVA-CHAUI, F-M. Primeira Filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

VERNANT, J-P. (1) As Origens do Pensamento Grego. Mito e Tragédia na Grécia Antiga. São Paulo: BB, 1994 e Perspectiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PRE-SOCRÁTICOS. Fragmentos. Col. Pensadores. São Paulo. P, D. Aristóteles. Lisboa: Don Quixote, 1987.

WOLFFLATA O. Diálogos-Apologia de Sócrates. Nova Cultural, 1996.

ANNAS, J. Introduction à La République de Platón. Paris: PUF, 1994.

ROSS, F. Aristóteles e a Política. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

GOLDSCHMIDT, V. Tempo lógico e Temo Histórico na interpretação dos sistemas filosóficos, in A Religião de Platão. São Paulo: Difel, 1963.

EMENTA

CJ0135 – Bases Naturais da Geografia do Brasil

O espaço brasileiro. Características do meio físico: morfologia e estrutura do relevo; clima; vegetação; aspectos hidrográficos. O homem e os recursos naturais. Conservação do solo. Os recursos vegetais. Os recursos hídricos. Os recursos minerais. A poluição. Os domínios morfoclimáticos brasileiros e suas unidades de conservação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB´SABER, A.N. Províncias Geológicas e domínios morfo-climáticos no Brasil. Geomorfologia 20. São Paulo: USP – I.G., 1970.

--------. A organização Natural das Paisagens Inter e Subtropicais Brasileiras. Geomorfologia 41. São Paulo: USP – I.G., 1973.

--------. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras. Geomorfologia 55. São Paulo: USP – I.G., 1977.

AZEVEDO, Aroldo de (e outros). Brasil, a Terra e o Homem. Vol. 1. (As Bases Físicas). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

ANDRADE, M:C. de. Paisagens e Problemas do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968.

FERNANDES, A. & BEZERRA, P. Estudo Fitogeográfico do Brasil. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1990.

FERRI, Mário G. Vegetação Brasileira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

GOMES, Alba; TRICART, Jean L.F. e TRAUTMAN, Jean. Estudo Ecodinâmica da Estação Ecológica do Taim e seus Arredores. Porto Alegre: Ed. da Universidade – UFRGS, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AB´SABER, Aziz Nacib. Amazônia. Do discurso à praxis. São Paulo: EDUSP, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. São Paulo – Recife: HUCITEC/IPESP – Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas. 1995.

EMBRAPA. Atlas do Meio Ambiente do Brasil. EMBRAPA – SPI. Brasília: Terra Viva, 1996.

IBGE. Grande Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

--------. Grande Região Nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

--------. Grande Região Sudeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

--------. Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

--------. Grande Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

--------. Recursos Naturais e Meio Ambiente – Uma Visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

JOLY, Aylthon Brandão. Conheça a Vegetação Brasileira. São Paulo: Ed. Polígono – Ed. da USP, 1970.

MELHORAMENTOS – Atlas Geográfico Melhoramentos. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2002.

MENDES, Josué Camargo. Conheça a Pré-História Brasileira. São Paulo: Ed. da USP – Ed.Polígono, 1970.

--------. Conheça o Solo Brasileiro. São Paulo: Ed. Polígono – Ed. da USP, 1968.

MENDES, J.C. e PETRI, Setembrino. Geologia do Brasil. Rio de Janeiro: MEC – INL, 1971.
MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A Questão Ambiental do Brasil, 1960 – 1980. São Paulo: IG –USP, 1981.

RIZZINI, Carlos T. Tratado de Fitogeografia do Brasil. São Paulo: HUCITEC – Ed. da USP, 1979.

SCHOBBENHAUS, Carlos (e outros). Geologia do Brasil. Brasília: DNPM, 1984.

EMENTA

CJ0131 - Conservação de Recursos Naturais

Dialética da relação sociedade/natureza e recursos naturais; Recursos naturais e suas bases conceituais; classificação de recursos naturais; Recursos naturais e serviços ambientais; legislação ambiental, recursos naturais e conservação ambiental: escalas, metodologias e macro-paisagens; Conflitos de usos dos recursos naturais e conservação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Araújo, Gustavo H de S. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. RJ: Ed Bretrand Brasil, 2006

Bonelli, Claudia M Chagas; Pacheco, Elen B A Vasque; Mano, Eloisa B. Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem. RJ: Ed Edgar Blucher, 2005. Brito, Maria Cecília Wey de. Unidades de Conservação, intenções e Resultados. SP: Ed. Annablume, 2003.

Denisio, Jose Carlos. Introdução ao Controle de Poluição Ambiental. SP: Ed Signus, 2007.

Guerra, Antonio; Teixeira, Antonio S Silva; Botelho, Ant. Erosão e Conservação dos Solos. RJ: Ed Bretrand Brasil; 2004. Kleinbach, Melin; Hinrichs, Roger A. Energia e Meio Ambiente. Ed Thomson, 2003.

Litle, Paul E L. Politicas Ambientais no Brasil. Análises, instrumentos e experiências. RJ: Ed Bertrand Brasil, 2008.

Moreira, Fátima M S; Siqueira, Jose O; Brusaard, Ligbert. Biodiversidade do Solo em

Ecossistemas Brasileiros. Ed UFLA, 2008. Reis, Lineu Belico dos; Fadigas, Eliane A Amaral; Carvalho, Claudio Elias. Energia, Recursos Naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. SP: Ed Manole, 2005. Sanchez, Luis Henrique.

Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. SP: Ed Oficina de Texto, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ab'saber, Aziz Nacib; Marigo, Luiz Claudio. Ecossistemas do Brasil. Ed Metalivros, 2006.
Braud, Maurice. O Planeta Oceano. SP: Ed Hemus, 2007. Caetano, Pedro; Mancuso, Sanchez. Reuso da Água. SP: Ed Manole, 2002.

Gonçalves, Carlos Walter Porto. A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. RJ: Ed Bertrand Brasil, 2007.

Press, Siever Grotzinger. Para Entender a Terra. RS: Ed; Artmed, 2006.

Hawken, Paul; Lovins, Amory; Lovins, L Hunter. Capitalismo Natural. SP: Ed Cultrix, 2006.

LEFF, Henrique. Ecologia, Capital e Cultura. Racionalidade Ambiental, Democracia participativa e Desenvolvimento Sustentável. Blumenau: Ed da FURB, 2000.

Magalhães Jr, Antonio Pereira. Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos. RJ: Ed Bertrand Brasil, 2007.

Roaf, Sue; Fuentes, Manuel; Thomas, Stephanie. Ecohouse – A casa

ambientealmente sustentável. Ed Bookman, 2009.

Ross, Jurandyr. Ecogeografia do Brasil. Subsídios para planejamento ambiental. SP: Oficina de Texto, 2006. Rotshchild, David de. Manual Live Earth de Sobrevivência ao Aquecimento Global: 77 táticas essenciais para frear a mudança climática ou sobreviver a ela. Ed Manole, 2007.

Outras fontes de pesquisa:

Sites: www.ibama.gov.br / www.cptec.inpe.br / www.embrapa.br / www.cprm.gov.br / www.inpa.gov.br Revistas: Boletim Gaúcho (UFRGS) / Espaço e Cultura (UERJ) / Geographia (UFF) / GEOUSP (USP) / MERCARTOR (UFC) / Terra Livre (AGB) Caderno de Geografia de BH.

EMENTA

CJ0065 – Cartografia Digital

Histórico da Cartografia Digital; Diferenças entre a cartografia analógica e digital; Possibilidades de uso de mapas digitais; Sistemas geodésicos de referência.; Sistema de coordenadas UTM; Orientação por azimutes e rumos; Tipologia, entrada de dados e formas de armazenamento; Propriedades e Atributos básicos

dos dados geoespaciais; Formas de armazenamento de dados geoespaciais; Introdução ao uso de software de Sistema de Informação Geográfica (SIG); Edição de dados geoespaciais e mapeamento digital em SIG; Práticas de mapeamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA, G. *et al.* Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica. Campinas: UNICAMP,1996.

CÂMARA, G.; DAVIS, C. Fundamentos de Geoprocessamento. INPE, São José dos Campos, 2001.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. Roteiro de Cartografia. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. Cartografia geral, digital e temática. Curitiba: UFPR, Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, 2018.

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. Oficina de Textos, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARONOFF,S. Geographic Information Systens- A Management Perspective. Ottawa: WDL Publications, 1995.

BAKKER, Múcio Piragibe R.Noções Básicas de Cartografia.

CHRISMAN, N.-Exploring Geographic Information Systems. New York. John Willey & Sons,1997.

CLARKE, K.C. –Getting Started With Geographic Information Systems. New Jersey, Pretice Hall, 1999.

DAVID, E. D. Gis For Everyone. California: Environmental Systens Research Institutu, Inc., 1999.

DUARTE, P. A. Cartografia Temática. Santa Catarina : Editora da UFSC,1991.

FERRARI, R. Viagem ao SIG: planejamento estratégico, viabilização, implantação e gerenciamento de sistemas de informação geográfica. Curitiba:Sagres Editora,1997.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica.Canoas:Centro Universitário La Salle,2000.

JAVIER, G.P. e GOULD, M. SIG-Sistemas de Información Geográfica. Madrid : Editorial Sinstesis,1994.

LIBAULT, André. Geocartografia.

MARTINELLI,M. Curso de Cartografia Temática. SP: Editora Texto, 1990.

OLIVEIRA, C. Cartografia Moderna .Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:IBGE,1990.

PAREDES, E. A. Sistemas de Informações Geográfica: princípios e aplicações(geoprocessamento). São Paulo:Érica ,1994.

PUEBLA,J.G. &G, M.-SIG: Sistemas de Información Geográfica. Madrid, Editora Sistesis,1999.

SENDRAS,J.B. Sistemas de Informácion Geográfica. Madrid: Rialp,1997.

SILVA, X.J e ZAIDAN,R.T.Geoprocessamento e Análise Ambiental. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2004.

TAVARES: P.E.M. e FAGUNDES, P.M.Fotogrametrica. Rio de Janeiro

RAISZ, Erwin. Cartografia Geral.

TEIXEIRA, L.A A. GIS-Fundamentos- Notas de Aula. In: GIS NORDESTE. Curitiba: Editora Sagres, 1997.

EMENTA

CJ0156 - Sensoriamento Remoto I

Histórico do Sensoriamento Remoto; Conceitos de Sensoriamento Remoto; Radiação Eletromagnética e Espectro Eletromagnético; Estrutura da Imagem; Noções de Fotogrametria; Características dos Satélites e Sensores; Propriedades da Imagem; Aquisição de imagens; Pré-processamento de imagens; Processamento Digital de Imagens para mapeamento; Classificação de Imagens e Pós-processamento; Aplicações do Sensoriamento Remoto na Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOVO, E. M. L. M. (2010). Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 4. ed. São Paulo: Blucher.

FLORENZANO, T. G. (2011). Iniciação em sensoriamento remoto. São Paulo. Oficina de textos.

MENESES, P. R.; ALMEIDA, T. D. Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto. Brasília: UnB, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JENSEN, J. R. (2009). Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres; tradução José Carlos Neves Epiphanio (coordenador)... [et al.]. São José dos Campos, SP. Parêntese.

LORENZZETTI, J. A. Princípios Físicos de Sensoriamento Remoto. São Paulo: Edgard

Blucher Ltda, 2015.

MOREIRA, M. A. - Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. São José dos Campos – SP – INPE. 2001.

MARCHETTI, D. A. B; GARCIA, G. J. Princípios de fotogrametria e fotointerpretação. São Paulo: Nobel, 1986.

MENESES, P. R.; ALMEIDA, T.; BAPTISTA, G. M. M. Reflectância dos materiais terrestres. Oficina de Textos, 2019.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. Cartografia geral, digital e temática. Curitiba: UFPR, Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, 2018.

ZANOTTA, D. C.; FERREIRA, M. P.; ZORTEA, M. Processamento de imagens de satélite. Oficina de Textos, 2019.

EMENTA

CJ0155 - Tecnologias da Geoinformação I

Noções Elementares de Cartografia em meio digital; Histórico dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e das Geotecnologias; Introdução ao SIG; Fontes de dados geoespaciais; Tipologia de dados geoespaciais; Qualidade de dados geoespaciais; Entrada e armazenamento de dados em ambiente SIG; Recursos de um SIG; Aplicações na Geografia; Produção e manipulação de dados ambientais e socioeconômicos em SIG; Análise espacial; Representação de dados em ambiente SIG.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA, G.; DAVIS, C; MONTEIRO. Introdução à ciência da geoinformação. INPE, São José dos Campos, 2001.

MIRANDA, J. I. Fundamentos de sistemas de informações geográficas. Embrapa, 2005.

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. Cartografia geral, digital e temática. Curitiba: UFPR, Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, 2018.

XAVIER-DA-SILVA, J. Geoprocessamento para Análise Ambiental. Rio de Janeiro, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURROUGH, P. A.; MCDONNELL, R. A. Principles of Geographic Information Systems. Oxford University Press, Oxford, UK, 1998.

CÂMARA, G.; DAVIS, C. Fundamentos de Geoprocessamento. INPE, São José dos Campos, 2001.

Clique aqui para retornar ao Sumário

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. Oficina de Textos, 2008.

MATOS, J. Fundamentos de informação geográfica. Lisboa: Lidel, 2008.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. Roteiro de cartografia. Oficina de Textos, 2016.

MONICO, J. F. G. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. Editora Unesp, 2007.

XAVIER-DA-SILVA, J.; ZAIDAN, R. T. (Org.). Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

EMENTA

CJ0028 - Geomorfologia Climática

Morfologia estrutural **x** Morfologia climática: Problemas conceituais e metodológicos.
Mecanismos morfoclimáticos: influências diretas e indiretas do clima sobre a morfogênese **x** pedogênese: classificação ecodinâmica do ambiente. Princípios da divisão morfoclimática do globo. Domínios morfoclimáticos da zona intertropical. Problemas morfoclimáticos do Nordeste brasileiro e do Ceará.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB'SABER, Aziz Nacib. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. Geomorfologia, São Paulo, USP, 1969.

ALLEN, R. Geomorphology: Theory and Practice. John Willey and Sons, 2002 GUERRA, J T; GUERRA, A J T. Dicionário Geomorfológico. Editora Bertrand do Brasil, 1998.

GUERRA,A J.T.; BAPTISTA, S. Geomorfologia e Meio Ambiente. Editora Bertrand do Brasil, RJ, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PROJETO RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Rio de Janeiro, Ministério de Minas e Energia, 1981.

TEIXEIRA et al. Decifrando a Terra. Editora Nova Fronteira/EDUSP, São Paulo, 2000.

GUERRA,A J.T.; BAPTISTA, S. Geomorfologia do Brasil. Editora Bertrand do Brasil, RJ, 1997.

LEINZ, V. Geologia geral. São Paulo, Editora Nacional, 1966.

SUGUIO, K.; BIGARELLA, J.J. Ambientes Fluviais. Florianópois: Ed. UFSC, 1990.

EMENTA

CJ0137 – Planejamento Ambiental

Bases teóricas e metodológicas do planejamento ambiental; o diagnóstico integrado como base para o planejamento ambiental; a análise dos atributos ambientais para fins de avaliação da capacidade produtiva do ambiente e dos recursos naturais; planejamento ambiental em Unidades de Conservação; o planejamento ambiental e o zoneamento ecológico-econômico. Práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas para apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, G. H. de S. ALMEIDA, J. R. e GUERRA, A. J. T. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. RJ: Ed. Bertrand Brasil, 2005. 320p.

AGENDA 21. Resumo. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. RJ: Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1992.

AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia para os Trópicos. 2ª ed. Trad. de Maria Juraci Zani dos Santos. RJ: Ed.Bertrand Brasil.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANCO DO NORDESTE. Manual de Impactos Ambientais: Orientações Básicas sobre Impactos Ambientais de Atividades Produtivas. Fortaleza: Ed.BNB, 1999. 297p.

ARARIPE, A.; BORGES, C. e LUZON, J. L. Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional. Fortaleza: Ed.UECE, 2004.

BOLÓS, M. de. (ed.). Manual de Ciência del Paisaje. Teoria, Métodos y Aplicationes. Colección de Geografia. Barcelona: Masson S.A., 1992. 273p.

BIGARELLA, J.J. BECKER, R.D. e PASSOS, E. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais. Vol. II. Intemperização Biológica, Pedogênese, Laterização, Bauxitização e Concentração de Bens Minerais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. 875p. CUNHA, S.B. e GUERRA, A.J.T. (Org.) Avaliação e Perícia Ambiental. 8ªed.RJ:Ed.Bertrand, 2007.

DAJOZ, R. Princípios de Ecologia. 7ª ed. Porto Alegre: Ed. Artmed. 520p.

DASHEFSKY, H.S. Dicionário de Ciência Ambiental: um guia de A a Z. 3ª ed. SP: Gaia, 2003.

DEL RIO, V. e OLIVEIRA, de L. (Orgs) – Percepção Ambiental. A Experiência Brasileira. 2ª. Ed. Editoras Studio Nobel/UFSCar. São Paulo. 1999.265.

FRANCO, M. A. R. Desenho Ambiental. Uma introdução à Arquitetura da Paisagem com o Paradigma Ecológico. Ed. Annablume/FAPESP. São Paulo. 1997. 224p.

FRANCO, M. A. R. Planejamento Ambiental para cidade sustentável. SP: Ed. Annablume/FAPESP, 2001. 296p.

LIMA , L. C.: SOUSA, M. J. N. de: MORAIS, J. O. – Compartimentação territorial e Gestão Regional do Ceará. Ed. FUNECE. Fortaleza 2000. 268p.

LOMBARDO, M. A. Ilha de Calor nas Metrópolis. O exemplo de São Paulo. Ed. HUCITEC. São Paulo. 1985.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Braisl. 3ª. Ed. Revisada. DF. 2006.

MILLER JR. G.T. Ciência Ambiental. Ed. Thomson. Trad 11ª ed. Norte Americana, 2007. OREA D. G. – Evaluación de Impacto Ambiental. 2 ed. Editorial Agrícola Española, S.A. Madrid. 260p.

RODRIGUES, J. M. M. e SILVA, E. V. da. Geoecologia das paisagens. Uma visãomgeossistêmica damanálise ambiental. Fortaleza. Editora UFC. 2004.

RODRIGUES, J. M. M. In: CAVALCANTI, A. P. B. (org.) – Desenvolvimento Sustentável e Planejamento. Bases teóricas e Conceituais. Imprensa Universitária (UFC). Fortaleza, 1997. 37-49pp.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO – A Indústria Imobiliária e a qualidade ambiental: subsídios para o desenvolvimento urbano sustentável. Ed. SECOVI, São Paulo, 2000. 103p. SOUZA, M. J. N. de. (Coord.). Diagnóstico e Macrozoneamento Ambiental do Estado do Ceará. Vol. 3. Relatório Técnico FCPC/SEMACE. Fortaleza: PRODETUR. 179p.

SHYTTNER L. General Systems Theorys. Ed. Word Scientific. Singapore. 2001.

GAISER, T. KROL, M. FRISHCKORN, H ARAÚJO (Edt). Global Change and Regional Impacts. Spring Verlag. Berlin, 2003.

EMENTA

CJ0080 – Planejamento em Geografia

Natureza, sociedade e planejamento. Planejamento no contexto da Geografia. Geografia, Estado e planejamento. Planejamento e organização do espaço: ordenamento territorial, parcelamento do solo urbano, zoneamento urbano e regional. Plano Diretor Urbano. Planejamento e políticas públicas no Brasil. Planejamento e zoneamento ecológico-econômico para a região Nordeste. Práticas de planejamento no Ceará. Fortaleza: planejamento urbano e o estatuto da Cidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Maurício Almeida (Org.). Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

ACSELRAD, Henri (Org.). A Duração das Cidades. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2001.

AGENDA 21 brasileira: bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD – 2000.

BENJAMIM, César e Araújo, Tânia Bacelar de. Brasil: Reinventar o Futuro. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

Cidades Sustentáveis: Subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira. Brasília: MMA/IBAM-ISER-REDEH-2000; Governo do Estado do Ceará. Proposta de Reestruturação Espacial. Fortaleza, SEPLAN, 2002.

HERCULANO, Selene *et al.* Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói, EdUFF, 2000.

LACAZE, Jean-Paul. Introduction à la Planification Urbaine. Paris: Pess Ponts et Chaussées, 1995.

Ministério do Meio Ambiente. Avaliação da Metodologia de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Região Nordeste. Brasília: MMA, 2001.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará – 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

SILVA, José Borzacchiello da, *et al.* A Cidade e o Urbano. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

SILVA, José Borzacchiello da. Pelo Retorno da Região: Desenvolvimento e Movimentos Sociais no Nordeste Contemporâneo. In: Redescobrindo o Brasil 500 anos depois. CASTRO, Ina E. *et al* (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

SILVA, José Borzacchiello da. Os incomodados não se retiram. Fortaleza: Multigraf, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, Bertha K. *et al*. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1995.

HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e Fragmentação no Mundo Comtemporâneo. Niterói: EdUFF, 1998

RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção e Consumo do e no Espaço. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SILVA, José Borzacchiello da. O Estatuto da Cidade e a Reforma Urbana no Brasil. São Paulo: GEOUSP n°. 10, 2001 pp. 9/26.

TOLEDO, Ana Maria P. e CAVALCANTI, Marly (Organizadores). Planejamento Urbano em Debate. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

EMENTA

CJ0157 – Espaço-Tempo das Matrizes Religiosas

Noções elementares dos sistemas de crenças. Perspectivas dos mitos e ritos nos ambientes nômades e sedentários. A ideia de espaço teísta e suas dimensões sagrada, profana e mundana. O tempo comum dos ciclos vitais em diferentes culturas orientais e ocidentais. Espaço-tempo de modelos religiosos: ancestralidades, hinduísmo, budismo, tradições semitas monoteístas, confissões cristãs e alcance da modernidade. Formação das matrizes religiosas latino-americana, com visões do panteísmo, animismo e espiritualidades afro-americanas. Pós-modernidade e as releituras imagética da fé. Laicidade, conflitos políticos e o papel da tolerância (cultural e religiosa) na construção da equidade socio-territorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMRSTRONG, Karen. Uma História de Deus: 4 milênios de busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

BARBOSA JR. Ademir. O Livro Essencial de Umbanda. São Paulo, Universo dos Livros, 2020.

DEBRAY, Régis. Deus, um itinerário. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DEFFONTAINES, Pierre. Géographie et Religions. Paris: Gallimard, 1948.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. As ciências das religiões. São Paulo, Paulus, 1999.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço sagrado: estudo em geografia da religião. Curitiba: IBPEX, 2008.163p.

HOLLOWAY, Richard. Uma breve história da Religião. Porto Alegre. L&PM, 2019 Acesso: https://docero.com.br/doc/e801s11

MARTELLI. Stefano. A Religião na Sociedade Pós-Moderna, São Paulo, Paulinas, 1995.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. Caminhos da Festa ao Patrimônio Geoeducacional: Como Educar sem Encenar Geografia? Fortaleza, EDUFC, 2014 Acesso https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/10320

ROSENDAHL, Z. Geografia da religião: uma proposição temática. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 6, n. 1, p. 9-19, 2002. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2002.123638. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123638. Acesso em: 21 mar. 2022.

SANTOS, A. P. dos. Introdução à geografia das religiões. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 6, n. 1, p. 21-33, 2002. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2002.123639. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123639. Acesso em: 21 mar. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUMANA, Fernando; MARTÍNEZ, Elda. Marginália Sagrada. Campinas. Editora da Unicamp, 1991

DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni. (Orgs.) A Religião. São Paulo, Estação Liberdade, 2000.

GIRARD, RENÉ. A Violência e o Sagrado. São Paulo, Editora Unesp, 1990.

CLÉMENT, Catherine. A Viagem de Theo: Romance das Religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

OLIVEIRA, Christian D. M. de. Turismo Religioso, São Paulo, Aleph, 2004

SEABRA, Zelita. Tempo de Camélia: O Espaço do Mito. Rio de Janeiro: Record, 1996.

TWEED , T. .; CRUZ, E. R. O estudo interdisciplinar de geografia e religião: uma abordagem pragmática. Último Andar, [S. l.], v. 25, n. 39, p. e57586, 2022. DOI: 10.23925/ua.v25i39.57586. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/57586. Acesso em: 29 mar. 2022.

EMENTA

CJ0082 – Geografia do Turismo

Natureza e cultura dos processos turísticos. Turismo, Lazer e mobilidade espacial. Interações do sistema turístico no desenvolvimento territorial. Levantamento, estudos e projetos relativos ao potencial turístico. Origens do turismo e seu

desdobramento no Brasil. Imagens e territórios do turismo. Políticas Públicas de desenvolvimento do turismo no Brasil. Articulações territoriais contemporâneas. Imaginário social nordestino e intervenção do poder público no espaço; Investimentos públicos e privados nas regiões metropolitanas. Casos de planejamento turístico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOYER, MARC. História do Turismo de Massa. Bauru: Editora EDUSC, 2003.

DANTAS, Eustogio Wanderley Correia. Maritimidade nos Trópicos. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

DANTAS, Eustogio Wanderley Correia; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. Nordeste Turístico e Políticas de Ordenamento do Território. Fortaleza: UFC, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURNS, Peter M; BATISTA, Dayse. Turismo e antropologia: uma introdução. Chronos: São Paulo, 2002.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.). Turismo e imobiliário nas metrópoles. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. DANTAS, E. W. C. Mar à Vista: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. A Urbanização Vai à Praia. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, Alexandre Q; DANTAS, Eustógio W. C. ; GOMES, Iara R. Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

EMENTA

CJ0046 – Prática de Geografia Humana I

A Geografia Humana - problemas conceituais e setorização. Métodos e técnicas de trabalho em Geografia Humana: exemplos de trabalhos já realizados. Elaboração de projeto de pesquisa em Geografia Agrária. Realização de pesquisa em zona rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). Repensando a pesquisa participante. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Tradução: Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974

DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

GEORGE, Pierre. Geografia Rural. São Paulo: DIFEL, 1982.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da terra: Ensaios críticos de ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco Roci, 1984.

GRAZIANO NETO, F. Questão agrária e ecologia: Crítica da moderna agricultura. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KAUSTRY, Karl. A questão agrária. 3ª ed. Tradução: C. IPEROIG. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Atlas.

LAMARCHE, Hughes (coord.) A agricultura familiar: Comparação internacional. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LOPES, José Sérgio Leite. O vapor do diabo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1979.

WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANJOS, Rita Leolinda C. C; VARGAS, Maria Augusta Mundim. A arte de pesquisar: Orientações metodológicas. Aracaju: NESA/UFS, setembro/2002 (circular técnica).

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alciano. Metodologia Científica. 4ª ed. São Paulo: Markon Books, 1996.

HUHNE, Leda Miranda (org). Metodologia Científica. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

VIANA, Aurélio; VIEIRA, Maria Antonieta Costa. Terra de trabalho e terra de negócio: Estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro: CEDI, 11990.

EMENTA

Clique aqui para retornar ao Sumário

CJ0086 - Geografia Ambiental

Definições. Fundamentações em geossistema. Conceitos de ambiente e suas diferentes tipologias e questões ambientais de nível global, regional e local. Alternativas de gestão ambiental. Critérios de sustentabilidade ambiental e formas de gestão ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUASIS - Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos. A Zona Costeira do Ceará: Diagnóstico para a Gestão Integrada. Coordenadores Alberto Alves Campos... [*et al*.]. Fortaleza: AQUASIS, 2003. 248p. + 45 lâminas.

BIGARELLA, J. J., Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais, 1994.

GUERRA, A.; Cunha, S., Geomorfologia e Meio-ambiente; 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASSETI, V., Ambiente e Apropriação de Relevo. São Paulo: Contexto, 1991.

REBORATTI, C. Ambiente y sociedad. conceptos y relaciones. Edición 1999, 150p.

RODRIGUEZ, J. M. M. et al. Geoecologia das Paisagens. Uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

UNESCO, Memórias del simnario sobre el estudio científico e impacto humano en el ecossistema de manglares. Montevidéu, ROSTLAC, 1980.

VICENTE, C.F., Guia metodologica para la evaluacion del impacto ambiental. Edición 1997, 412p.

EMENTA

CJ0047 – Prática de Geografia Humana II

A Geografia Humana - problemas conceituais e setorização. Métodos e técnicas de trabalho em Geografia Humana: exemplos de trabalhos já realizados. Elaboração de projeto de pesquisa em Geografia Urbana e Geografia das Indústrias. Realização de pesquisa em zona urbana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Nilson C. A Geografia Humana: uma introdução às suas idéias. Recife:

NAEG/DCG/UFPE, 1990.

CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. São Paulo: Ed. Difel, 1985.

CORRÊA, R. Lobato. Trajetórias Urbanas Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

--------. O Espaço Urbano. Série princípios, nº 168, São Paulo: Ed. Ática, 1989.

--------. A Rede Urbana. Série princípios, nº 168, São Paulo: Ed. Ática, 1989.

--------. Região e Organização Espacial. Série princípios, nº 53, 2ª edição, São Paulo: Ed. Ática, 1987.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade – Fundamentos de Metodologia Cientifica. S.Paulo, Editora Atlas, 1990.

RUDIO, F. Vitor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. Natureza e Sociedade. Razão e Emoção.São Paulo:

SILVA, Bárbara; SILVA, Christine N. & M. de BANDEIRA, Sílvio. Elaboração de Projetos de Pesquisa em Geografia (uma orientação). Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARLOS, Ana Fani Alessandri – Espaço-Tempo na metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Iná Elias et alli. (Org.) – Geografia: Conceitos e Temas.. RJ: Bertrand Brasil, 1996.

CLAVAL, Paul – A Geografia Cultural, Florianópolis, Editora da UFSC, 1999

--------- As abordagens da Geografia Cultural in CASTRO, Iná Elias et alli. (Org.) – *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

--------. Território in Revista de Geografia

COSTA, M. Clélia L. – Cidade 2000: Expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. S.Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1998.

COSTA, M. Clélia L. – Urbanização da sociedade cearense In: DAMIANI, Amélia et al. (org.) O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo, Contexto, 1999.

---------- Urbanização da Sociedade Cearense in DAMIANI, Amélia et alli. 1999.

GOMES, Paulo César da – Espaço Publico

PREFEITURA Municipal de Fortaleza – PDDU-FOR, síntese diagnóstico. Fortaleza: Instituto de Planejamento de Fortaleza, 1991.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1979.

--------. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC, 1988.

--------. A urbanização Brasileira. S.Paulo: HUCITEC, 1993

--------.Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. S.Paulo: HUCITEC, 1996

SILVA, José B. da. Os incomodados não se retiram. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1991.

SILVA, J. B. et alli (org.). A cidade e o urbano : temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de – O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

SOUZA, Maria Salete de – Estrutura Urbana de Fortaleza – in 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, AGB/SUDEC, 1978

------- Contribuição a Hierarquia Urbana Cearense. Revista Brasileira de Geografia, RJ, IBGE, 1979.

EMENTA

CJ0138 - Geografia e Práticas Pedagógicas para Educação do/no Campo

Geografia e práticas pedagógicas para educação do/no campo. O Ensino de Geografia e a Educação do e no Campo. Políticas Públicas para a educação do campo e no campo. Histórico da educação do campo no Brasil. Currículo, Princípios, Conceitos e práticas. A educação como ferramenta de luta das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Práticas pedagógicas voltadas para a educação básica do e no campo. Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do labfloratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Wellington Galvão; MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. O Ensino de Geografia nas escolas do campo: reflexões e propostas. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v.10, n.1, p.79-91, 2008.

GOMES, Ana Beatriz Souza; CUNHA JUNIOR, Henrique. Educação e afrodescendência no Brasil. Fortaleza, Edições UFC, 2008.

KOLLING, Edgar Jorge; Ir. Nery; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). Por uma educação básica do campo. Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação do

Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 1.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDART, Roseli Salete (org). Caminhos para transformação da escola, V 1: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

_____. Pedagogia do Movimento Sem Terra . São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Caminhos para transformação da escola, V 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas no campo. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

_____. Caminhos para transformação da escola, V 3: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

_____. Caminhos para transformação da escola, V 4: trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo. São Paulo, Expressão Popular, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADELHA, Silvio; PEREIRA, Sonia. Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade. Fortaleza, Edições UFC, 2006

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Fábio da Silva. A Construção da Educação Do Campo no Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema (Ceará):: entre disputas e conquistas. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2017.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

EMENTA

CJ0124 - Geotecnologias, Planejamento e Instrumentos de Ordenamento Territorial

Elementos teóricos e conceituais relativos ao geoprocessamento, planejamento ambiental aplicado ao ordenamento territorial e da abordagem geográfica. Desigualdades espaciais, regulação do território e planejamento. Marcos teórico e legal do planejamento ambiental e ordenamento do território. Metodologias de análises integradas e inferências espaciais para o planejamento urbano e rural. Tecnologias da geoinformação aplicadas à elaboração de diagnósticos, modelagens e prognósticos ambientais. Elaboração de planos, programas, projetos e atividades práticas mediante estudo de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Antonio J. T. e CUNHA, Sandra B. da (org.). Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

INPE. Introdução à Ciência da Geoinformação, 2001.

FERREIRA, Marcos César. Iniciação à análise geoespacial: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento. Editora da UNESP. Campinas, 2014.

MMA. Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: diretrizes metodológicas para o zoneamento ecológico-econômico do Brasil. 3ª ed. Brasília: MMA, 2006.

ROSS, Jurandyr L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 208p.

SANTOS, Jader de Oliveira. Relações entre Fragilidade ambiental e Vulnerabilidade Social na susceptibilidade aos riscos. Mercator (Fortaleza. Online), v. 14, p. 75-90, 2015.

SILVA, J. Xavier; ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Marcos J. Nogueira de ; NETO, J. Meneleu ; SANTOS, Jader de O.; GONDIM, M. S. Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza: subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do plano diretor participativo (PDPFOR). Fortaleza: PMF, 2009. 172p .

YAMOTO, Jorge Kazuo; LANDIM, Paulo M. Barbosa. Geoestatística conceitos e aplicações. São Paulo, Oficinal de Textos, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Manuel Correa de. A questão do território no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BURROUGH, P.A. Principles of Geographical Information Systems for Land Resources Assessment. Oxford Press N. York, 1992, 194p.

CASTRIOTA, L. B. (org.). Urbanização Brasileira: redescobertas. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 2003. p. 28-42.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (ORGs.). Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DUARTE, P.A. Fundamentos de Cartografia. Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2002.

FLORENZANO, T. G. Iniciação em Sensoriamento Remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

JENSEN, J.R. Sensoriamento Remoto do Ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres. Tradução da Segunda Edição por José Carlos Neves Epiphanio (coord) et al. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

LOCH, Ruth E. Nogueira Cartografia. Representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Editora da UFSC, 2006.

MARTINELLI, M. Curso de Cartografia Temática. Ed. Contexto, SP, 1991.

MORAIS, Antonio C. Robert de. Território e História no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154p.

MULLER-PLANTENBERG, G. e AB'SABER, A. N. (orgs.). Previsão de Impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: Edusp, 1994.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Jader de Oliveira. Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza-CE 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. v. 1. 188p

SANTOS, Jader de Oliveira. SOUZA, Marcos J. Nogueira. Abordagem geoambiental aplicada à análise da vulnerabilidade e dos riscos em ambientes urbanos. Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 34, p. 215-232, 2014.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. 176p.

SOUZA, M. L. Mudar a Cidade: Uma Introdução Critica ao Planejamento e a Gestão Urbana. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560p.

TAYLOR, D.R. Fraser. Cybercartography: Theory and Practice. Elsevier, 2006.

EMENTA
CJ0143 – Geografia da Paisagem

A evolução do conceito de paisagens a partir dos seus aspectos naturais, socioeconômicos e culturais. Compreensão da categoria paisagem e sua utilização na análise, diagnóstico e zoneamento ambiental. Aplicabilidade de diferentes escalas de pesquisa e a utilização do geoprocessamento e da cartografia em sua representação espacial. Envolve realização de práticas de Extensão em Campo, com atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às Comunidades Locais visitadas e assistidas por Projetos socioambientais do laboratório a que se vincula a equipe docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BÉRINGUIER, Philippe ; DÉRIOZ, Pierre; LAQUES, Anne-Élisabeth. Les paysages français . Paris; Ed Armand Colin, 1999.

CORRÊA, Robert Lobato; ROSENDAHL, Zany. Paisagem, Tempo e Cultura. RJ: Ed. UFRJ, 1998.

RODRIGUEZ, J. M. Mateo; SILVA, E. V. Da.; CAVALCANTI, A. P. B. Geoecologia da Paisagem. CE: Ed. UFC, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERQUE, Augustin. Médiance de Milieux en paysages. Paris; Ed Belin, 2000.

BERQUE, Augustin ; CONAN, Michel; DONADIEU, Pierre; LASSUS, Bernard; ROGER, Alain Cinq Propositions pour une Théorie du paysage. Paris; Ed Champ Vallon,1994.

CABANEL, Jean. Paysage Paysages. Paris, Ed Jean-Pierre de Monza,1995.

CAUQUELIN, Anne. L'Invention du paysage. Paris; Quadrige/PUF, 2000.

COLLOT, Michet et al. Les Enjeux du Paysage. Paris; Ed. Ousia, 1997

CLAVAL, Paul. Introdução à Geografia Cultural. RJ: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. SC: Ed. UFSC, 2001.

DONADIEU, Pierre ; PÉRIGORD, Michel. Le Paisage. Paris Ed Armand Colin,2007

FROVOLA, Marina. "Lê Paysage des geographes Russes: L' evolution de Regard Geographique entre lê XIX et lê XX siécle. Site://193.55.107.3/ehgo/frovola.htm.p.1-18(23/04/2001).

MERCIER, Denis et al. Le commentaire de pysages. En géographie physique. Paris; Ed Armand Colin, 2004.

MICHEL, François. Roches et paysages. Reflets de l'histoire physique. Paris ; Ed Armand Colin, 2005.

ROGER, Alain. Court traité du paysage. Paris; Ed.Gallimard, 1997.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. SP: Ed.

Contexto, AGB, 1990.

ROUGERIE, Gabriel. BEROUTCHACHVILI, Nicolas. Géosystèmes et Paysagens. Paris: Bilan et Méthodes. Armand Colin Éditeur, 1991.

EMENTA

CJ0083 – Geomorfologia Litorânea

Bases conceituais da Geomorfologia litorânea. Origem dos litorais. Evolução geológica dos litorais. Dinâmica litorânea e costeira. Formas de relevo litorâneo e costeiro. Uso e ocupação da zona costeira e problemas ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIRD, E. Coastal Geomorphology – an introduction. London: John Willey and Sons, 2000.
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1978.
CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T. Geomorfologia do Brasil. RJ: Ed. Bertrand do Brasil, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, P.F. de (Org.) ; MEIRELES, A. J. A. (Org.) . Relevo Cearense: perspectivas de análises. 1. ed. Porto Alegre: , 2012. v. 1. 103p .

GILSANZ, Javier de Pedroza. Geomorfologia – Princípios, Métodos y Aplications. Madrid, ed. Ruedan, 1996.
MEIRELES, A. J. A.. Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais. 2. ed. Fortaleza: Edicões UFC, 2014. 489p.
MEIRELES, A. J. A.. Ecossistemas, funções e serviços ambientais.. 1. ed. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2015. v. 1. 45p .
MEIRELES, A. J. A.; SOUZA, WALLASON FARIAS DE ; SILVA, A. L. B. ; LIMA, A. P. S. ; ARIMATEA DA SILVA, JOSÉ . Geomorfologia e os serviços ecológicos como fundamentos para a gestão integrada da planície costeira de Icapuí, Ceará, nordeste do Brasil.. Willian Moris Davis Revista de Geomorfologia, v. 1, p. 210-231, 2020.

Obs.: Todos esses livros, assim como os da lista *Básica*, estão disponíveis na Biblioteca Central do Campus do Pici ou no Laboratório de Geomorfologia do Departamento de Geografia. Bibliografia complementar em Inglês e Francês, também estarão disponíveis aos interessados, no laboratório.

EMENTA

CJ0084 – Climatologia Urbana

Abordagem geográfica do clima. Clima e cidade. Teorias, métodos e técnicas de pesquisa em clima urbano. Os campos termodinâmicos, físico-químico e hidrometeórico do sistema clima urbano. Especificidades da cidade tropical. Clima e planejamento urbano. Estudos de pesquisas climáticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1990.

MENDONÇA, F.; MONTEIRO, C.A.F. (organizadores). Clima Urbano. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, C.A.F. Teoria e Clima Urbano. São Paulo: IGEOG-USP, 1976. (Série Teses e Monografias, v.25).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LANDSBERG, H.E. *Urban climates.* Academic Press: New York, 1981.

LOMBARDO, M.A. Ilha de Calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo. 1Ediciones Cátedra, 1993.

OLÍMPIO, João Luís Sampaio ; ZANELLA, Maria Elisa . Riscos naturais: conceitos, componentes e relações entre natureza e sociedade. RA'E GA (UFPR), v. 40, p. 94-109, 2017.

ROCHA, C. A. ; CAVALCANTE, R. M. ; ZANELLA, M. E. ; SOUZA, O. V. ; SOUZA, F. W. . Environmental Quality Assessment in Areas Used for Physical Activity and Recreation in a City Affected by Intense Urban Expansion (Fortaleza-CE, Brazil): Implications for Public Health Policy. Exposure and Health, v. 9, p. 169-182, 2016.

SANT´ANNA NETO, J. L. Variabilidade e mudanças climáticas. Implicações ambientais e socioeconômicas. Maringá: Eduen, 2000, 259p.

EMENTA

CJ0088 – Geografia do Espaço e Cidadania

O processo de ocupação do espaço das pequenas comunidades. Gênero e modo de vida das comunidades. Movimentos sociais locais. A participação popular na gestão do espaço geográfico. Qualidade de vida, desafios sociais e cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Ruy. A Restauração do Capital – um Estudo sobre a Crise Contemporânea – Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO, Therezinha de. África – Geo-história, Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

COSTA, Wanderley Messias de. O Estado e As Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

IANNI, Octávio. Capitalismo, Violência e Terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem Tem Medo da Geopolítica? São Paulo: EDUSP-HUCITEC, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SADER, Emir; GENTIL, Pablo. Pós-Neoliberalismo II. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismos desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SCARLATO, Francisco Cipriano. (Org.). Novo Mapa do Mundo, Globalização e Espaço Latino-Americano. São Paulo: HUCITEC e AMPUR, 1993.

SANTOS, Milton. (Org.). O Novo Mapa do Mundo. Fim de Século e Globalização. São Paulo: HUCITEC e AMPUR, ,1993.

SILVA, Hélio. O Poder Militar. Rio Grande do Sul: LPM, 1984.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. São Paulo/Fortaleza: Cortez Editora/UECE, ,1996.

VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

EMENTA

CJ0139 – Geografia Cultural

Introdução à discussão das dimensões da Cultura no Espaço Geográfico. Aspectos fundantes da abordagem cultural. Mitos, símbolos e imaginário socioespacial.

Lugares sagrados, religiosidades e festividades. Questões étnicas, migrações, fronteiras e intercâmbios políticos. Marcas internas e renovadas da Cultura no desafio patrimonial contemporâneo. Estudos clássicos de Geografia Cultural, crises e interfaces com o Humanismo. A "virada" cultural pós-moderna. Leituras e visões do Brasil: identidades e rupturas na cultura das mídias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999.

DARDEL, E. O homem e a Terra: A natureza da realidade Geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ROSENDAHL; CORREA (org). Introdução a Geografia Cultural: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Maria Geralda de; ARRAIS, Tadeu Alencar. É geografia, é Paul Claval. [et al.]; Org . – Goiânia : FUNAPE, 2013

ANDREOTTI, Giuliana: Paisagens Culturais. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BARTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo (org.). Visões do Brasil: Estudos culturais em Geografia. Salvador: Edufba; Edções L'Harmattan, 2012.

DOZENA, Alessandro (Org.). Geografia e Música: diálogos. Natal: EDUFRN, 2016

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Território, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

LIPOVETSK, G. SERROY, J. A Cultura-Mundo: uma resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MARANDOLA, E.;HOLZER, W; OLIVEIRA, L. de. (org). Qual o Espaço do Lugar? São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012. HEIDRICH, Álvaro Luiz, COSTA Benhur Pinós da, PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (organizadores). Maneiras de ler: geografia e cultura [recurso eletrônico] / – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. 364 Kb; PDF. (p.195-205)

OLIVEIRA, C. D. M de *Caminhos da Festa ao Patrimônio Geoeducacional: Como* educar sem Encenar Geografia? Fortaleza: Edufc, 2012. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10320 Acesso em 02/08/2015.

OLIVEIRA, C. D. M. de. Geografia do Turismo na Cultura Carnavalesca... São Paulo: Paulistana, 2007.

ROSENDAHL; CORREA (org). Manifestações da Cultura no Espaço. RJ: Eduerj, 1999

SILVA, Juremir M. Tecnologias do Imaginário. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

SITES

http://www.p12.nysed.gov/ciai/socst/grade3/geograph.html

http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/issue/archive

http://www.sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/interativos/geografia-cultural/base.swf

EMENTA

CJ0068 – Geografia Política

As concepções de direito da cidadania e comunidade; os processos organizacionais; as políticas comunitárias e o planejamento; as relações com o terceiro setor e o Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo: Ed. HUCITEC e IPESPE, 1995.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. 2ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

COSTA, Wanderley Messias de. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: HUCITEC. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1992. (Geografia, Teoria e Realidade, 17).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACTION CONTRELA FAIM. Léopolitique de la faim: quand faim est une asme. 2ª ed. Paris: PUF, 1998.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco – antes e além – depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BRAGA, Elza Maria Franco. (Org.). América Latina: transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

BRITTO, Luiz Navarro de. Política e Espaço Regional. SP: Nobel, 1986.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. 10ª ed. RJ: Antares, 1980

CHIAVENATO, Júlio J. Geopolítica, arma do fascimo. São Paulo: Global Editora,

1981.

GENTILI, Pablo. Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.. 1991.

HAESBAERT, Rogínio. Blocos Internacionais de poder. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Repensando a Geografia).

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia. A. de e SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

EMENTA

CJ0101 - Educação Ambiental

Bases conceituais da educação ambiental e o processo histórico da tomada de consciência sobre a degradação ambiental; a relação sociedade e natureza dentro da perspectiva da educação ambiental; estudo de experiência em educação ambiental; a política nacional do meio ambiente e o processo de desenvolvimento da cidadania; planejamento estratégico de ações em educação ambiental; o papel da questão ambiental como elemento transformador da ordem internacional; análise crítfica de temas ecológicos globais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

LEFF, E. Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental (Trad. Jorge E. Silva). Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

RODRIGUEZ, J. M.; SILVA, E.V. da. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemática, tendências e desafios. 4. ed. Fortaleza: EDUFC, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GALIAZZI, M. do C.; FREITAS, J. V. de. (Org.) Metodologia Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental. 2. ed. Ijuí: EDUnijuí, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. *et al.* (Org.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

QUINTAS, J. S.. Introdução à Gestão Ambiental Pública. 2ª ed. revista. Brasília: Ibama, 2006.

VASCONCELOS, F. H. L.; RIBEIRO, G. de O. (Org.). Educação Ambiental na Perspectiva de Transformação do Cotidiano: relação sociedade-natureza.

Fortaleza: Edições UFC, 2014.

EMENTA

CJ0144 – Geografia da Alimentação

Geografia e alimento. A alimentação na formação das sociedades. A produção do espaço social alimentar no desenvolvimento capitalista. Desigualdade e diversidade nos circuitos espaciais do excedente alimentar. Problemas e desafios da alimentação contemporânea. A alimentação e a fome no Brasil e no mundo. Segurança Alimentar e Nutricional. Soberania Alimentar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANGELIS, Rebeca Carlota de. Fome oculta: impacto para a população do Brasil. São Paulo, Atheneu, 1999.

CÂMARA CASCUDO, Luis da; História da Alimentação no Brasil.. 4ª. Ed. 2011. São Paulo: Ed.Global. 1967.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome (O dilema brasileiro: pão ou aço). São Paulo, ed. Brasiliense, 10a ed, 1967.

HEISER Jr., CHARLES B. Sementes para a civilização. A história da alimentação humana. Trad. De Sylvio Uliana. São Paulo, ed. da USP, 1977.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Relatório Nacional Brasileiro para a Cúpula Mundial da Alimentação: 5 anos depois. Brasília, 2002.

MALUF, Renato S. Ações públicas locais de abastecimento alimentar. São Paulo, Pólis - Assessoria, Formação e Estudos em Polóticas Sociais, paper 5, 1995.

MONTANARI, M. Comida como cultura. São Paulo: Senac São Paulo,. 2008, 207 p.

ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl. A alimentação através dos tempos. Florianópolis, ed. da UFSC, 2000.

POLAIN, Jean Pierre. Sociologias da alimentação. Os comedores e o espaço social alimentar. Trad. De Rossana Pacheco, Carmen Rial e Jaimir Conte. Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2006.

Revista RACA. Revista de alimentação e Cultura das américas. 2019/2020.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (org) Território: globalização e fragmentação. São

Paulo: Anpur/Hucitec, 1994, p. 15-20.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: Revista Território, ano IV, n. 6, jan/jun. p. 05-20. 1999.

WILKINSON, John. O futuro do sistema alimentar. Trad. do autor. São Paulo, ed. Hucitec, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Josué de. Geopolitica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. São Paulo, Brasiliense, 8a ed., 1968.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa 900-1900. Trad. de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

DANIEL, Jungla Maria Pimentel, CRAVO, Veraluz Zicarelli. "O valor social e cultural da alimentação", In: Boletim de Antropologia. Curitiba, v.2, n. 4, p. 69-83, UFPR, abril de 1989.

DAVIS, Mike; Holocaustos Coloniais. Clima, Fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. 2001, edição brasileira 2002. Ed. Record, RJ.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. História da alimentação. São Paulo, SP: Estação da Liberdade, 1998.

GOODMAN, David, SORJ, Bernardo, WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias. Trad. De Carlos Eduardo Baesse e Carlos Schiottfeldt. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

MALUF, Renato S. e MENEZES, Francisco. Caderno de Segurança Alimentar. Rio de Janeiro, 2000.

MOONEY, Pat Roy. O escândalo das sementes. O domínio na produção de alimentos. Trad. de Adilson D. Paschoal. São Paulo, Nobel, 1987.

OLIVEIRA, José Eduardo Dutra, CUNHA, Selma Freire de Carvalho e MARCHINI, J. Sérgio. A desnutrição dos pobres e dos ricos. Dados sobre a alimentação no Brasil. São Paulo, SARVIER, 1996.

EMENTA

EE0115 – Introdução à Economia

Fundamentos de Ciência Econômica. Noções de Microeconomia. Noções de Macroeconomia, Noções de Economia Monetária, Inflação e Política Econômica. Noções de Comércio Exterior, Balanço de Pagamentos e Organismos Internacionais. Noções de crescimento e desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHO, D.B.(ET ALLI.) Manual de Economia- Equipe de Professores da USP. 5. Ed.

São paulo: Saraiva, 2006.

MANKIW, N. Gregoy. Introdução à Economia, princípios de Micro e Macroeconomia, Rio Janeiro. Editora Campus, 1.ed. 1999.

VASCONCELOS; M. A. S. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSSETI, José P. Introdução à Economia. São Paulo. Editora Atlas, 35.ed.1999.

SINGER, Paul. Aprender Economia, São Paulo. Editora Brasiliense, 12. Ed. 1993.

CARDOSO, Eliana. Economia Brasileira ao Alcance de Todos, São Paulo. Editora

Brasiliense, 7.ed. 1998.

SARAIVA, P. J. Crise econômica e as políticas monetárias convencionais e não convencionais: um breve survey da literatura. Revista de Economia, v. 41, n. 76, 2020.

SOUZA, Nali de Jesus (Coord.).Introdução à Economia, São Paulo. Editora Atlas,

1.ed. 1996.

EMENTA

CC0267 – Estatística para Geografia

Introdução geral. Elementos de estatístfica descritiva. Elementos do cálculo de probabilidade. Introdução à amostragem e estimação. Seleção de amostragens: aleatória, sistemática, estratificada; Escalas: intervalos (média aritmética), nominal (moda), ordinal (mediana), razão (coeficiência de variação, desvio padrão, regressão e correlação linear). Aplicação: distribuição de frequência, representação gráfica, (diagrama de dispersão, histogramas, dendograma, polígonos de frequência, matrizes geográficas). Análise geográfica dos dados

quantitativos e qualitativos na linguagem cartográfica. Métodos de mensuração de dados em diversas linguagens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSSAB, Wilton O. ; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. Atual Editora. Edição renovada, 2002.
STEVENSON. William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Editora Harbra, 2001.
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística básica**, 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas 1991.
BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, Paulo Afonso. - **Probabilidade & Estatística (Conceitos, Modelos, Aplicações em Excel)** - Reichmann & Affonso Editores, 1999.
TRIOLA, Mário F. - **Introdução à Estatística** - Editora LTC, 2005.
MONTGOMERY, Douglas C. & RUNGER, George C. – **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros**. LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., segunda edição, Rio de Janeiro, 2003.

EMENTA

TC0558 – Topografia

Introdução, definições, divisões e Normas; Forma e Dimensão da Terra, Sistemas de Coordenadas, Projeção cartográfica UTM; Desenho Topográfico; Introdução à teoria dos erros; Grandezas Angulares e Lineares, Áreas e Volumes; Levantamentos Planimétricos; Levantamentos Altimétricos; Levantamento planialtimétrico; Introdução à Locação de Obras

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1994). NBR 13133- Execução de Levantamento Topográfico-procedimento. Rio de janeiro;

DA SILVA, C.A.U. (2011) Notas de aula Topografia para Engenharia Civil, Apostila digital UFC;

ERBA, D. A. et al. (2003). Topografia Para Estudantes de Arquitetura, Engenharia e Geologia.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geociências Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#geociencias. 01/08/2011

VEIGA, L. A. K et al (2007), Fundamentos de Topografia. Apostila UFPR;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, A.C. (1992) Exercícios de Topografia – Ed. Edgard Blucher, São Paulo.

BORGES, A.C. (1992) Topografia, Vol. 1 e 2 – Ed. Edgard Blucher, São Paulo.

CARDÃO, C. (1980) Topografia, 2ª Edição.

COMASTRI, J.A. (1992). Topografia – Planimetria. UFV, Imprensa Universitária, Viçosa , Minas Gerais

DOMINGUES, F. A.A. (1979). Topografia e Astronomia de Posição para Engenheiros e Arquitetos. Editora Mc Graw-Hill do Brasil, São Paulo.

ESPARTEL, L. (1985) Curso de Topografia 7ª Edição.

GARCIA, G. J.; PIEDADE, G. C. R. (1984). Topografia Aplicada as Ciências Agrárias, Editora Nobel, São Paulo.

LOCH, C.; CORDINI, J. (1995) Topografia Contemporânea. Editora da UFSC, Santa Catarina.

EMENTA

CJ0089 – Tópicos Especiais

Possibilita a discussão geográfica de diferentes temas em Geografia. Passível de ser oferecida por docente interessado em ministrar conteúdos não abordados por outras disciplinas presentes na matriz.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C.; Zanella, M. E.; MEIRELES, A. J. de A. (orgs.). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo, Ateliê Editorial, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAESBAERT, R. Regional-global: dilemas da região e da globalização na Geografia

contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2010.

MENDONCA, F. A. Geografia Física: Ciência Humana? 4ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DANTAS, E. W. C. Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral. 2ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

SERPA, A. (org). Espaços culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

EMENTA

CB0685 – Matemática para Geografia.

Conceito de esfera e elipsoide; Interpolação Linear (Inserção de valores entre dois pontos extremos). Sistemas de Coordenadas Cartesianas – bi e tridimensionais. Trigonometria – Relação no triângulo-retângulo. Cálculo de área de figuras geométricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Sebastiao Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática básica para cursos superiores. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

BARBOSA, Celso A. S – Cálculo diferencial e integral. Vol.1. Fortaleza: Ed. Realce, 2007.

BARROSO, Leônidas et ali – Cálculo numérico. Ed. Harbra

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação a lógica matemática. 21. ed. São Paulo: Nobel, 1990. 203 p. ISBN 9788521304036.

MENEZES, Paulo Blauth; TOSCANI, Laira V.; GARCÍA LÓPEZ, Javier. Aprendendo matemática discreta com exercícios. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. 356p. ((Livros didáticos informática ufrgs ; v. 19)). ISBN 9788577804719 (broch.).

MENEZES, Paulo Blauth; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Matemática discreta para computação e informática. 3. ed. Porto Alegre, RS:

Bookman, 2010. 350 p (Livros didáticos. 16).

ROSEN, Kenneth H. Matemática discreta e suas aplicações. 6. ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 2009. xxi, 982 p. ISBN 9788577260362 (broch.).

SCHEINERMAN, Edward R. Matemática discreta: uma introdução. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 573 p. ISBN 9788522107964 (broch.).

EMENTA

AB0068 – Sociologia do Desenvolvimento Rural.

Estudo, discussão e aprofundamento das tendências atuais na área do desenvolvimento rural no mundo, América latina e Brasil. Pressupostos teóricos norteadores dos vários programas de desenvolvimento rural no mundo e Brasil. Contato e discussão de experiências em desenvolvimento rural já implementados no Brasil, destacando o caso do Nordeste brasileiro. Os assuntos tratados serão: elementos conceituais; o desenvolvimento nos países "pobres"; as questões político-sociais do desenvolvimento rural (Mundo, Brasil e Nordeste) e as Novas tendências no desenvolvimento rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CONTERATO, M. A.; FILIPI, E. E. Teorias do desenvolvimento. Série EAD. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FROEHLICH, V. D.; DIESEL, V. Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro, 2000.

MULLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Org.). Introdução às teorias do

desenvolvimento. SEAD. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. Estudos Avançados. v.9, n.25. São Paulo: Edusp, 1995.

SACHS, W. (Ed.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SILVA, J. G. da. Modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. (Org.). A modernização da agricultura. Série EAD. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

CARDOSO, F. H. As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.6, n.1-2, jan./jun. 1992.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. 2 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

JOLLIVET, M. A "vocação atual" da Sociologia Rural. Estudos Sociedade e Agricultura. n.11. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Nov. 1998.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MARTINS. J. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Estudos Sociedade e Agricultura. n.15. Rio de janeiro: CPDA/UFRRJ, Out. 2000.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança

alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SACHS, I. Desenvolvimento: Includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Lua Nova. São Paulo, n. 28-29, pp. 313-334, Abril, 1993.

SCHNEIDER, S. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19; n.1 p. 37-67. jan./abr. 2002.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: Hucitec, 1986.

EMENTA

AB0076 – Estatística básica.

Estatística descritiva: Distribuições de probabilidade. Amostragem. Distribuições amostrais. Inferência: estimação em testes de hipóteses. Correlação e regressão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, D. F.; OGLIARI, P. J. Estatística para as ciências agrárias e biológicas: com noções de experimentação. Editora da UFSC. Florianopólis. 1ª edição, 2007 . 432p

SARTORIS, Alexandre. Estatística e introdução à econometria. São Paulo, SP: Saraiva, 2003. 426p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 399 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatistica básica. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1985. 459 p.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. Editora Atlas. São Paulo. 6ª edição, 1996, 320 p.

STEVENSON, W. J. Estatística Aplicada a Administração. Harbra. 2001.

TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008. 696 p.

BUSSAB, W.O. e MORETTIN, P.A. (2010). Estatística Básica, 6a edição. Saraiva: São Paulo.

EMENTA

DB0103 – Direito Ambiental.

Direito ambiental na constituição Federal. Sistema Nacional do Meio ambiente. Zoneamento Ambiental. Dano ecológico: responsabilidade, reparação e meios processuais para defesa ambiental. Aspectos jurídicos da poluição, das áreas de preservação permanente da flora, da fauna e da proteção da zona costeira. Dano nuclear: prevenção e responsabilidade. Tombamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

_____. Manual de Direito Ambiental: (Discussão de Casos para Cursos Universitários com Provas de Concursos). 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Hermenêutica Jurídica Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes e LEITE, José Rubens Morato (organizadores). Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio. Curso de direito ambiental brasileiro. 10.ed. São Paulo: Saraiva 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 17. ed. São Paulo. Malheiros 2009.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SILVA, José Afonso. Direito ambiental constitucional. 7.ed. São Paulo: Malheiros,

2009.

SÉGUIN, Elida. O Direito Ambiental: nossa casa planetária. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 7. ed. São Paulo. Saraiva,

2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHMED, Flávio e COUTINHO, Ronaldo (coordenadores). Cidades Sustentáveis no Brasil e sua Tutela Jurídica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

ÁVILA, EDNA LEITE e ALMEIDA, F. MONTEIRO. O Estudo do impacto ambiental. Licenciamento, Responsabilidade Criminal. Revista do Ministério Público. Porto Alegre-RS.

AZEVEDO, ÁLVARO VILLAÇA. Proposta de Classificação da Responsabilidade Objetiva: Pura e Impura. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BENJAMIN, Antonio Hermam. Estudo do impacto ambiental e Ministério Público. 7o Congresso Nacional do Ministério Público, Belo Horizonte. AAMP/CONAMP.

_____. Os princípios do estudo do impacto ambiental como limites da discricionariedade administrativa. Rio de Janeiro: Revista Forense.

CAPPELLI, Silvia. O Estudo do Impacto Ambiental na realidade brasileira. Rio Grande do Sul. Revista do Ministério Público no 27.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 4. ed. Coimbra: Almedina,

1989.

COUTINHO, Ronaldo e ROCCO, Rogério (organizadores). O Direito Ambiental das Cidades. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. Pensar Globalmente y actuar localmente: El Estado Transnacional Ambiental de Ulrich Beck. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2008.

CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (organizadores). Avaliação e Perícia Ambiental. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2010.

DANTAS, Marcelo Buzaglo; SÉGUIN, Élida; e AHMED, Flávio (coordenadores). O Direito Ambiental na Atualidade: Estudos em Homenagem a Guilherme Purvin de Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris: 2010.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. A Propriedade no Direito Ambiental. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GORDILHO, Heron José de Santana. Direito Ambiental Pós-moderno. Curitiba: Juruá, 2009.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Introdução ao Direito Processual Constitucional.

Porto Alegre: Síntese, 1999.

MILARÉ, Édis. A gestão ambiental em foco. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZILLIA, Hugo Nigro. Defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural e outros interesses. 18. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Claudia Alves de. Meio Ambiente Cotidiano: A Qualidade de Vida na Cidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora: 2008.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. Difusos e Coletivos: Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PROCOPIO, Argemiro. Subdesenvolvimento Sustentável. 4. Ed. Curitiba: Juruá Editora: 2009.

SARNO, Daniela Campos Libório Di; DALLARI, Adilson de Abreu. Direito urbanístico e ambiental. São Paulo: Fórum, 2007.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

_____. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SOARES, Virgínia Prado Soares. Meio Ambiente e orçamento público in Desafios do Direito Ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

TEIXEIRA, Maiana Maia; RIGOTTO, Rachel Maria. O Estado e a acumulação de capital: a expansão do agronegócio e de seus impactos socioambientais - sobre os ombros de gigantes benefícios estatais. Fortaleza: UFC, 2010.

TEIXEIRA, Maiana Maia; RIGOTTO, Rachel Maria; CARNEIRO, Fernando Ferreira. A mão que afaga é a mesma que apedreja: incentivos do Estado à expansão do agronegócio no campo e aos impactos na saúde, ambiente e trabalho. Fortaleza: UFC, 2010.

KISHI, Sandra Akemi Shimada ; SILVA, Solange Teles da ; e SOARES, Inês Virgínia Prado (organizadoras). Desafios do Direito Ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

EMENTA
HD0754 – Introdução à Antropologia.

Natureza e objeto da Antropologia. a Paleontologia humana e a teoria da evolução. Antropologia biológica e Antropologia cultural. Sociedade e cultura. Fundamentos de organização social. Entendimento e etnocentrismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen

Juris, 2010.

_____. Manual de Direito Ambiental: (Discussão de Casos para Cursos Universitários com Provas de Concursos). 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Hermenêutica Jurídica Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes e LEITE, José Rubens Morato (organizadores). Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio. Curso de direito ambiental brasileiro. 10.ed. São Paulo: Saraiva 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 17. ed. São Paulo. Malheiros 2009.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SILVA, José Afonso. Direito ambiental constitucional. 7.ed. São Paulo: Malheiros,

2009.

SÉGUIN, Elida. O Direito Ambiental: nossa casa planetária. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 7. ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Aszcona, Jesús. Antropologia I e II. Petrópolis, Vozes, 1992.

Blikstein, Izidoro. Kaspar hauser ou a fabricação da realidade. Rio de Janeiro, Cultrix, 1985.

Cardoso, Ruth. A aventura antropológica. São Paulo, Paz e terra, 1988.

Da Matta, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Vozes, 1981.

Durhan, Eunice. A caminho da cidade. Rio de Janeiro, Perspectiva, 1973.

Enciclopédia Conhecer Enciclopédia Delta Larousse

Hoebel, Adamson e Frost. Antropologia cultural e social. São Paulo, Cultrix, 1981.

Laplantine, François. Aprender Antropologia. São Paulo, brasiliense, 3a edição, 1a edição

1988.

Mello, Luiz Gonzaga. Antropologia Cultural. Petrópolis, Vozes, 1987.

Mercier, Paul. História da antropologia. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

Montagu, Ashley. Introdução à antropologia. São Paulo, editora Cultrix, 2a edição, 1a edição 1969.

Oliven, Ruben George. A antropologia de grupos urbanos. Petrópolis, Vozes, 1985.

Rodrigues, Rosicler Martins. O homem na pré-história. São Paulo, Moderna, 1997.

UNESCO. As origens do homem. Rio de Janeiro, FGV, 1975.

Zaluar,Alba. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1980.

EMENTA

HD0789 – Cultura Brasileira.

A perspectiva antropológica e o conceito de cultura. Formação, estrutura e organização sociais no Brasil. Fundamentos da cultura e da sociedade brasileiras. Influências de outras culturas na construção do "ethos" brasileiro. Vida social e manifestações da cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira*: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987, p. 7-15. GOMES, Mércio.

Os índios e o Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988, p. 37-63.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos*: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 55-94.

RIBEIRO, Darcy, *O povo brasileir*o: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo:

Companhia das Letras, 1995, p. 19-26.

SCHWARCZ, Lilia M. e REIS, Letícia (org.). *Negras imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 11-29. SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 19-46.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar editor / Editora da UFRJ, 1995, p. 109-144.

BATALHA, Cláudio e outros (org.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 121-163.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 213-230.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AYALA, M. Ignez. *No arranco do grito (aspectos da cantoria nordestina)*. SP: Ática, 1988.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*: leituras operárias, 9ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CARVALHO, Gilmar. *Artes da tradição*: mestres do povo. Fortaleza: Edições UFC, 2005. CASCUDO, L. da C. *Antologia da alimentação*.

CUCHE, D. *A noção de cultura em ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DA MATTA, R. *Explorações*: *ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*, 52ª edição. São Paulo: Global, 2013.

GUEDES, Simoni L. *O Brasil no campo de futebol*: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio Janeiro: DP & A, 2000.

LOPES, A. Herculano (org.). *Entre Europa e África*: a invenção do carioca. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 99-109.

LOPES, Régis. *Padre Cícero*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2000.

MAGNANI, José G. Cantor. *Festa no pedaço*: *cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: HUCITEC/Editora da UNESP, 1998.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

OLIVEN, Ruben G. “Cultura e classe em cidades brasileiras”, *in*: *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992, p. 31-45.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986. PORDEUS JÚNIOR, I. *Umbanda*: *Ceará em transe*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

RIBEIRO, Darcy, *Os brasileiros*: 1. teoria do Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

RIBEIRO, Darcy, *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VELLOSO, Mônica. *Que cara tem o Brasil?*: culturas e identidade nacional. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

EMENTA

IUV0001 – Tecnodocência.

Abordagens científicas contemporâneas. Teoria de Fluxo. Planejamento e Plano de Aula. Aprendizagem Significativa. Abordagens metodológicas vinculadas às tecnologias e TDIC. Prática docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCHÉ INTERDISCIPLINAR. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Candido Mendes,1992-. . ISSN 0104-0928

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Didática e interdisciplinaridade. 11.ed. Campinas: Papirus, 2006. 192p. (Praxis) ISBN 853080502X (broch.).

MOREIRA, Marco Antonio. A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula. Brasília: UnB, 2006. 185p. ISBN 8523008268 (broch.)

PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artmed, 2008. 220p. (Biblioteca Artmed) ISBN 9788536310589 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Maria Cândida; BATALLOSO, Juan Miguel (Org.). Complexidade e transdisciplinaridade em educação: teoria e prática docente. Rio de Janeiro, RJ: Walk, 2010. 258 p. ISBN 9788578540883 (broch.).

MORAES, Maria Cândida. Ecologia dos saberes: complexidade, transdisciplinaridade e educação: novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais. São Paulo: Antakarana, 2008. 302 p. ISBN 9788588262171 (broch.).

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 343 p. ISBN 9788532627919 (broch.).

MASINI, Elcie F. Salzano (Elcie Fortes Salzano). Psicopedagogia na escola: buscando condições para a aprendizagem significativa. São Paulo: Unimarco: c1994. Loyola, 183p. ISBN 8515010062

VALENTE, José Armando. Formação de professores para o uso da informática na escola. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 2003. 203 p.: ISBN 8588833034 (broch.)

EMENTA

PC0208 – Didática I.

Educação e didática na realidade contemporânea: o professor, o estudante e o conhecimento. A natureza do trabalho docente. Concepções de ensino. A sala de aula e seus eventos. Planejamento e gestão do processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL – MEC , Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1998.

BRASIL – MEC , Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1992.

LIBANEO, José Carlos. Profissão Professor ou Adeus Professor, Adeus Professora? Exigências educacionais contemporâneas e novas atitudes docentes. In: LIBANEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Antônia O. O Planejamento numa Perspectiva Crítica de Educação. In: VEIGA, Ilma P. A. Repensando a Didática. Campinas, SP: Papirus,1991.

LUCKESI, Cipriano C. Verificação ou Avaliação o que Pratica a Escola? In: LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo – A produção do conhecimento em aula. Rio de Janeiro: DpeA, 1999.

PASSOS, Carmensita. Didática: Breve Incursão Histórica em Busca da Identidade.

Texto Digitado, 1999.

PASSOS, Carmensita. Trabalho Docente: características e especificidades. Texto Digitado, Fortaleza, 2000.

FAZENDA, Ivani. (org.) Práticas Interdisciplinares na Escola. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio da Janeiro: Paz e Terra,1997.

SACRISTÁN, Gimeno J. e PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VEIGA, Ilma P. A. Didática uma Retrospectiva Histórica. In: VEIGA, Ilma P. A. Repensando a Didática. Campinas, SP: Papirus, 1991

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa Como Ensinar. Porto Alegre, RS: Artmed,1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEBAN, Maria Tereza (org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DPeA, 1999.

GENTILI, Pablo. O Consenso de Washington e a crise da educação na América Latina. In: GENTILI, Pablo. A Falsificação do Consenso. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GARCIA, Regina Leite. A Educação Escolar na Virada do Século. In: COSTA, Marisa Vorraber. (org.) Escola Básica na Virada do Século. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, Acácia. Globalização e Educação. In: Anais do IX ENDIPE. Águas de Lindóia, SP,1998.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação, Linguagens e Tecnologias: mudanças no mundo do trabalho e as relações entre conhecimento e método. In: Anais do X ENDIPE, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

OLIVEIRA, Maria Rita N. S.; ANDRÉ, Marli Eliza D. A. A Prática do Ensino de Didática no Brasil: introduzindo a temática. In: OLIVEIRA, Maria Rita N. S.; ANDRÉ, Marli Eliza D. A.. Alternativas do Ensino de Didática. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACRISTÁN, Gimeno J. e PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis,RJ: Vozes,

VASCONCELLOS, Celso dos S. A Construção do Conhecimento em Sala de Aula. São Paulo: Cadernos Libertad, 1995.

EMENTA

PC0353 – Educação em Direitos Humanos.

Direitos Humanos, democratização da sociedade, cultura de paz e cidadanias. O nascituro, a criança e o adolescente como sujeitos de direito: perspectiva histórica e legal. O ECA e a rede de proteção integral. Educação em direitos humanos na escola: princípios orientadores e metodologias. O direito à educação como direito humano potencializador de outros direitos. Movimentos, instituições e redes em defesa do direito à educação. Igualdade e diversidade: direito à livre orientação sexual, direitos das pessoas com deficiência, direito à opção religiosa e direitos ligados à diversidade etnicorracial. Os direitos humanos de crianças e de adolescentes nos meios de comunicação, nos livros didáticos e nas mídias digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90).** Brasília, 2008.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).** Brasília, 1996.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

FERREIRA, Lúcia de Fátima G.; ZENAIDE, Maria de N. T. E DIAS, Adelaide Alves (Orgs). **Direitos humanos na educação superior:** subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2010.

JARES, Xesus R. **Educação para a paz:** sua teoria e sua prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTA, Maria Dolores de Brito et al. **A Escola diz não à violência.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Educação em Direitos Humanos**. Material Instrucional do Curso de Pedagogia Semipresencial da UFC. Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Lucia. Ludicidade: algumas reflexões**.** IN Porto, B. **Ludicidade:** o que é mesmo isso? Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, PPGE, GEPEL, 2002.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/MJ/UNESCO, 2009. Projeto de Lei nº 478/2007. Dispões sobre o Estatuto do Nascituro e dá

outras providências. Comissão de Seguridade Social e Família. Brasília, 2010.

RAYO, José Tuvilla. **Educação em direitos humanos:** rumo a uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

EMENTA

HLL0077 – Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Fundamentos histórico culturais da Libras e suas relações com a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Cultura e identidades surdas. Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Uso do espaço. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Diálogos em língua de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando. C; RAPHAEL, Walkyria. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008

FELIPE, Tânia Amara. Libras em Contexto: curso básico. Brasília: MEC/SEESP, 2007

LABORIT, Emmanuelle. O Vôo da Gaivota. Best Seller, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática da língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

BOTELHO, P. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Belo Horizonte: Atlântica, 1998.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionsista. São Paulo: Plexus, 1997.

EMENTA

PD0074 – História dos Afrodescendentes no Brasil.

Conceitos de africanidades, afrodescendência e negritude. As origens africanas. As nações africanas representadas na sociedade escravista brasileira. O sistema escravista no Brasil e no Ceará. Inscrições civilizatórias e aportes tecnológicos dos africanos à formação social e cultural do Brasil e do Ceará. Quilombos, rebeliões de africanos e afrodescendentes e lutas pela Abolição. A situação da população negra no pós-abolição, no Brasil e no Ceará. Os movimentos sociais negros hoje e as reivindicações educacionais da população afrodescendente. Personalidades africanas, afrodescendentes e da diáspora negra que se destacaram em diferentes áreas do conhecimento. Legados dos afrodescendentes no Brasil e no Ceará.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. (2006). Uma história do negro no Brasil / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p. ISBN: 85-88070-022.

ALTUNA, Raul Luiz. Cultura tradicional Banta. São Paulo: Edições Paulinas. 2006.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. Folhas Sagradas: as Plantas Litúrgicas e medicinais nos cultos afro-brasileiros. Recife: Editora da UFPE, 1997.

DEBRUN, Michel. (1990). A identidade nacional brasileira. Estud. av. vol.4, no. 8 São Paulo Jan./Apr. 1990.

CAMARGO, Maria Thereza L. de Arruda. Plantas medicinais e rituais afro-brasileiros II: Estudo etnofarmacobotanico. São Paulo: Ícone editora. 1998.

CUNHA JUNIOR, H.. Nós, afro-descendentes:Historia africana e afrodescendente na cultura barsileira.. In: SECAD-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizaçõa e Diversidade - MEC. (Org.). Historia da Educação do negro e outras historias. 1ed.Brasilia: Edições MEC/BID/UNESCO, 2005, v. 1, p. 249-273.

CUNHA JUNIOR, H.. Afrodescendencia e Africanidades: Um dentre os diversos enfoques possiveis sobre a população negra no Brasil. Interfaces de Saberes (FAFICA. Online), v. 1, p. 14-24, 2013..

CUNHA JUNIOR, Henrique. Tecnologia africana na formação histórica do Brasil. 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Critica ao pensamento das senzalas e da casa grande. Revista Espaço Acadêmico. Numero 150. Novembro de 2013. Pp. 84-100.

CUNHA JUNIOR, H.. NTU. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 9, p. 81-91, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afroetnomatemática: da filosofia africana ao ensino de matemática pela arte. Revista ABPN, v. 22, p. 170-122, 2017.

CUNHA JUNIOR, H.. Olhando pela janela e vendo às arvores africanas:As relações Brasil - Africa.Continuidades e permanências da Africa no Mundo Atlantico. In: Sandra Haydee Petit; Geranilde Costa e Silva. (Org.). Memórias de Baobá. 1ed.Fortaleza: Editora da UFC, 2012, v. 1, p. 119-130.

MARTINS, Leda Maria. Afrografias da Memória. Editora Perspectiva. 1995.

GOMES, Flávio dos Santos (1995). Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX.Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. 1995.

MOURA, Clovis. (1959 primeira edição) (2014 – quinta edição). Rebeliões na Senzala. Editora Anita Garibaldi, em parceria com a Fundação Mauricio Grabois. 2014.

MUNANGA, Kabengele.(2005-2006) Algumas considerações sobre raça, ações afirmativa e identidade negra no Brasil: Fundamentos antropológicos. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SANTOS FILHO, Gabriel dos (2012). O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade: um olhar socioantropológico sobre a Pastoral. Afro-Brasileira. Salvador-BA: EDUFBA. 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALACA, M. C. F. ; CUNHA JUNIOR, H. . Embu das Artes: Cidade de Urbanização Pela Arte Afrodescendente. In: Henrique Cunha Junior; Estanislau Bie. (Org.). Bairros Negros Cidades Negras. 1ed.Fortaleza: Via Dourada, 2019, v. 1, p. 45-78.

CUNHA JUNIOR, H.. Bairros Negros : A Forma Urbana das Populações Negras no Brasil. Revista ABPN, v. 11, p. 65-86, 2019.

CUNHA JUNIOR, H.. Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. Política Democrática (Brasília), v. VII, p. 118-127, 2008.

CUNHA JUNIOR, H.. Abolição Inacabada e a Educação dos Afrodescendentes. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. VIII, p. 1-8, 2008.

CUNHA JUNIOR, H.; MENEZES, Marizilda dos Santos . Geometria Fractal: O encontro entre o tradicional e o novo na cultura africana e afrodescendente. In: International Conference on Graphcs Engineering for Ates and Desgn, 2003, Santa Cruz do Sul. Graphica 2003, 2003.30.

CUNHA JUNIOR, H.; GOMES, A. B. S. . A educação dos afrodescendentes na visao dos movimentos negros. In: EPEN N-Encontro de pós-graduação em Educação do Norte e Nordeste, 2003, São Cristovão. Econtro de Pós-graduação do Norte e Nordeste. São Cristovão: UFSE, 2003.

DE JESUS, T. S. ; CUNHA JUNIOR, H. . Bairros Negros: Patrimônio Cultural Negro em Fortaleza-CE. ID ON LINE. REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 14, p. 1045-1059,

2020.

QUERINO, Manuel Raimundo. “O colono preto como fator da civilização brasileira”, Afro-Ásia, n. 13, pp. 143-158.1980.

LOPES, Vera Neusa. Mankala - Jogo de Tabuleiro de origem africana explora valores e habilidades". Porto Alegre: Revista do Professor", edição outubro a dezembro de 2008.

Mbembe, Achille. 2001. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. Estudos Afro-Asiáticos 23 (1):172-209.

SANTOS, M. P. dos ; CUNHA JUNIOR, H. . A Farmacia em Casa: Ancestralidade e Conhecimentos em Botânica em Horizonte. In: Marlene Pereira dos Santos; Henrique Cunha Junior.. (Org.). Afro Patrimônio Cultural. 1ed.Fortaleza: Via Dourada, 2019, v. 1, p. 142-156.

SANTOS, M. P. dos (Org.) ; CUNHA JUNIOR, H. (Org.) . Afro Patrimônio Cultural. 1. ed. Fortaleza: Editora Via Dourada, 2019. v. 1. 1p .

SANTOS, Joel Rufino dos. (1979). História do Brasil. Editora: Marco Editorial. 1979.

SANTOS, Joel Rufino dos. (2014). A história do negro no teatro brasileiro. 2014.

EMENTA

PD0103 – Educação Popular e de Jovens e Adultos.

Histórico da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Fundamentos teóricos, concepções e práticas. Políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos: legislação e programas. Espaços de atuação na sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e outros. Perspectivas e desafios atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação. n.14, 2000.

PALUDO, C. Educação popular na América Latina. UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, E. A. Educação popular: experiências participativas e formação de consciência crítica e espaços públicos no município do Eusébio (CE). Fortaleza: Premius, 2015.

BRANDÃO, C. Educação popular antes e agora. Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE, v., 5, n. 1, 2013.

CARRILO, A. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. Petrópolis: Vozes, 2013.

UNESCO. VI Conferência Internacional de Jovens e Adultos. Marco de Ação de Belém. Resumo Executivo. UNESCO, MEC, 2010.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Mar 2017.

EMENTA

PD0050 – Novas Tecnologias e Educação à Distância.

As novas tecnologias e os processos de ensino-aprendizagem na escola. Educação à Distância: histórico e estado da arte. Usos Educacionais da Internet. Projetos educativos com recursos da Internet. Novas Tecnologias e Educação Especial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLONI, M. L. Educação a distânbcia. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MORAN, J. M.; MASSETO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PALLOF, R.; PRATT, K. O aluno virtual. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LYNN, A. Educação a distância. São Paulo: Futura, 2003.

COSTA, Marisa Vorraber. (org.) Escola Básica na Virada do Século. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, Acácia. Globalização e Educação. In: Anais do IX ENDIPE. Águas de Lindóia, SP,1998.

LIBANEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente. São Paulo: Cortez, 1998.

EMENTA

CG0411 – Mineralogia Geral.

Relação da mineralogia com as demais áreas do conhecimento, definições e conceitos de mineral. Cristalografia. Cristalografia do Raios-X. Cristaloquímica, propriedades físicas dos minerais. Gênese e ambientes de formação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANA, James Dwight. Manual de mineralogia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, c1969. 2 v. ISBN (broch.).

KLEIN, Cornelis; HURLBUT, Cornelius S.; DANA, James Dwight. Manual de mineralogia. 4. ed. Barcelona, Espanha: Editorial Reverté, 2011. 2 v. ISBN 978842914606

DEER, W. A.; HOWIE, R. A.; ZUSSMAN, J. Minerais constituintes das rochas: uma introdução. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 727 p. (Manuais universitários). ISBN 9723108461.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KLEIN, Cornelis; DUTROW, Barbara. Manual de ciência dos minerais. 23. ed. Porto

Alegre: Bookman, 2012. xiv, 706, [9] p. ISBN 9788577809639 (broch.).

FLINT, E. E. Essentials of crystallography. Moscou: Peace, [1964]. 225 p. ISBN (enc.).

FONT-ALTABA, M. Atlas de mineralogia. 4. ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1975. 62 p. ISBN 8470931725 (broch.).

HENNING, Th. (Ed.). Astromineralogy. Heidelberg: New York: Springer, c2010. ix, 329 p. (Lecture Notes in Physics; 815.). ISBN 9783642132599.

CLAYS AND CLAY MINERALS. New York, NY: Clay Minerals Society, 1952-. Bimestral. ISSN 0009-8604.

EMENTA

CJ0077 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I

O espaço escolar como uma construção sociocultural e política. Relações internas e externas: os múltiplos sujeitos. A observação direta sobre as estruturas

administrativas e pedagógicas da escola pública e particular. O conhecimento das diversas atividades escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

LIBANEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

PASSINI, E.Y. Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Maria Edivani Silva. A Geografia na Escola: Espaço, Tempo e Possibilidades. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v.7, n.12, p.xx, jan./jun. 2016.

FREIRE, Paulo. Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar. 21 ed. São Paulo: EditoraOlho d'água, 2009.

KIMURA, Shoko. Geografia no ensino básico: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008. MOSE , Viviane. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MCLAREN, Peter. A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Tradução Lucia Pellanda Zimmer et al. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NOVOA, Antônio (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Instituto de Inovação Educacional. 1995.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

EMENTA

CJ0119 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II.

Noções básicas de Legislação e Ensino da Geografia. O ensino da Geografia no contexto sociopolítico brasileiro. O ensino da Geografia nos diversos programas

educacionais (educação especial, indígena, à distância, infantil, etc).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB´SABER, Aziz e MENEZES, Cynara. O que é ser geógrafo. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo, 2007.

CALLAI, Helena C. A formação do profissional da Geografia. Ijuí, RS, Editora Unijuí, 2013. CAVALCANTI, Lana. Geografia e Práticas de Ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2001. PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org.). Ousadia no diálogo. Edições Loyola. São Paulo, 1993.. PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA. Tomaz Tadeu (org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. P.; ROCHA, I. S.; PEIXOTO, S. A. Uma reflexão acerca do ensino de Geografia e da inclusão de alunos surdos em classes regulares. Revista Brasileira de Educação em Geografia.

Campinas, v. 3, n. 5, p. 98-118, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/113> Acesso em: 28 set. 2017.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia étnfica: a A frfica, o Brasil e os territórios dos quilombos. In: SILVA, J.B.; LIMA, L.C. e DANTAS, E.X.C. (orgs.)Panflorama da Geografia brasileira II. São Paulo: Annablume, 2006. p. 199-213.

CANDAU, Vara M. (orga.) Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio B. (org.). Currículo: questões atuais. 2 ed. Campinas: Papirus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José(org.). Movimentos sociais y conflito em América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 261-277.

RATTS, Alex. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. In: Terra Livre. Ano 26, v. 1, n.34. São Paulo, 2010. Pp. 125-140.

EMENTA

CJ0120 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental).

Preparação e execução de projeto de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola, do ensino fundamental. Vivência da prátfica educativa. Planejamento de situações de ensino, incluindo preparação de materiais, execução e avaliação. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, Lana. Geografia e Práticas de Ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.

CARVALHO, Maria Inez. Fim de século. A escola e a Geografia. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2003

KAERCHER, Nestor André. Iconoclastia constante na (de)formação de professores de Geografia. In: DALLA ZEN, Maria I. H.; SOUZA, Nadia G. S. de práticas de ensino na UFRGS.

MOREIRA, Ruy. O Discurso do Avesso. São Paulo: Ed. Contexto 2014.

OLIVEIRA, C. D. M. de. Sentidos da Geografia Escolar. Fortaleza: Edufc, 2009.

PASSINI, Elza Y (Org) Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Ed. Contexto, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALLAI, Helena C. A formação do profissional da Geografia. Ijuí: Unijuí, 1999.

PONTUSCHKA, N; PAGANELLI, T; CACETE, N. Para Ensinar e Aprender Geografia. São Paulo: Ed. Cortez, 2007

BARBOSA, E; BULCA O, M. Bachelard: Pedagogia da Razão e Pedagogia da Imaginação. Petrópolis, Ed. Vozes, 2004

TESCAROLO, R. A escola como sistema complexo: a ação, o poder e o sagrado. São Paulo: Escrituras Ed., 2004.

CASTELLAR, S.M. V.; MUNHOZ, G.B. (Orgs.). Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012.

Revista Geosaberes: www.geosaberes.ufc.br/

EMENTA

CJ0121 – Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio).

Preparação e execução de projeto de ensino e aprendizagem inserido no contexto do Ensino Médio em escola regular, de tempo integral e profissionalizante. Vivência da prática educativa da Geografia. Planejamento de situações de ensino, incluindo preparação de materiais, execução e avaliação. Temáticas para compreender o estudante e o contexto do Ensino Médio: Identidades culturais juvenis; gênero e a questão racial na escola; direitos humanos, cotidiano escolar e violência. Políticas educacionais e o Ensino Médio. Elaboração de portfólio digital e socialização das experiências profissionais nos estágios e a formação em Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

CANDAU, Vera Maria. (orgs.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CANDAU, Vera Maria et al. (orgs.). Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as). São Paulo: Cortez, 2016.

LIBANEO, J.C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. São Paulo: Heccus Editora, 2013 (p.255-264).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino aprendizagem: São Paulo: Editora Libertad, 2006.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução Ernani F. da F.Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALARCA O, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Leonir Pessate. Portfólios como instrumentos de avaliação dos processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, L. das Graças Camargos; ALVES, L Pessate. (orgs.). Processos de Ensinagem na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004. pp. 101-120.

CANDAU, Vera (org.). Reinventar a escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra.

Educação escolar: políficas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TONINI, I. GOULART, L.B.; MARTINS, R.E.M.W.; CASTROGIOVANNI, A.C.; KAERCHER, N.A. (Orgs.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

EMENTA

CJ0129 - Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)

Elaboração do projeto de pesquisa: definição do objeto de estudo; identificação do problema, problematização e contextualização, justificativa e objetivos. Construção do referencial teórico-metodológico: revisão bibliográfica, definição do tipo de pesquisa, abordagem e procedimentos; cronograma de atividades. Elaboração dos instrumentos de coleta de dados (Apêndices). Proposta de Sumário para o TCC II, no caso de Monografia e memorial. Proposta de tópicos no caso de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2010.

RIQUE, Lenira. Do senso-comum à geografia científica. São Paulo, Ed: Contexto, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 01. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. v. 01. 218p .

UFC – Normalização de Trabalhos Acadêmicos.

UFC – Guias de Normalização

UFC – Normas Técnicas

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. Pesquisa Participante: saber pensar e intervir. Brasília, DF: Editora Liber Livro, 2005.

ESTRELA, Albano. Teoria e prática de observação de classes: uma estratégia de formação de professores. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

EMENTA

CJ0130 - Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)

Elaboração do TCC conforme o desenvolvimento do projeto elaborado no TCC I. Execução da pesquisa. Coletando dados, observação, entrevista, questões expositivas, questionário, registro dos dados. Revisão de Literatura. Categorização, produção e tratamento de dados. Análise, interpretação e síntese. A construção do texto. A apresentação gráfica geral do trabalho. Submissão do TCC à banca examinadora com defesa pública.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Sousa. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. Como Escrever Trabalhos de Conclusão de Curso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOREIRA, Marco Antônio. Metodologias de Pesquisa em Ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia M.; FARIAS, M.Isabel Sabino de.; NUNES, João Batista

Carvalho. (Orgs.). Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto. Fortaleza:EdUECE, 2011.

MORIN, Edgar. O método 3. O conhecimento do conhecimento/1. Portugal: Publicações Europa-América, LTDA, 1996.

EMENTA

PB0091 – Estudos Socio-Históricos e Culturais da Educação.

Conceitos fundamentais à Sociologia, História e Antropologia para a compreensão da relação entre Educação e Sociedade. A interdisciplinaridade do pensamento pedagógico. Multiculturalismo e políticas educacionais de ação afirmativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PILETTI, Nelson. Sociologia da educação. 18ª. ed. São Paulo: A tfica. 2004. 264p.

CASTRO, A. M.; DIAS, E. Introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 5ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 160p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Ester; SOUSA, Ilnar de. Sociologia da educação. Fortaleza: UVA. 2000. (Curso de Pedagogia em Regime Especial).

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: A tfica. 1993. 319p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna. 1996. 255p. WULF, Christoph. Antropologia da educação. Campinas: Alínea. 2005. 212p. (Coleção educação em debate).

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summos, 1998.

EMENTA

PB0092 – Estrutura, Política e Gestão Educacional.

A Educação no contexto sócio, econômico, político, histórico e legal brasileiro; Conceito de Sistema e organização escolar – o Sistema Educacional Brasileiro; A legislação educacional; As políticas públicas para a educação; Gestão educacional; Financiamento da educação; Formação do profissional da educação; A estrutura e

as políticas para a educação no Estado do Ceará.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Nilda e VILLARDI, Raquel. Múltiplas Leituras da Nova LDB. São Paulo: Ed. Dunya, 1998.

ARROYO, Miguel et al. Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo, Loyola, 1991.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil – Leitura Crítica. Petrópolis. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. A Nova LDB – Ranços e Avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

FAVERO, Osmar (Org.). A Educação nas Constituintes Brasileiras. Campinas, São Paulo. Ed. Autores Associados. GA, 1993.

FREITAS, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, EDART, 1978.

KUENZER, Acácia. Ensino de 2º Grau. O Trabalho como Princípio Educativo. São Paulo. Cortez, 1988.DOTT, Moacir. Organização do Trabalho na Escola. Alguns Pressupostos. São Paulo, Ática.

EMENTA

PB0090 – Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência.

Conceito e características de psicologia e de adolescência. Desenvolvimento biológico e psicológico do ser na adolescência. Desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo. Crises na adolescência. Fatores psicológicos no processo ensino/aprendizagem: percepção, atenção, motivação, memória, inteligência e personalidade. Distúrbios na aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABERASTURY, Arminda et al. Adolescência. Trad. Ruth Cabral. Edição. Porto Alegre, Artes Médficas. 1990.

ARIE S, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, LTC. 1986.

BECKER, Daniel. O que é adolescência. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, 159)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGHIROLLI (PISANI), Elaine Mª. et al. Psicologia geral. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. BEE, Hellen e MITCHELL, Sandra K. A pessoa em desenvolvimento. São Paulo. Habra. 1984.

CAMPOS, Dinah M. S. Psicologia da aprendizagem. 38. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHARLES, C. M. Piaget ao alcance dos professores. Rio de Janeiro. Ao livro técnico. 1975.

COLLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.) Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 2. ed. Porto Alegre. Artes Médicas, 2004.

EMENTA

CH0856 – Biologia Celular Geral

Métodos de estudo das células; composição química da célula: proteína, carboidratos, lipídios e ácidos nucléicos; membrana celular; organelas citoplasmáticas: composição química, estrutura e função; núcleo interfásico; regulação do ciclo celular; apoptose e necrose.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARVALHO, H. F.; RECCO-PIMENTEL, S. M. A Célula. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

DE ROBERTIS, E. Biologia Celular e Molecular. 14ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Biologia molecular da célula. 5a. ed. Porto Alegre. Editora Artmed, 2010, 1268p.

CAMPBELL, N.A.; REECE, J.B. Biologia. 8. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2012.

KARP, Gerald. Biologia celular e molecular: conceitos e experimentos. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2005, 786 p.

LODISH, H.F. Biologia celular e molecular. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014,

1210p.

CORMACK, D. H. Fundamentos de histologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 371 p.

EMENTA

HI0157 - Perspectivas Historiográficas em Educação para as Relações Étnico-Raciais

Colonização e contra-colonização: história, memória, genocídios e epistemicídios; formação das identidades brasileiras: memórias e disputas de narrativas. Raça, racismo, racialização, etnia, diferença. Políticas afirmativas para os povos com marcadores raciais e étnicos e políticas afirmativas específicas em educação. A Educação dos povos indígenas no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas. A Educação dos povos negros no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas. Pluralidade étnica do Nordeste e do Ceará: especificidades e situação sócio-educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUCIANO, Gersem dos S. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ROMÃO, Jeruse. (org). História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significados. Brasília, DF: s.n., 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

CRUZ, Felipe. Indígenas na antropologia e o espetáculo da alteridade. In: Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas. VOL.11, Nº 2, 2017, pp. 93-108.

GARCIA, Renísia (Org. et. al.). Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal. 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora,2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Pedago, 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkim (Org.). Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Apresentação do livro. In: Nascimento do Brasil e outro ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 384pp, 2016.

SANTOS, Leandro. Ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas entrecruzadas: paradigma da contribuição, pedagogia do evento e emancipações na educação básica". In: Revista da ABPN , v. 10, Ed. Especial – Caderno Temático: História e Cultura Africana e Afro-brasileira – lei 10.639/03 na escola, maio de 2018, p.22-38.

SILVA, Givânia M. O currículo escolar: identidade e educação quilombola. In: Simpósio brasileiro de políticas e administração da educação, 25., 2011,São Paulo: Anpae, 2011.

EMENTA

CE0891 – Princípios de Química

Identificação e separação de misturas. Estequiometria. Estrutura dos átomos e Propriedades periódicas. Ligações químicas. Cinética e equilíbrio químico. Ácidos e Bases. Experimentos relacionados com esses tópicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOTZ, J. C.; TREICHEL Jr., P. M. Química Geral e Reações Químicas. 5. ed. vol. 1 e 2. São Paulo: Thomson, 2005.

BROWN, T. L; LE MAYJr, H.E; BURSTEN, B. R; BURDGE, J. R. Química a Ciência Central. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

MASTERTON, W.L; SLOWINSKI, E.J; STANITSKI, C. L. Princípios de Química. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATKINS P. W., JONES L., Princípios de Química: Questionando o Meio Ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2001.

KLEIN, David. Organic chemistry. Hoboken, NJ: J. Wiley, 2012. xxiii, 1295 p. ISBN

9780471756149 (broch).

MCMURRY, John. Química orgânica. São Paulo: Cengage Learning, c2012. xviii, 1141,

[46] p. ISBN 9788522110087 (broch.).

SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B.; JOHNSON, Robert G. Guia de estudo

e manual de soluções para acompanhar química orgânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2012. 2 v. ISBN 9788521620303 (v. 1).

VOLLHARDT, K. Peter C.; SCHORE, Neil Eric. Química orgânica: estrutura e função. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xxxi, 1384 p. ISBN 9788565837033.

EMENTA

HI0102 – História da África

Fontes, metodologias e fundamentos para o estudo da história da África; a África pré- colonial; a diversidade étnica; a expansão islâmica; os principais reinos da África ocidental na véspera e durante a expansão marítima europeia; a inserção africana no mercado mundial do século XVI; os séculos do tráfico negreiro; o Atlântico Negro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Alberto da Costa e.. *A Enxada e a lança*. A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Alberto da Costa e.. *A manilha e o Libambo*. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico* - 1400 1800. Rio de Janeiro: Campus, 2004

História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan OGOT. – Brasília : UNESCO, 2010, 1208 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEL PRIORE. Mary e PINTO VENÂNCIO, Renato. *Ancestrais*. Uma introdução à história da África atlântica. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

M´BOKOLO, Elikia. *África negra*. História e civilizações. Tomo I (Até ao Século XVIII). Salvador, Edufba, 2009.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Angola e Brasil* - nas rotas do Atlântico Sul Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PARES, Luis Nicolau. *A formacão do candomblé*: historia e ritual da nação Jeje na Bahia. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

M´BOKOLO, Elikia. *África negra*. História e civilizações. Tomo I (Até ao Século XVIII). Salvador, Edufba, 2009.

SILVA, Alberto Costa. *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ed. Ufrj. 2003.

EMENTA

HI0139 - História da África Contemporânea

O Fim do tráfico escravocrata. O congresso de Berlim: Imperialismo – um novo desenho geopolítico da África. A ordem colonial. Os movimentos de libertação nacional. Independências no contexto da Guerra Fria. Pan-africanismo. Ser África - um desafio no terceiro milênio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

História geral da África, VI. *África do século XIX à década de 1880* / editado por J. F. Ade AJAYI. – Brasília : UNESCO, 2010. 1032 p.

História geral da África, VII. *África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert ADU BOAHEN. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005, 679 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, 1968.

História geral da África, VIII. África desde 1935 / editado por Ali A. MAZRUI e Christophe WONDJI. – Brasília : UNESCO, 2010.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.
M´BOKOLO, Elikia. *África Negra* - História e Civilização II - Do Século XIX aos Nossos Dias. Lisboa: Colibri, 2007.

EMENTA

TG0455 – Planejamento Urbano e Regional I

Objetiva oferecer um alicerce teórico de planejamento urbano, através de conceitos básicos e de estudo metodológico, orientado em função do trabalho prático a ser desenvolvido durante o semestre letivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS FILHO, Cândido Malta - Cidades brasileiras: seu controle ou caos. Editora Nobel, Coleção Cidade Aberta, São Paulo, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri - A Cidade. Editora Contexto, Coleção Repensando a Geografia, São Paulo, 1992.

FERRARI, Célson - Curso de planejamento municipal integrado. Livraria Pioneira Editora, Coleção Mackenzie, São Paulo, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA - Lei Orgânica do Município de Fortaleza. Fortaleza, 1990.

CARTAXO FILHO, Joaquim e outros - A Carta de Fortaleza. Edição IAB/CE e ADUFC, Fortaleza, 1992.

CONGRESSO NACIONAL - Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1998.

COVRE, Maria de Loudes Manizini - O que é cidadania. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, Nº 250, São Paulo, 1991.
GRAEEF, Edgar Albuquerque - Ciência do espaço habitado e políticas. In: Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Nº 01, Brasília, janeiro de 1988. - Cultura e Arquitetura. In: Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Nº 01, Brasília, 1988.
LEMOS, Carlos - O que á arquitetura. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1980.

PINHEIRO, Ângela e outros - Fortaleza - Cidade fragamentada. Edição ADUFC, AGB/FORTALEZA, IAB/CE, IMOPEC, Fortaleza, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - Lei Nº 7.987 que trata do uso e ocupação do solo de Fortaleza. Fortaleza, 1986. Lei Nº 7.061 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza, PDDU/FOR. Fortaleza, 1992. Plano Plureanual. Fortaleza, 1997. Síntese Diagnóstica do PDDU/FOR. Fortaleza, 1991.

RODRIGUES, Ferdinando Moura - Desenho urbano: cabeça, campo e prancheta. Projetos Editores, São Paulo, 1986.

ROLINIK, Raquel - O que é cidade. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, Nº 203, São Paulo, 1998.

SERRA, Geraldo - O Espaço natural e a forma urbana. Editora Nobel, São Paulo,

1987.

COSTA Lúcio - Considerações sobre o ensino da arquitetura. In: Sobre Arquitetura, CEUA, Porto Alegre, 1962.

FERREIRA, Whitaker Francisco - Planejamento sim e não. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

GONZALES, Suely Franco - Considerações em torno do planejamento urbano. In: Revista Brasileira de Planejamento Nº 1 Instituto Brasileiro de Planejamento, Porto Alegre, 1976.

MERA, Adina - Planejamento e urbanismo. Palestra proferida aos estudantes da Faculdade Nacional de Arquitetura. Abril de 1961.

4. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

4.1 Coordenação

O Coordenador de Curso é um gestor pedagógico que deve ter o compromisso com a melhoria da qualidade do curso, atuando nas dimensões didáticas, pedagógicas, administrativas e políticas, por meio do exercício da liderança democrática, desenvolvendo ações propositivas e proativas.

Cabem ao coordenador, tomando como base, em especial, o Art. 28 do Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará, as seguintes atribuições, além de outras funções decorrentes dessa condição:

a) Convocar e presidir as reuniões da Coordenação de Curso;

b) Administrar e representar a Coordenação de Curso;

c) Submeter à Coordenação de Curso, na época devida, o plano das atividades didáticas a serem desenvolvidas em cada período letivo, incluindo a proposta da lista de ofertas e o plano de ensino das disciplinas;

d) Indicar, para designação pelo Chefe de Departamento, professores-orientadores para os alunos do Curso;

e) Autorizar (na forma do art. 101 do Regimento Geral da UFC), trancamento de matrícula nas disciplinas do Curso;

f) Manter-se em entendimento permanente com o Supervisor do Setor de Controle Acadêmico do Centro ou Faculdade, para as providências de ordem administrativa necessárias às atividades de integração do ensino;

g) Velar pela disciplina e o pleno funcionamento das atividades letivas e administrativas no âmbito da Coordenação, adotando as medidas necessárias e representando ao Diretor do Centro ou Faculdade, quando se imponha aplicação disciplinar, e ao Chefe do Departamento, nos demais casos;

h) Apresentar ao Diretor do Centro ou Faculdade, no fim de cada período letivo, o relatório das atividades da Coordenação, sugerindo as providências cabíveis para maior eficiência do ensino;

i) Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento do Centro ou Faculdade, deste Regimento Geral e do Estatuto, assim como as deliberações da Coordenação e dos órgãos da administração escolar e superior da Universidade;

j) Adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria da competência da Coordenação do Curso, submetendo seu ato à ratificação desta, na primeira reunião subsequente.

k) Recepcionar os calouros, dispondo informações sobre o curso, sua matriz curricular, seu corpo docente, o regimento do profissional, etc.

l) Apoiar ações que auxiliem a realização da Semana da Geografia, que se realiza anualmente;

m) Apoiar ações que contribuam para realização do Seminário de Ensino de Geografia que ocorre anualmente.

Para o Curso é fundamental que se busque a construção de um perfil profissional que contemple a perfectibilidade, em permanente processo de projeção para o futuro; em permanente processo de autoconstrução; totalmente conectado com as questões de seu tempo; que se reconheça como um ser capaz de recriar a sociedade, a ciência e a cultura, transformando-se ao mesmo tempo; um ser responsável, digno, sensível aos seus direitos e responsabilidade; participativo. Será através desse perfil que o curso contribuirá para dar enquanto agência de discussão de uma sociedade, a capacidade de solucionar seus problemas.

Os Indicadores de desempenho da coordenação são obtidos através da Avaliação Institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme informações disponibilizadas em https://cpa.ufc.br/pt/. A CPA compreende que a autoavaliação institucional enquanto processo interno que permite a reflexão acerca da realidade estudada e que nos exige, a todos os agentes implicados (discentes, docentes e técnico-administrativos), compromisso com o conhecimento gerado e com o consequente aprimoramento institucional. Nesse contexto, para que a Universidade Federal do Ceará (UFC) seja uma instituição educacional que aprenda consigo mesma deverá, obrigatoriamente, abrir-se às indagações resultantes da avaliação, isto é, discutir e empregar, sistematicamente,

as informações institucionais oriundas da sistemática avaliativa. Tal prática possibilitará o nascimento e a consolidação de consciência institucional voltada à reflexão coletiva e ao aprimoramento constantes, função de toda e qualquer ação avaliativa.

A Avaliação Insitucional é realizada semestralmente. Cabe destacar que há sempre incentivo para que os discentes e docentes participem da Avaliação Insitucional, tanto por parte das pró-reitorias, quando do Centro de Ciências e da Coordenação. No que concerne à Coordenação do Curso, a Avaliação Institucional é composta pelas questões expostas a seguir, respondidas de forma voluntária pelos discentes.

01. A Coordenação do curso é acessível aos alunos.

02. A Coordenação do curso orienta os alunos (na matrícula, no aproveitamento de créditos, em atividades complementares, etc.), auxiliando-os quando necessário.

03. A Coordenação promove a divulgação do Projeto Pedagógico do Curso.

04. A Coordenação do curso estimula os alunos a participar dos encontros universitários da UFC ou de outros eventos acadêmicos (congressos científicos, reuniões tecnológicas, atividades esportivas, extensionistas e/ou artísticas, etc).

05. A Coordenação do curso esclarece os alunos sobre a importância em participar do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

06. A Coordenação do curso promove momentos de diálogos com os alunos sobre os resultados do ENADE.

07. A Coordenação do curso promove momentos de diálogos com os alunos sobre a formação acadêmica, currículo e mercado de trabalho.

08. A Coordenação do curso incentiva os alunos a avaliarem os professores e as disciplinas (ou módulos).

09. A Coordenação do curso acompanha a execução e monitora a qualidade dos estágios.

10. O meu nível de satisfação com a coordenação do curso é muito elevado.

Os resultados podem ser consultados pelos docentes e discentes no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), através do Portal da Avaliação Insitucional, assim como no site da CPA.

O Coordenador do Curso atua em tempo integral junto ao Departamento de Geografia, 40 horas, com Dedicação Exclusiva. Tal fato permite que o mesmo possa atuar de maneira satisfatória na gestão do curso, assim como na relação com docentes e discentes. O coordenador é membro do NDE, do colegiado do curso, além de representante da coordenação no Colegiado do Centro de Ciências.

Cabe destacar também que o coordenador, em conjunto com o NDE, busca sempre a potencialidade do corpo docente do curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Tais ações são pautadas no Plano de Melhorias do curso, que é redigido anualmente, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC (PDI 2023-2027) nos seus 12 objetivos estratégicos.

A Coordenação do curso de geografia conta com uma sala exclusiva, localizada no piso térreo do Bloco 911, adequada para atendimento das demandas dos estudantes, sendo gerenciada por uma técnica administrativa em educação, que fica dedicada de forma exclusiva à Coordenação do Curso. A Sala da Coordenação possui ar condicionado, computador, impressora com scanner, acesso a Internet e telefone. Conta com duas mesas em L, cadeiras e armários.

Muito embora a Coordenação não tenha uma sala específica para o coordenador, este conta também com seu gabinete para atendimentos eventuais. Os gabinetes dos professores, localizados no primeiro piso do Bloco 911, são compartilhados, sendo 2 docentes em cada gabinete. O pequeno número de professores por gabinete permite que haja atendimento de discentes com privacidade, a partir de agendamento de horários e acordo com os colegas docentes.

A Coordenação utiliza também a Sala da Chefia, localizada no piso superior do Bloco 911. Trata-se de uma sala aconchegante, com móveis rústicos, utilizada para reuniões eventuais. Portanto, sob agendamento, é um espaço que tem permitido, de maneira adequada, o atendimento de discentes com privacidade.

Tanto o gabinete do professor, quanto a sala da chefia, possibilitam o fácil acesso aos estudantes, além de tornarem plenamente possíveis consultas individuais, para tratar as demandas particulares de cada estudante, notadamente para assuntos mais pessoais. É importante comentar que o tamanho da Coordenação e do Gabinete permite reuniões com grupos de até 5 estudantes, quando necessário. O Gabinete tem dois computadores, ar-condicionado e um telefone, o que facilita o contato com a secretaria da Coordenação.

A Sala da Chefia, por conta do tamanho e de sua configuração, permite tanto o atendimento individual ao aluno, garantindo privacidade, quanto a possibilidade de reuniões com grupos maiores, de até cerca de 12 alunos, de maneira confortável. A Sala da Chefia conta com ar condicionado, acesso a Internet e computador. Possibilita que seja instalado Datashow quando necessário.

Não se pode omitir o fato da coordenação e do coordenador atuarem de forma consistente também no atendimento online. Os discentes enviam suas demandas por e-mail, para a coordenação ou diretamente para o coordenador (quando necessitam de maior privacidade), ou ainda via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), através do Chat ou do campo Atendimento ao Aluno.

Independente do espaço utilizado para atendimento, é necessário destacar a plena utilização da infraestrutura tecnológica, disponibilizada através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para atendimento das demandas dos discentes. O SIGAA permite, por exemplo, que a coordenação consulte e atualize dados de alunos; emita documentos e declarações, como atestado de matrícula, histórico escolar, declaração de vínculo e certidão de colação de grau; emita diversos relatórios, como alunos ativos no curso, alunos pendentes de matrícula, alunos aptos a cursar determinado componente curricular, alunos graduandos, alunos formandos, lista de ingressantes, lista de e-mails de alunos com vínculo, lista de e-mails de alunos concluídos, alunos em atividades complementares e de extensão; analise e consolide atividades complementares e atividades de extensão; analise e consolide solicitações de trancamento em disciplinas, conforme calendário acadêmico; altera a matrícula em componentes curriculares para o aluno, conforme calendário acadêmico; lance

e consolide nota de TCC e Estágio; consulte a situação do discente junto ao sistema de bibliotecas da UFC; demande disciplinas para os departamentos; poste informações no Fórum do Curso da Geografia, o qual é bastante utilizado, e que, além de difundir as informações e permitir interatividade no próprio SIGAA, envia-as para os e-mails dos estudantes, de acordo com os dados cadastrados no sistema. O SIGAA possui também a guia de Atendimento au Aluno, através da qual os discentes conseguem enviar dúvidas específicas, de forma particular, para a coordenação, que acessa e responde para o discente, além da opção Chat, que possibilita também essa comunicação entre discentes e coordenação.

4.2 Colegiado

O Colegiado do Curso, como instância deliberativa do curso sobre assuntos pedagógicos, para realizar sua tarefa, adota as Normas específicas aprovadas pelo Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará, de acordo com o Capítulo II (Funcionamento dos Órgãos Colegiados). O Colegiado do Curso de Geografia Licenciatura foi formado conforme o Art. 42 do Estatuto da UFC, e tem a seguinte composição: docentes representantes das unidades nucleares à formação profissional do discente e representante estudantil na proporção de 1/5 do total de docentes.

De acordo com o Art. 9º do Regimento Geral da UFC, os colegiados deliberativos da Universidade reunir-se-ão ordinariamente, pelo menos 02 (duas) vezes por semestre, na forma do que seja previsto em regimento ou em normas próprias, e, extraordinariamente, sempre que necessário, respeitados os casos especiais previstos no Estatuto e no Regimento Geral.

As reuniões do colegiado ocorrem, em sua maioria, em caráter ordinário, ou seja, ele é convocado quando surge uma necessidade.

A convocação de colegiado deliberativo será feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, em documento escrito, pelo seu Presidente ou, excepcionalmente, por 2/3 (dois terços) de seus membros, com indicação da pauta de assuntos a ser considerada na reunião. A antecedência de 24 (vinte e quatro) horas poderá ser abreviada e a indicação da pauta omitida quando ocorrerem

motivos excepcionais a serem justificados no documento de convocação ou no início da reunião.

Conforme Art. 11º do Regimento Geral da UFC, o colegiado reunir-se-á com a presença da maioria dos seus membros.

Será obrigatório, preferindo a qualquer outra atividade universitária, o comparecimento dos membros docentes às reuniões dos colegiados deliberativos.

As reuniões dos colegiados deliberativos deverão ser programadas de modo que seja reduzida a um mínimo, quando não eliminada, a sua interferência no andamento normal dos demais trabalhos universitários.

Nas faltas ou impedimentos do presidente de colegiado deliberativo ou de seu substituto legal, a presidência será exercida pelo seu membro mais antigo no magistério da Universidade.

As deliberações do colegiado serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, a partir do mínimo fixado no art. 11 do Regimento Geral da UFC (Exposto anteriormente), respeitados os casos em que expressamente se exija número mais alto de votos. A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das outras não seja requerida, nem esteja expressamente prevista. Além do seu voto, o presidente de colegiado deliberativo terá, também, nos casos de empate, o voto de qualidade. Excetuada esta hipótese, os membros do colegiado terão direito apenas a 01 (um) voto nas deliberações, mesmo quando a eles pertençam sob dupla condição.

De cada reunião de colegiado lavrar-se-á ata assinada pelo Secretário, que será lida na reunião seguinte e, após aprovada, subscrita pelo presidente e demais membros presentes.

Das decisões de colegiado caberá recurso para o colegiado imediatamente superior: para o Conselho do Centro de Ciências. O prazo para apresentação dos recursos será de 07 (sete) dias, contado a partir da data do conhecimento, pelo interessado, da decisão objeto do recurso.

As diferentes unidades nucleares do Curso de Licenciatura em Geografia contarão com membros titulares e suplentes:

- Geografia e Ensino - Christian Dennys Monteiro de Oliveira (titular) e Maria Edivani Silva Barbosa (suplente);
- Geografia e Sociedade – Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho (titular) e Tiago Vieira Cavalcante (suplente);
- Geografia e Natureza – Flávio Rodrigues do Nascimento (titular) e Edson Vicente da Silva (suplente).
- Geografia e Metodologias – Jader de Oliveira Santos (titular) e Adryane Gorayeb Nogueira Caetano (suplente).

Há também a relevante representação discente, titular e suplente, indicados pelo Centro Acadêmico Amélia Alba, de acordo com o Art. 100 do Estatuto da UFC.

Dessa forma, entende-se que toda a diversidade das áreas do conhecimento que compõe o curso é contemplada pelo seu colegiado, bem como, o espaço de discussão e diálogo com os alunos está assegurado através da atuação do representante discente.

O Colegiado de Curso traz consigo desafios a serem perseguidos em suas ações, tais como: integração/interdisciplinaridade em suas diferentes dimensões, contextualização curricular permanente, multidimensionalidade do processo de formação de professores, promoção da pesquisa no ensino, reforço e apoio a práticas coletivas a formação continuada dos professores, ênfase no trabalho cooperativo, busca de um curso de excelência.

4.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é uma instância consultiva do curso sobre assuntos pedagógicos e um apoio à Coordenação sobre os assuntos referentes ao PPC. “O NDE de um curso de graduação é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC”. (CONAES, 2010). Considera-se a Resolução nº 10/CEPE, de 1 de novembro de 2012, que institui o NDE e orienta sobre as normas de funcionamento. Conforme o Art . 3 da referida Resolução são atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I – avaliar, periodicamente, pelo menos a cada três anos no período do ciclo avaliativo dos SINAES e, sempre que necessário, elaborar propostas de atualização para o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e encaminhá-las para apreciação e aprovação do colegiado do curso:

II – fazer o acompanhamento curricular do curso, tendo em vista o cumprimento da missão e dos objetivos definidos em seu Projeto Pedagógico;

III – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IV – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

V – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VI – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;

VII – sugerir e fomentar ações voltadas para a formação e o desenvolvimento dos docentes vinculados ao curso.

O Quadro 19 apresenta os membros do atual Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Geografia (2022-2025).

Quadro 19 – Membros do NDE do curso de Licenciatura em Geografia

Nome do Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Carlos Henrique Sopchaki	Doutor	40h – Dedicação Exclusiva
Christian Dennys Monteiro de Oliveira	Doutor	40h – Dedicação Exclusiva
Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho	Doutor	40h – Dedicação Exclusiva
Maria Edivani Silva Barbosa	Doutora	40h – Dedicação Exclusiva
Jader de Oliveira Santos	Doutor	40h – Dedicação Exclusiva
Tiago Vieira Cavalcante	Doutor	40h – Dedicação Exclusiva

Cabe destacar que três dos seis membros do atual NDE participavam da composição do NDE anterior (2019-2022): Carlos Henrique Sopchaki, Christian Dennys Monteiro de Oliveira e Tiago Vieira Cavalcante.

O Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Geografia encontra-se no Anexo V.

4.4 Integração com as redes públicas de ensino

Em destaque, Agência de Estágio Resolução 32 (CEPE) nos coloca o Art. da Lei 11.7788, de 25 de setembro de 2008, que define o estágio como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Reforçamos que o Curso de Geografia tem como atividade curricular e extracurricular o Estágio. A princípio toda escola de Nível Fundamental e Médio da rede Pública Municipal e Estadual é campo de estágio da UFC, embora se oficialize essa parceria através de convênios registrados em documento.

Além disso, O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), tem como base legal a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 12.796/2013 e o Decreto nº 7.219/2010, também é uma relevante ponte de integração com as redes Públicas de ensino.

Art. 4 º São objetivos do Pibid:

I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II – contribuir para a valorização do magistério;

III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede Pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V – incentivar escolas Públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;

VII – contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.

Ainda como importante convênio, ressaltamos a importância para o desenvolvimento das competências e habilidades dos discentes, o Programa de Educação Tutorial (PET), instituído pela Lei 11.180/2005, que constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme Art. 2 da Portaria Nº 976, DE 27 DE JULHO DE 2010 (atualizada pela Portaria n° 343/2013) que rege o programa. De acordo com o artigo mencionado anteriormente o PET tem como objetivos:

I – desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;

II – contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;

III – estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;

IV – formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;

V – estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior;

VI – introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013);

VII – contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013);

VIII - contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior-IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero. (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013).

§ 1º Os grupos PET serão criados conforme processo de seleção definido em edital da Secretaria de Educação Superior – SESu do Ministério da Educação.

§ 2º A expansão dos grupos PET deverá estimular a vinculação dos novos grupos às áreas prioritárias e às políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades regionais e a interiorização do programa.

§ 3º Os grupos PET devem ser vinculados à Pró-Reitoria de Graduação ou órgão equivalente, sem prejuízo do envolvimento das Pró-Reitorias de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, ou órgãos equivalentes, a critério da instituição de ensino superior - IES. (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013).

É indispensável frisar o papel estratégico dos Estágios Supervisionados no fortalecimento da Licenciatura em Geografia. Para tanto, deve-se frisar que o convívio progressivo de Programas de institucionais de cooperação Universidade/Escola Básica – como o PIBID, o PRP e o PET, continuamente coordenados por docentes do Curso de Licenciatura – tem fortalecido a ampliação da relação de escolas estaduais e municipais conveniadas, tornando os projetos

didáticos inovadores um constante motor de integração entre formação inicial e formação continuada. E tal elemento dá-se por alguns aspectos representativos da política educacional da Licenciatura, ao longo destes 60 anos de existência, mas notadamente nos últimos 20 anos na gestão das 800 horas de prática de ensino. São eles:

a) O incentivo à diversidade de experiências escolares, ao longo da formação inicial, permitindo aos futuros professores o acesso a diferentes contextos educativos, seja no ensino fundamental, médio, especial, além de projetos de pesquisa e extensão correlatos;

b) A acolhida permanente de egressos da Licenciatura em Geografia, já lotados na rede pública e particular de ensino como Supervisores de Estágio. O que retroalimenta o investimento pedagógico na renovação constante das experiências didático-criativas, bem como proximidade do curso com as efetivas necessidades de apoio acadêmico aos projetos escolares;

c) O intercâmbio com novos atores educacionais (coordenadores, professores de áreas afins, projetos comunitários etc.), além de professores egressos de outros cursos de geografia, via supervisão de estágio, na construção de eventos formativos. Semestralmente, as Semanas de Geografia e os Seminários de PIBID, Residência e PET são divulgados nas escolas parceiras atraindo estes diversos atores e estudantes em visita ao Departamento de Geografia.

d) A constante publicação de trabalhos técnicos, artigos, livros e capítulos de livro em coautoria com professores da rede, alunos de pós-graduação e estagiários, demonstrando assim uma aproximação permanente de projetos e atividades escolares com a produção acadêmica.

4.5 Apoio ao discente

O Apoio aos discentes do Curso de Licenciatura em Geografia da UFC caminha em conjunto com a proposta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) que é a unidade gestora de políticas para a promoção e apoio ao estudante de graduação desta universidade, consolidando o amplo objetivo de construção da cidadania nos diversos segmentos acadêmicos que compõem a comunidade universitária. A natureza do seu trabalho busca incentivar, acompanhar e

promover o desenvolvimento do estudante em toda sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas mais diversas áreas (social, técnico-científica, cultural, política etc.).

Nossas metas também convergem com aquelas propostas por esta Pró-reitoria, quais sejam:

- Ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na UFC;
- Viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes;
- Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico individual;
- Agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Os estudantes do Curso de Geografia deverão ser encaminhados para esta Pró-Reitoria em casos necessários, no entanto, devem-se apresentar palestras desde a recepção dos calouros apresentando o conjunto de ações oferecidas por ela e pela UFC de maneira geral, e que devem ser consideradas para a permanência desses alunos no curso.

A atividade de Recepção e acolhida aos calouros trata-se de uma Semana de apresentações e envolvimento de todos os Laboratórios, Programas e Centro Acadêmico, no intuito de proporcionar ao ingressante uma integração à instituição, por meio de diversas atividades.

Essa ação envolve a recepção dos alunos pela Coordenação da Graduação, Coordenação da Pós-Graduação em Geografia, Coordenadores e bolsistas dos Laboratórios de pesquisa e demais professores do curso, todos com objetivo de prestar informações sobre o funcionamento institucional e seus diversos setores, tour e apresentação da estrutura da universidade.

Consideramos que as primeiras experiências proporcionadas pelas universidades aos calouros, são atividades fundamentais para auxiliar em sua permanência no curso, para a nova fase em sua vida e para o seu sucesso acadêmico enquanto discente e como indivíduo.

Embora não haja programas específicos, a Coordenação é contemplada com a melhoria das instalações físicas do prédio, por meio de aquisição de

equipamentos, mobiliário e material de consumo, através dos projetos contemplados em diversos editais de pesquisa, mostrando disposição institucional em estimular os discentes a participarem das pesquisas, bem como dos Centros Acadêmicos e, sobretudo reforçando a relação entre Pós-Graduação e Graduação.

Quanto ao Acompanhamento de Estágios, este é realizado em conformidade coma Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 da Presidência da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes e altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis no 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Também em conformidade com a Resolução No32/CEPE, de 30 de outubro de 2009. Assim sendo, indicamos o professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário. Este professor exige do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades.

Também se considera como apoio ao discente o Programa de Iniciação à Docência (PID), vinculado à Coordenadoria de Acompanhamento Discente (CAD) da UFC, que é um sistema de monitoria de disciplinas que visa estimular o interesse dos estudantes de graduação pela vida acadêmica e pela carreira docente.

O programa visa contribuir para o processo de formação do estudante, através da participação nas atividades docentes, juntamente com o professor-orientador, além de proporcionar ao bolsista uma visão globalizada da disciplina da qual é monitor e envolvê-lo em um trabalho de ensino associado à pesquisa. O PID oferece bolsas para estudantes de graduação, que estimula e favorece a permanência dos discentes no curso.

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) mantém alguns programas de auxílios e bolsas estudantis, como Ajuda de Custo, Auxílio Creche, Auxílio Emergencial, Auxílio Moradia, Bolsa de Incentivo ao Desporto e Bolsa de Iniciação Acadêmica. Além do Programa de Desporto Universitário, Moradia Estudantil no

âmbito da Residência Universitária e o Programa de Restaurantes Universitários (RU), que possibilita, inclusive, a isenção da taxa do RU visando garantir alimentação àqueles estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Não se pode deixar de mencionar as bolsas ofertadas por diversos programas da UFC, que favorecem a permanência e comprometimento dos discentes: Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP), Programa de Iniciação à Docência (PID) – Monitoria, Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), Programa de Bolsa de Extensão Universitária, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e Residência Pedagógica.

A Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental (UFC-Infra) fornece, entre outros serviços, os Ônibus Intracampus e Intercampi da UFC. O Intracampus (Linha 020 – Campus do Pici) opera circulando no campus do Pici, onde está localizado o Prédio da Geografia (Bloco 911), facilitando a circulação e acesso dos estudantes, servidores e docentes. Com relação aos Intercampi, há duas linhas, a Pici-Porangabuçu-Benfica e a Pici-Labomar-CEAC. Os ônibus são gratuitos e os horários podem ser consultados na página principal da UFC, como também da UFC-Infra.

Sobre o apoio psicológico, a PRAE, através da Divisão de Atenção ao Estudante (DAE), ligada à Coordenadoria de Assistência Estudantil (CASE), realiza o acompanhamento psicológico e psicossocial de estudantes com matrícula ativa em cursos de graduação da UFC Fortaleza. A equipe da DAE é composta por psicólogos(as) e assistente social. São ofertados gratuitamente os seguintes serviços: Acolhimento; Acompanhamento Psicopedagógico, Atendimento Psicológico/Psicanalítico Individual; e Atividades de Grupo.

O Acolhimento oferecido pela Divisão de Atenção ao Estudante consiste em uma escuta de demandas relativas a dificuldades na trajetória acadêmica e ao sofrimento psíquico de estudantes de cursos presenciais da UFC.

É realizado por profissionais das áreas de psicologia e serviço social e busca oferecer apoio especializado e institucional diante de dificuldades e sofrimentos relacionados ou com repercussões na vida acadêmica, procurando evitar a

retenção e a evasão estudantis e favorecer a qualidade da permanência na Universidade. Ao proporcionar um espaço para expressão e escuta, o Acolhimento visa ainda auxiliar o estudante na construção de caminhos e alternativas diante das questões por ele apresentadas, considerando os limites e possibilidades da Universidade, bem como do contexto de vida do estudante. A partir do Acolhimento podem ser realizados alguns encaminhamentos internos e externos à UFC.

O acolhimento, embora seja realizado por psicólogos, não consiste ainda em vinculação ao acompanhamento psicológico a longo prazo. Existe a possibilidade desse acompanhamento a depender da capacidade interna de absorção das demandas e da avaliação dos profissionais da equipe, considerando critérios de risco/gravidade e vulnerabilidade.

Além das modalidades supracitadas, existe a possibilidade de encaminhamento para o acompanhamento psicológico em grupo (psicoterapia de grupo) e para o Projeto SigniFICANDO, que realiza encontros grupais e grupos de apoio psicológico voltados para o apoio à permanência na Universidade, facilitados por psicólogos(as) da DAE.

O Projeto SigniFICANDO se caracteriza por grupos de apoio à permanência na Universidade e tem como objetivo desenvolver grupos de apoio psicossocial para estudantes da UFC/Fortaleza, visando a construção de espaços de troca e compartilhamento de experiências ligadas aos desafios e às vicissitudes da inserção na vida universitária. O Projeto coaduna-se com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que estabelece a atenção à saúde e o apoio pedagógico como áreas de desenvolvimento de ações da assistência estudantil, com “a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior”.

A atuação busca a consolidação de estratégias de cuidado e promoção da qualidade da permanência de estudantes da UFC, estimulando a integração e a criação de laços de apoio entre os participantes e fomentando o diálogo em torno de temas pertinentes ao cotidiano na Universidade e à saúde mental no Ensino Superior.

O Projeto realiza Grupos de Apoio Psicológico para Estudantes da UFC. Os encontros grupais contemplam temáticas como as seguintes: Saúde Mental no Ensino Superior; Sofrimento Psíquico na Universidade; Resiliência na vida acadêmica; Estresse e Ansiedade na rotina universitária; Vínculos e a relação com o Outro na Universidade, etc. A facilitação dos encontros é realizada por psicólogos(as) da Divisão de Atenção ao Estudante, da Coordenadoria de Assistência Estudantil. As inscrições acontecem periodicamente e as informações são divulgadas nas mídias da PRAE. Interessados também podem entrar em contato com o Projeto, através do e-mail projetosignificando@gmail.com.

Há também o Grupo Psicoterapêutico (gerido pela PRAE), que segue os mesmos critérios e formas do Acompanhamento Psicológico individual, mas neste acompanhamento o discente participa de um grupo com outros estudantes, em que sua fala e as interações com os demais participantes são facilitadas por psicólogos para gerarem um processo psicoterápico. Nesta modalidade de atendimento, a experiência grupal e relações interpessoais permitem o desenvolvimento de habilidade sociais, uma melhor clareza sobre os aspectos afetivos e interativos das relações humanas e do suporte mútuo, o desenvolvimento da capacidade de saber falar e ouvir os outros membros do grupo, além do conforto em saber que não está sozinho ao perceber que outras pessoas compartilham problemas e angústias semelhantes. Vale ressaltar que o espaço terapêutico do grupo é um lugar seguro, de forma que todas as questões abordadas pelos participantes são mantidas em sigilo. Outra vantagem que pode advir do trabalho grupal é que a troca de informações e demandas dos participantes podem despertar novas ideias para o enfrentamento dos problemas apresentados.

O acesso também se dá através de encaminhamento provindo do Acolhimento, após discussão dos casos em equipe, e as demandas de acompanhamento são absorvidas de acordo com a capacidade de absorção de novos membros pelo grupo.

O Serviço de Intervenção e Estudos Psicopedagógicos – SIEP, ofertado pela PRAE, prioriza atenção, sobretudo, em áreas da cognição e da aprendizagem significativa, sob uma abordagem integrada, implicando não somente os sujeitos, mas seus vínculos e saberes.

O serviço dedica-se a questões que potencializam o rendimento acadêmico do discente e intervém em dificuldades e transtornos de aprendizagem. Realiza atendimento individual, oportuniza estudos e desenvolvimento de projetos psicopedagógicos.

Aos estudantes, o SIEP disponibiliza:

- Atendimento individual – intervenção psicopedagógica clínica, orientação de estudos, orientação didático-pedagógica (para estudantes de licenciatura) e orientação de carreira acadêmico-profissional

- Dinâmicas de Grupo – desenvolvimento de grupos e dinâmicas a partir de temas geradores (demandas de intervenções).

Exemplo de queixas recebidas pelo SIEP: desconcentração nos estudos, dificuldades de compreensão de conteúdos, dificuldades de escrita, fala e memória, dislexia, aproveitamento do tempo, dificuldades interpessoais, orientação à carreira, entre outras.

O Atendimento Clínico Psicopedagógico é gratuito e para os estudantes da UFC.

A PRAE também conta com o Serviço de Orientação Pedagógica (SOP), que oferece atendimento individualizado e em grupos para questões referentes à aprendizagem na UFC.

Com relação ao Atendimento Psicológico/Psicanalítico Individual, o mesmo constitui-se em um espaço de escuta no qual o estudante vem falar das inquietações, sofrimentos e angústias que o afetam e ao mesmo tempo se implicar na responsabilidade que lhe cabe nas escolhas que realiza no seu percurso. A direção do trabalho é, através da palavra, desobstruir caminhos de repetição, construir novas possibilidades de escolha e recursos para fazer frente às dificuldades e conflitos cotidianos.

É disponibilizado, em geral, para estudantes em estado de vulnerabilidade socioeconômica e psicossocial, ou seja, que não dispõem de recursos para realizarem esse atendimento em outro espaço, bem como possuem dificuldades de suporte social e intenso sofrimento psíquico que interferem no seu percurso

acadêmico. O estudante é atendido individualmente por um(a) psicólogo(a) em sessões que ocorrem, de modo geral, semanalmente.

O acesso se dá através de encaminhamento provindo do Acolhimento, após discussão dos casos em equipe, e as demandas de acompanhamento são absorvidas de acordo com a capacidade interna de atendimento.

Não havendo possibilidade de encaminhamento interno, o interessado será orientado a buscar outros serviços que ofereçam atendimento psicológico gratuito virtual ou presencial – tanto em outros setores da UFC quanto em outras instituições da cidade.

Nesse sentido, cabe destacar os serviços ofertados pela Coordenadoria de Perícia e Assistência ao Servidor (CPASE), que oferece atendimento assistencial médico e odontológico aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da UFC, bem como a realização de perícia médica para fins de concessão de trancamento de matrícula ou regime especial por motivo de saúde aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação.

Cabe também destacar serviços prestados pela Secretaria de Acessibilidade da UFC (UFC-INCLUI), que atende os estudantes público-alvo da educação especial, bem como estimula uma cultura de inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Ceará. Foi instituída em 30 de agosto de 2010 pelo Provimento n. 06/CONSUNI, é a unidade responsável por atender os estudantes público-alvo da educação especial, bem como estimular uma cultura de inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Ceará.

O Agente de Acessibilidade da UFC-INCUI no Centro de Ciências é, atualmente, o Prof. Tibérius de Oliveiras e Bonates, do Departamento de Estatística e Matemática Aplicada.

Com três eixos de atuação, tecnológico, atitudinal e pedagógico – a Secretaria trabalha na formulação de uma política central de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade.

Buscando garantir a permanência e plena formação dos estudantes com deficiência, são ofertados pela Secretaria serviços como a produção e edição de

materiais acessíveis, apoio pedagógico e tradução/interpretação de Libras. Além disso, a unidade é núcleo de fomentação e acompanhamento de ações intersetoriais, uma vez que não objetiva absorver todas as ações referentes à inclusão.

A Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui atende a estudantes de graduação e pós-graduação e servidores com deficiência física, sensorial (visão e audição), intelectual ou múltipla; transtorno do espectro autista (TEA) ou com altas habilidades/superdotação. Além daqueles com mobilidade reduzida que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, têm, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente. São exemplos: idosos, obesos, gestantes, pessoas com gigantismo etc.

A UFC-INCLUI busca garantir a permanência e plena formação dos estudantes com deficiência. A Secretaria de Acessibilidade: Elabora e gerencia ações de acessibilidade; Oferece suporte às unidades acadêmicas para a efetivação da acessibilidade na UFC; Estimula a inserção de conteúdos sobre acessibilidade nos projetos pedagógicos de cursos de graduação, contribuindo para a formação de profi ssionais sensíveis ao tema; Identifica e acompanha os alunos com deficiência na UFC; Identifica metodologias de ensino que representam barreiras para os alunos com deficiência e propõe estratégias alternativas; Estimula o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na Universidade; Oferece serviços de apoio a esse público, como digitalização e edição de textos acadêmicos, traduções e interpretações do par linguístico Libras/Português, apoio pedagógico a estudantes, apresenta recursos de tecnologias assistivas, entre outras ações; Promove a formação de recursos humanos em gestão de políticas relacionadas às pessoas com deficiência, qualificando-os para um atendimento adequado; Promove eventos para informar e sensibilizar a comunidade universitária; Estimula o desenvolvimento de pesquisas de Avaliação Pós-Ocupação nos prédios da UFC; Estimula a acessibilidade em ambientes virtuais e nos produtos e eventos de comunicação e marketing; Oferece orientação e apoio pedagógico a coordenadores e professores, estabelecendo um canal de comunicação entre estes e os estudantes com deficiência.

4.6 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

As notas obtidas nas avaliações nas quais o curso é submetido, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), aplicado pelo Ministério da Educação, por exemplo, são consideradas como bons indicadores para o planejamento estratégico de melhoria do curso. Citamos ainda a Comissão de Avaliação Própria da UFC cujo objetivo acompanha a avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) que tem caráter reflexivo e formativo, visando conhecer e aperfeiçoar as atividades internas da IES, bem como a ação dos seus principais agentes: egressos, discentes, docentes, servidores técnico-administrativos. Cabe mencionar que na UFC, o processo de avaliação institucional vem sendo implementado e aprimorado em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027, que estabelece um Eixo de Ensino e Aprendizagem, dividido em dois programas:

1. Melhoria da qualidade do ensino: avaliação, metodologias de ensino e aprendizagem, formação para a docência no ensino superior, protagonismo estudantil, assistência estudantil e melhoria do ensino no âmbito dos hospitais;

2. Expansão da oferta de ensino: expansão dos campi e unidades existentes e criação de novos campi e novas unidades.

Os Indicadores de desempenho da coordenação são obtidos através da Avaliação Institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme informações disponibilizadas em https://cpa.ufc.br/pt/. A CPA compreende que a autoavaliação institucional enquanto processo interno que permite a reflexão acerca da realidade estudada e que nos exige, a todos os agentes implicados (discentes, docentes e técnico-administrativos), compromisso com o conhecimento gerado e com o consequente aprimoramento institucional. Nesse contexto, para que a Universidade Federal do Ceará (UFC) seja uma instituição educacional que aprenda consigo mesma deverá, obrigatoriamente, abrir-se às indagações resultantes da avaliação, isto é, discutir e empregar, sistematicamente, as informações institucionais oriundas da sistemática avaliativa. Tal prática possibilitará o nascimento e a consolidação de consciência institucional voltada à

reflexão coletiva e ao aprimoramento constantes, função de toda e qualquer ação avaliativa.

A Avaliação Insitucional é realizada semestralmente. Cabe destacar que há sempre incentivo para que os discentes e docentes participem da Avaliação Insitucional, tanto por parte das pró-reitorias, quando do Centro de Ciências e da Coordenação.

A ideia central das avaliações é que quando recebamos as notas/os conceitos, sejam realizadas reuniões e feitas reflexões e discussões com alunos e professores com o objetivo de avaliar onde e como se pode melhorar.

Além disso, a Coordenação do Curso de Graduação deverá realizar o acompanhamento periódico e a divulgação dos índices de aprovação/reprovação por turma, de evasão e de abandono, para subsidiar as análises das áreas (Instrumental, Geografia e Ensino, Geografia Humana, Geografia Física) na avaliação do currículo e dos problemas que, conforme o caso, possam acontecer. A Coordenação do Curso de Graduação deverá, ainda, subsidiar os professores na compreensão das normas da UFC quanto à avaliação, bem como oferecer apoio para a adoção de instrumentos avaliativos que privilegiem o processo de construção dos conhecimentos por parte dos alunos e não apenas a mensuração momentânea da aquisição de conteúdos. Consideram-se como processo de construção do conhecimento as atividades cognitivas do aluno, sobre as quais o professor exerce dimensão central a esse processo. Ao professor caberá o acompanhamento do processo de aprendizagem utilizando instrumentos de avaliação capazes de, ao longo do semestre, diagnosticar as fragilidades dos discentes e agir sobre as mesmas, possibilitando a apreensão dos conteúdos/conceitos centrais da disciplina.

5. INFRAESTRUTURA DO CURSO

Os Cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) funcionam no prédio localizado no Centro de Ciências, Bloco 911 do Campus do Pici, Fortaleza, Ceará, CEP 60440-900. Dispõe de recursos humanos e materiais que viabilizam os trabalhos pedagógicos e administrativos.

5.1 Recursos Humanos

No corpo docente são contabilizados 21 professores efetivos (Quadro 20), atuando sob Regime de Dedicação Exclusiva (40h).

Quadro 20 - Docentes do Departamento de Geografia/UFC (2023)

DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (2023)	
Titulação	**Nome**
Doutora	Adryane Gorayeb Nogueira Caetano
Doutora	Alexandra Maria de Oliveira
Doutor	Alexandre Queiroz Pereira
Doutora	Alexsandra Maria Vieira Muniz
Doutor	Antonio Jeovah Andrade Meireles
Doutor	Carlos Henrique Sopchaki
Doutor	Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Doutor	Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho
Doutor	Edson Vicente da Silva
Doutor	Eustógio Wanderley Correia Dantas
Doutor	Flávio Rodrigues do Nascimento
Doutor	Francisco Amaro Gomes de Alencar
Doutora	Iara Rafaela Gomes
Doutor	Jader de Oliveira Santos
Doutora	Maria Clélia Lustosa Costa
Doutora	Maria Edivani Silva Barbosa
Doutora	Maria Elisa Zanella
Doutora	Marta Celina Linhares Sales
Doutor	Rubson Pinheiro Maia
Doutor	Tiago Vieira Cavalcante
Doutora	Vládia Pinto Vidal de Oliveira

O Curso conta com uma equipe de três servidoras responsáveis pelo trabalho técnico-administrativo (Quadro 21). Para além dos trabalhos burocráticos, são também guardiões da estrutura física, do patrimônio e do acervo documental do Departamento, contribuindo para preservar a história do curso de Geografia. As servidoras estão distribuídas entre a Coordenação do Curso de Geografia e a Secretaria do Departamento de Geografia.

Quadro 21 – Servidoras técnica-administrativas

Função	Local de atuação	Nomes
Assistente em administração	Coordenação do Curso	Débora da Silva Morais
Secretária	Secretaria do Departamento	Távila da Silva Rabelo
Apoio Administrativo	Secretaria do Departamento	Nádia Adiodato de Menezes

5.2 Recursos Materiais e Infraestrutura

Destaca-se a efetiva instalação de salas e laboratórios para o exercício das atividades indispensáveis ao cumprimento do PPC, permitindo o desenvolvimento das atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão. O prédio possui salas especiais para projeção, auditório acústico e climatizado, salas de aula climatizadas.

Os alunos têm aulas em diferentes ambientes da UFC, conforme a característica da disciplina a ser cursada. Todavia, as aulas das disciplinas próprias do Curso ofertadas e cujas salas são administradas pelo Departamento de Geografia se localizam no prédio da Geografia (Bloco 911). O Bloco 911 tem sete salas de aula e um auditório. As salas comportam as seguintes quantidades de discentes: Sala 1 - 55 discentes; Sala 3 - 40 discentes; Sala 4 – 28 discentes; Sala 5 – 50 discentes; Sala 6 – 38 discentes; Sala 7 – 50 discentes; Sala 8 – 50 discentes. Cabe destacar que a Sala 5 é um miniauditório escalonado em diversos patamares, com um tablado elevado na frente (com rampa de acesso), permitindo além de aulas, a realização de palestras e mesas redonda. O Auditório da Geografia tem um palco elevado, possui capacidade para 90 pessoas e conta com poltronas fixas

confortáveis, cada uma com pequena mesa dobrável. Como se pode notar, as salas possuem diferentes conformações, o que possibilita usos e organizações didáticas distintas, oportunizando, portanto, distintas situações de ensino-aprendizagem.

Todas as salas de aulas são equipadas com ar-condicionado, cadeiras adequadas para os estudantes, cadeiras e mesas para os professores e infraestrutura adequada para notebook e data-show e acesso à internet, além de quadro branco. Todos esses equipamentos permitem que aulas sejam dinâmicas e possibilitam a transmissão de informações instantâneas para os estudantes.

É necessário destacar também a plena utilização dos recursos disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), inclusive nas salas de aula. O SIGAA permite, por exemplo, que os docentes façam o controle de assiduidade, insiram o plano de ensino das disciplinas, insiram materiais para os discentes (links, artigos, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses), criem enquetes, criem fóruns, postem notícias (as quais ficam registradas na página da disciplina e também são enviadas para o email cadastrado do(a) discente), insiram tarefas e avaliações com prazos de entrega pré-determinado (entrega feita no próprio sistema), além de inserir as notas de cada ciclo avaliativo.

Em se tratando do acesso às salas de aula para pessoas com deficiência, em particular os cadeirantes ou pessoa com limitação motora, o prédio conta com elevador, bem como banheiro adaptado para pessoas com deficiência.

Convém informar que a limpeza diária das salas é realizada por servidores terceirizados e a manutenção da infraestrutura pelos órgãos competentes da UFC (UFC-INFRA e Prefeitura do Campus do PICI) a partir de demanda da Coordenação do Curso ou da Chefia do Departamento. Importante acrescentar que o Centro de Ciências tem uma unidade da prefeitura do Campus do PICI para a execução de pequenas obras de manutenção predial (partes elétrica, hidráulica e física), o que agiliza o atendimento às demandas do Curso.

Um aspecto a ser informado é que avaliação institucional contribui positivamente no processo de manutenção, que também é realizada a partir dos resultados dos questionários dos discentes e docentes.

No que se refere ao acesso dos estudantes a equipamentos de informática, é necessário pontuar, inicialmente, que os discentes do curso de Licenciatura em Geografia têm acesso esses equipamentos em diferentes espaços da universidade, como por exemplo, nas bibliotecas. Todavia, um acesso mais amplo ocorre no prédio da Geografia (Bloco 911), administrado pelo Departamento de Geografia.

No Bloco 911 são disponibilizados equipamentos de informática nos seguintes espaços (levantamento realizado em setembro/2023):

- Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social (LABOCART) – 06 computadores, 01 impressora (LABOCART-Pesquisa), 21 computadores (LABOCART-Ensino);
- Laboratório de Geomorfologia Costeira e Ambiental (LAGECO) – 02 computadores, 01 impressora com scanner;
- Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental (LAGEPLAN) – 05 computadores, 01 impressora com scanner;
- Laboratório de Pedologia, Análise Ambiental e Desertificação (LAPED) – 04 computadores, 01 impressora;
- Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) – 06 computadores, 01 impressoras com scanner;
- Laboratório de Climatologia Geográfica e Recursos Hídricos (LCGRH) – 05 computadores, 01 impressora com scanner;
- Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEATE) – 03 computadores, 01 impressora com scanner;
- Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos (LEGES) – 04 computadores, 01 impressora com scanner;
- Laboratório de Práticas de Ensino em Geografia (LAPEG), que abriga também o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica - 05 computadores, 01 impressora;
- Sala do Programa de Educação Tutorial (PET) - 04 computadores, 01 impressora;

- Sala da Empresa Júnior de Geografia (InOrbita) - 05 computadores, 01 impressora;

- Sala de Estudos da Graduação - 05 computadores.

Contabilizando os equipamentos disponibilizados em todos os espaços do Bloco da Geografia, os discentes possuem acesso a 75 computadores e 11 impressoras. Os computadores possuem hardware e software adequados para a execução de tarefas pedagógicas. Os softwares utilizados são, em sua maioria, softwares livres. Destacam-se o Google Earth, o QGIS e o LibreOffice. Os computadores são equipados com sistema operacional Windows.

Os ambientes dos laboratórios contam com iluminação adequada, lousa, mesa para professor, possibilidade do uso de projetor, quantidade suficiente de assentos, permitem o uso individual das máquinas e possuem ar-condicionado.

Além do acesso físico aos laboratórios, os alunos podem conectar seus dispositivos pessoais (smartphones, tablets e notebooks) à rede WiFi da UFC, através de diversos roteadores espalhados pelas instalações, tanto no Bloco 911, quanto nas mais diversas áreas do Campus do Pici e de outros Campi.

Os(as) professores(as) coordenadores(as) dos laboratórios, em conjunto com os(as) discentes integrantes dos mesmos, avaliam, periodicamente a adequação e qualidade dos computadores, fazendo manutenções preventivas e upgrades quando possível, com o apoio do Departamento de Geografia e do Centro de Ciências. O mesmo ocorre com a Sala do PET e da Empresa Junior, neste caso, sob liderança dos docentes tutores. A gestão dos computadores da Sala de Estudos da Graduação é feita em conjunto entre o Departamento de Geografia e a Coordenação do Curso. Na necessidade de maiores reparos, os mesmos são encaminhados à Superintendência de Tecnologia da Informação-STI, da UFC, para viabilidade de reparo técnico.

Os laboratórios do Curso estão conectados via RNP. A velocidade da conexão com a STI é de 1Gbps, porém quase todos os switchs do bloco são de 100Mbps.

6. REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da Geografia.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola.** Campinas, SP :Papirus, 2012.

GOMEZ, Angel Pérez. O pensamento prático do professor – A formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação.** Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José Antônio Sousa Tavares. Lisboa: Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professora?: Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** São Paulo: Heccus Editora, 2013.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação .** Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José Antônio Sousa Tavares. Lisboa: Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional, 1995.

SOARES KELTING, Fátima Maria; LOPES, José Lidemberg de Sousa. **Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará : 50 Anos Fazendo História.** Fortaleza, CE: Autoria do Autor, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Clique aqui para retornar ao Sumário

7. ANEXOS

ANEXO I - MANUAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

MANUAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – UFC

Este manual apresenta um conjunto geral de normas que visam orientar o(a) estudante do Curso Licenciatura em Geografia no tocante à realização, registro e aproveitamento do componente curricular de Extensão. Os fundamentos legais aqui adotados baseiam-se na RESOLUÇÃO Nº 28/CEPE, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017, no Regimento Geral, no Estatuto da Universidade Federal do Ceará e Projeto Pedagógico Curricular do curso de Licenciatura em Geografia. A integralização da carga horária prevista no Projeto Pedagógico do Curso referente às atividades de extensão é condição obrigatória para que o(a) estudante esteja apto(a) a colar grau e possa, por consequência, obter o título de Licenciado(a) em Geografia.

A curricularização da extensão está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), estratégia 7, Meta 12, e regulamentada na UFC mediante a Resolução nº 28/CEPE, 01/12/2017. Segundo essa Resolução (Título II, Art. 4º) as ações de extensão universitária são compreendidas como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promovem a interação entre a Universidade e a sociedade.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Apresentar ao estudante do Curso de Licenciatura em Geografia da UFC, desde os semestres iniciais, as diretrizes gerais que normatizam o desenvolvimento e a integralização do componente curricular Atividades de Extensão Universitária.

Objetivos Específicos

– Complementar a formação profissional do estudante do Curso de Licenciatura em Geografia.

– Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista e crítica.

– Estimular o espírito empreendedor do corpo discente.

– Incentivar a inserção dos estudantes em atividades de Iniciação Científica e Iniciação à Docência e Extensão.

– Possibilitar uma melhor integração entre universidade e sociedade.

– Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas encontrados fora do ambiente de sala de aula.

– Promover a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

A curricularização da extensão prevista no curso de Licenciatura em Geografia tem a carga horária total de 320h (20 créditos). Visando uma maior flexibilização curricular, permitindo que o estudante tenha mais liberdade em articular suas escolhas, a extensão do Curso de Licenciatura em Geografia consiste na combinação das duas modalidades definidas na Resolução N° 28/CEPE UFC: Modalidade I, em que devem ser cumpridas 224h (14 créditos) em ações de extensão na Unidade Curricular Especial de Extensão (UCEE); e Modalidade II, em que devem ser cumpridas 96h (6 créditos) de extensão distribuídas em componentes curriculares do Grupo de Componentes Específicos de Extensão. As duas modalidades estão inseridas na Unidade Curricular de Extensão do curso.

Modalidade I - Unidade Curricular Especial de Extensão (UCEE)

As ações extensionistas estão vinculadas às áreas temáticas definidas pela Pró-Reitoria de Extensão (PREX): Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Trabalho, Tecnologia e Produção, Educação, Meio Ambiente, Comunicação e Saúde. Os estudantes de Geografia/Licenciatura deverão se engajar em ações de extensão vinculadas a essas temáticas. A seguir as definições da PREX para cada uma dessas sete áreas temáticas:

1. **Cultura**

Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; gastronomia; produção cultural e artística na área de artes plásticas, artes gráficas, fotografia, cinema e vídeo, música e dança; produção teatral e circense; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural; mídia digital, tecnocultura e jogos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; acessibilidade.

2. **Direitos Humanos e Justiça**

Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária; cidadania; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; acessibilidade.

3. **Trabalho**

Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho; trabalho e cibercultura; acessibilidade.

4. **Tecnologia e Produção**

Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciência e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes; acessibilidade.

5. **Educação**

Educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos, especial e infantil; ensino fundamental, médio, técnico e profissional; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; tecnologia digital e educação; tecnocultura e educação; formação de docentes; acessibilidade.

6. **Meio Ambiente**

Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos do meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental, gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais; acessibilidade;

7. **Comunicação**

Comunicação social, mídia comunitária, comunicação escrita e eletrônica; multimídia e Internet; produção e difusão de material educacional; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; acessibilidade.

8. **Saúde**

Promoção à saúde e à qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher, à criança, à saúde de adultos, ao idoso, ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho, esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas; tecnologia e saúde; acessibilidade.

Essas são as ações ativas e devidamente cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão. O(a) aluno(a) poderá solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão certificadas/declaradas por outras instituições de ensino superior no Brasil ou no Exterior.

Neste sentido, cabe destacar que o(a) aluno(a) poderá participar de ações extensionistas ofertadas por qualquer unidade acadêmica da UFC. A ações podem ser consultadas no sítio eletrônico da PREX.

Conforme Resolução nº 28/CEPE, o(a) aluno(a) deverá participar das ações de extensão enquanto membro efetivo da equipe, a partir de um papel protagonista/extensionista, e não como beneficiário da ação, enquanto comunidade.

De acordo com as disposições Gerais da Resolução nº 28/CEPE, 01/12/2107, o(a) aluno(a) deverá acumular horas certificadas/declaradas até

completar a carga horária definida no PPC (224h) para as ações da Unidade Curricular Especial de Extensão. A carga horária a ser contabilizada como extensão, nessa modalidade, será aquela em que o aluno comprovar, por meio de certificado/declaração e conforme as regras estabelecidas pela Pró-Reitoria de Extensão.

Dentre os docentes membros do Colegiado do Curso, será eleito o Supervisor de Extensão para analisar e validar o cumprimento das ações de extensão, de acordo com o Art. 13 da Resolução nº 28/CEPE, de 01 de dezembro de 2017.

Modalidade II - Curricularização em Componentes Curriculares

A curricularização da extensão também está regulamentada em componentes curriculares, contabilizando 96h/a. No Quadro 1 estão relacionados dez componentes da matriz curricular que em sua carga horária integralizam a extensão. Nos planos de ensino estão discriminadas as ações de extensão planejadas pelos docentes responsáveis pelo componente.

Quadro 1 - Componentes curriculares com carga horária de extensão

Nome do Componente Curricular	Semestre	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensão	Carga Horária Total
Geografia Agrária	3º	32	16	**16**	64
Oficina Geográfica III	4º	16	32	**16**	64
Pedologia	4º	32	16	**16**	64
Geografia do Brasil	5º	32	16	**16**	64
Métodos e técnicas de Pesquisa em Geografia Física	6º	32	16	**16**	64
Geografia Regional	7º	32	16	**16**	64
Bases Naturais da Geografia do Brasil	Optativa	32	16	**16**	64
Geografia da Paisagem	Optativa	48	8	**8**	64
Planejamento Ambiental	Optativa	32	16	**16**	64

Geografia e Práticas Pedagógicas para educação do/no Campo	Optativa	32	16	**16**	64
CARGA HORÁRIA TOTAL (EXTENSÃO):				**96h***	

* A carga horária de 96h de extensão diz respeito às disciplinas obrigatórias. Serão até 152h caso o estudante curse também as disciplinas optativas mencionadas.

As ações de extensão propostas nesses componentes são atividades orientadas ao apoio técnico-educacional às comunidades locais visitadas e assistidas por projetos socioterritoriais e socioambientais dos laboratórios a que se vinculam as equipes docentes.

Cabe destacar que são 96h em componentes obrigatórios e há a possibilidade de somar mais 56h em compomentes optativos, oferecidos pelo departamento de geografia.

A carga horária de extensão cumprida nessa modalidade (em componentes curriculares) será contabilizada no histórico do aluno(a) de forma automática, à medida que o(a) mesmo(a) for aprovado(a) nessas disciplinas.

ATRIBUIÇÕES

Atribuições do(a) Aluno(a)

− Cumprir a carga horária total de 320 h (20 créditos) de Atividades de Extensão prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, sendo 224h (14 créditos) em ações de extensão na Unidade Curricular Especial de Extensão e 96h (6 créditos) distribuídas em componentes curriculares (disciplinas) do Grupo de Componentes Específicos de Extensão.

− Procurar a coordenação para dirimir eventuais dúvidas relacionadas a esse tema.

− Providenciar a documentação que comprove a realização dessas atividades.

− Solicitar a creditação das horas no módulo de extensão do SIGAA.

Atribuições do Supervisor de Extensão

− Analisar e validar o cumprimento das ações de extensão.

Atribuições da Coordenação

− Supervisionar o desenvolvimento das atividades de extensão.

− Analisar e validar as documentações apresentadas pelos estudantes.

− Avaliar e pontuar as atividades que foram previamente validadas.

− Comunicar os estudantes quanto à carga horária validada.

− Realizar o registro da integralização do componente curricular no SIGAA.

CONTABILIZAÇÃO E REGISTRO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A contabilização e registro do componente curricular de Extensão acontecerá preferencialmente no decorrer do último ano letivo do discente no curso. A creditação de Horas de Atividades de Estensão é feita a partir do SIGAA, através do módulo "Creditação de Horas de A□vidades Complementares e Extensão". Por meio desse módulo, o(a) estudante irá compor seu banco de horas, por tipo de componente curricular (atividade), e submeter à análise da Coordenação do Curso, até integralização automática das horas em histórico escolar (maiores informações na página virtual https://prex.ufc.br/pt/curricularizacao/ e https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2022/08/tutorial-banco-de-horas-e-creditacao-1.pdf) Caberá à coordenação do curso verificar se o discente encontra-se na situação de aluno concludente, deferir a solicitação de integralização e efetuar o registro no SIGAA.

CASOS ESPECÍFICOS E OMISSOS

Os casos específicos e omissos serão resolvidos pelo Colegiado da Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia.

ANEXO II - MANUAL DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

MANUAL DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – UFC

Este Manual do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Licenciatura em Geografia, composto a partir do texto do Projeto Pedagógico do Curso 2024, visa trazer orientações, de forma geral e coordenada, para os(as) alunos(as) do Curso de Licenciatura em Geografia, desde os primeiros semestres.

Sua consulta deve, contudo, estar articulada as demais aos demais projetos de pesquisa, extensão e ensino, frente as múltiplas parcerias com escolas da Rede Básica de Educação (pública, particular, confessional ou especial).

Espera-se que sua formatação definitiva – mesmo se aprovado neste ano de 2024 – acolha sugestões para uma futura versão, provavelmente mais completa de recomendações acessíveis às comunidades escolares parceiras na formação dos docentes em Geografia da Universidade Federal do Ceará.

Os fundamentos legais aqui adotados baseiam-se no Regimento Geral, no Estatuto da Universidade Federal do Ceará e Projeto Pedagógico Curricular do curso de Licenciatura em Geografia. As atividades do estágio curricular supervisionado do curso de licenciatura em Geografia são regidas pela lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, pela resolução CNE/CP nº 02 de 19 fevereiro de 2002, que estabele a carga horária dos cursos de licenciatura, pela resolução CEPE/UFC no 32 de 30 de outubro de 2009, que disciplina o programa de estágio supervisionado para os estudantes da UFC, e pela resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

O Estágio Curricular Supervisionado em Geografia, a se realizar a partir da segunda metade do curso, cumprindo um total de 400 horas (25 créditos), é

obrigatório e deve ocorrer na rede de ensino público municipal, estadual e na rede particular da Educação Básica, propiciando ao futuro professor uma inserção em seu espaço profissional para o exercício da atividade docente.

Estágio, na escola básica, supõe uma relação pedagógica entre um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um estagiário. O estágio, condição para a obtenção da licença para o exercício da docência, oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais em unidades escolares dos sistemas de ensino. É importante que a inserção do futuro professor em seu campo de estágio se dê de forma a preservar a integridade do projeto pedagógico da instituição que o recebe.

É necessário que haja um regime de colaboração entre a unidade escolar que acolhe o estagiário e a instituição formadora, a partir de acordos que envolvem além daquelas duas, o órgão executivo do sistema. Os Pareceres, Resoluções e a atual legislação de Estágio (Supervisionado e Trabalhista) em vigor (Lei 11.788/2008) propõem que haja uma contrapartida das agências formadoras no sentido de oferecer alguma modalidade de formação continuada aos professores das escolas, campo de estágio.

É indispensável frisar o papel estratégico dos Estágios Supervisionados no fortalecimento da Licenciatura em Geografia. Para tanto, deve-se frisar que o convívio progressivo de Programas de institucionais de cooperação Universidade/Escola Básica – como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Residência Pedagógico (PRP) e o Programa de Educação Tutorial (PET), continuamente coordenados por docentes do Curso de Licenciatura – tem fortalecido a ampliação da relação de escolas estaduais e municipais conveniadas, tornando os projetos didáticos inovadores um constante motor de integração entre formação inicial e formação continuada. E tal elemento dá-se por alguns aspectos representativos da política educacional da Licenciatura, ao longo destes 60 anos de existência, mas notadamente nos últimos 20 anos de gestão das 800 horas de prática de ensino. São eles:

a) O incentivo à diversidade de experiências escolares, ao longo da formação inicial, permitindo aos futuros professores o acesso a diferentes contextos educativos, seja no ensino fundamental, médio, especial, além de projetos de pesquisa e extensão correlatos;

b) A acolhida permanente de egressos da Licenciatura em Geografia, já lotados na rede pública e particular de ensino como Supervisores de Estágio. O que retroalimenta o investimento pedagógico na renovação constante das experiências didático-criativas, bem como proximidade do curso com as efetivas necessidades de apoio acadêmico aos projetos escolares;

c) O intercâmbio com novos atores educacionais (coordenadores, professores de áreas afins, projetos comunitários etc.), além de professores egressos de outros cursos de geografia, via supervisão de estágio, na construção de eventos formativos. Semestralmente, as Semanas de Geografia e os Seminários de PIBID, Residência e PET são divulgados nas escolas parceiras atraindo estes diversos atores e estudantes em visita ao Departamento de Geografia.

d) A constante publicação de trabalhos técnicos, artigos, livros e capítulos de livro em coautoria com professores da rede, alunos de pós-graduação e estagiários, demonstrando assim uma aproximação permanente de projetos e atividades escolares com a produção acadêmica.

A integralização da carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado prevista no Projeto Pedagógico do Curso é condição obrigatória para que o(a) estudante esteja apto(a) a colar grau e possa, por consequência, obter o título de Licenciado(a) em Geografia.

Para o cumprimento da carga horária de 400 são previstas atividades pedagógicas de caráter teórico-prático, por intermédio das orientações acadêmicas, conforme relação a seguir:

- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I – 48 horas (32h de orientação). Cabe destacar que esse estágio ocorre no formato de estágio-pesquisa no Ensino Fundamental - 5º semestre;
- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II – 64 horas (32h de orientação). Cabe destacar que esse estágio ocorre em unidades escolares de educação contextualizada e Educação Especial - 6º semestre;
- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental) – 144 horas (16h de orientação) - Cabe destacar que esse estágio ocorre com regência de sala de aula em escolas do Ensino Fundamental, anos finais - 7º semestre;

- Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio) – 144 horas (32h de orientação) – Cabe destacar que esse estágio ocorre em escolas do Ensino Médio regular, de tempo integral e profissionalizante 8º semestre;

O(a) aluno(a) deve cumprir a carga horária total de 400 h (25 créditos) relativos ao Estágio Curricular Supervisionado, bem como procurar os professores da área de Geografia e Ensino, responsáveis pelas atividades de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I, Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II, Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (Ensino Fundamental II) e Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV (Ensino Médio) para dirimir eventuais dúvidas relacionadas a esse tema.

Recomenda-se o cadastro dos alunos em redes/escolas que oferecem vagas para estágios trabalhistas (vide orientações na PREX https://estagios.ufc.br/pt/). Entretanto, o aluno que não fizer este registro na Pró-Reitoria de Extensão, poderá frequentar as práticas das quatro disciplinas sem prejuízo de sua avaliação acadêmica final.

A finalização do estágio conta com a realização de um trabalho final que pode ser Relatório de Estágio ou Portfólio. Ambos seguirão em conforme ao encaminhamento do professor orientador e, a culminância ocorre pela socialização das experiências vivenciadas durante o estágio.

Será considerado apto(a) nas atividades de Estágio Curriculares Supervisionados o(a) estudande que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência igual ou superior a 90% (noventa por cento), conforme Regimento Geral da UFC (Art. 116). A coordenação fará o registro da nota e frequência no SIGAA, lançando no histórico escolar do(a) estudante.

CASOS ESPECÍFICOS E OMISSOS

Os alunos que exerçam atividades docentes regulares na educação básica poderão ter substituída a carga horária até no máximo de 50% do total de horas a cumprir no estágio. Para tanto terão que encaminhar ao professor orientador do

estágio um relatório sobre essa experiência e comprovante de vínculo empregatício com a escola.

Outros casos específicos e omissos serão resolvidos pelo Colegiado da Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia.

ANEXO III – MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACG) LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – UFC

Este manual apresenta um conjunto geral de normas que visam orientar o(a) estudante do Curso de Licenciatura em Geografia no tocante à realização, registro e aproveitamento do componente curricular Atividades Complementares. Os fundamentos legais aqui adotados baseiam-se na Resolução n° 07/CEPE, de 17 de junho de 2005, no Regimento Geral, no Estatuto da Universidade Federal do Ceará e Projeto Pedagógico Curricular do curso de Licenciatura em Geografia. A integralização das Atividades Complementares é condição obrigatória para que o estudante esteja apto a colar grau e possa, por consequência, obter o título de Licenciado(a) em Geografia.

Tais atividades configuram-se em um complemento às atividades didático-pedagógicas desenvolvidas ao longo do curso e previstas nos demais componentes curriculares presentes na estrutura curricular, possibilitando assim uma ampliação da formação do estudante nos aspectos acadêmico, profissional, social, esportivo e cultural. Essa formação complementar será obtida a partir do engajamento do discente nas mais diversas atividades extracurriculares oferecidas pelo Departamento de Geografia, pela Universidade Federal do Ceará, por outras Instituições de Ensino Superior ou até mesmo por atividades desenvolvidas fora do ambiente acadêmico.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Apresentar ao estudante do Curso de Licenciatura em Geografia da UFC, desde os semestres iniciais, as diretrizes gerais que normatizam o desenvolvimento e a integralização do componente curricular Atividades Complementares.

Objetivos Específicos

– Complementar a formação profissional do estudante do Curso de Licenciatura em Geografia.

– Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista e crítica.

– Estimular o espírito empreendedor do corpo discente.

– Incentivar a inserção dos estudantes em atividades de Iniciação Científica e Iniciação à Docência e Extensão.

– Possibilitar uma melhor integração entre universidade e sociedade.

– Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas encontrados fora do ambiente de sala de aula.

– Promover a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O(a) estudante do curso de Licenciatura em Geografia deverá cumprir, no mínimo 96 horas de atividades complementares, as quais estão discriminadas a seguir:

- Atividades de Iniciação à Docência - São atividades de monitorias relacionadas à docência no ensino superior e na Educação Básica. Visam o incentivo à docência por meio de ações didático-pedagógicas desenvolvidas no âmbito da universidade e da escola.
- Práticas Pedagógicas - Serão instrumentos de iniciação profissional, voltados para o ensino-aprendizagem, que colocarão os alunos diretamente em contato com a realidade das salas de aula e ambiente escolar. O que pode dar-se através de trabalhos voluntários em instituições públicas ou privadas, ligadas à área de atuação do Licenciado em Geografia, mediante acordos ou convênios aprovados pelo Colegiado do Curso.
- Práticas de Pesquisa - Serão instrumentos que aproximarão o corpo discente da iniciação científica, estimulando o contato com a pesquisa e as áreas de ensino. Poderão ser realizados sob a supervisão de docente do Curso nos diversos laboratórios de ensino e de pesquisa da Universidade.
- Práticas de Extensão - Compreende as atividades desenvolvidas pelo aluno, sob a orientação docente, caracterizada como de extensão ou de prestação

de serviços à comunidade, ligadas a área de atuação do Licenciado ou outras ações pedagógicas.

- Participação em eventos científico-culturais - A participação do aluno em eventos de caráter científico-cultural deverá ser incluída no currículo do aluno como hora/atividade complementar, com ou sem apresentação de trabalho.
- Participação em bancas de apresentação de monografias e dissertações, bem como em defesas de teses de doutorado – A participação como ouvinte do discente em bancas deve ser incluída no seu currículo como hora/atividade complementar.
- Produção técnica e/ou científica - Produção de artigos, resumos, publicação de textos em livros, entre outras produções equivalentes.
- Outras atividades - São atividades que podem ser definidas pelo Colegiado do Curso de Geografia, por não estarem contempladas neste documento.

Para efeito de homologação das atividades complementares realizadas ao longo do Curso, discentes e docentes deverão considerar o limite de horas aceitas em cada atividade/modalidade, tendo em vista o Quadro de Validação das Atividades Complementares apresentado mais adiante. É de responsabilidade da Coordenação do Curso, indicar os Professores em condições de emitir o parecer para homologação das atividades realizadas pelo discente, preferencialmente no semestre previsto para a conclusão do curso.

ATRIBUIÇÕES

Atribuições do(a) Aluno(a)

– Cumprir a carga horária total de 96 h (06 créditos) de Atividades Complementares prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia.

– Procurar a coordenação para dirimir eventuais dúvidas relacionadas a esse tema.

– Providenciar a documentação que comprove a realização dessas atividades.

– Solicitar a creditação das horas no SIGAA.

Atribuições da Coordenação

– Supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares.

– Analisar e validar as documentações apresentadas pelos estudantes.

– Avaliar e pontuar as atividades que foram previamente validadas.

– Comunicar os estudantes quanto à carga horária validada.

– Realizar o registro da integralização do componente curricular no SIGAA.

CONTABILIZAÇÃO E REGISTRO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A contabilização e registro do componente curricular Atividades Complementares acontecerá preferencialmente no decorrer do último ano letivo do discente no curso. A creditação de Horas de Atividades Complementares é feita a partir do SIGAA, através do módulo "Creditação de Horas de A□vidades Complementares e Extensão". Por meio desse módulo, o(a) estudante irá compor seu banco de horas, por tipo de componente curricular (atividade), e submeter à análise da Coordenação do Curso, até integralização automática das horas em histórico escolar (maiores informações na página virtual https://prex.ufc.br/pt/curricularizacao/ e https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2022/08/tutorial-banco-de-horas-e-creditacao-1.pdf). No momento de inclusão das solicitações no SIGAA, o(a) estudante deve inserir também as documentações comprobatórias. Entende-se por documentações comprobatórias: declarações, atestados, certificados, históricos, diplomas, bem como outros documentos que a Coordenação possa constatar a autenticidade dos mesmos. Caberá à coordenação do curso verificar se o discente se encontra na situação de aluno concludente, deferir a solicitação de integralização e efetuar o registro no SIGAA.

CASOS ESPECÍFICOS E OMISSOS

Os casos específicos e omissos serão resolvidos pelo Colegiado da Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACG)

QUADRO DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – UFC **Quadro de Atividades e Validações nas Atividades Complementares de Graduação** **Formulário conforme a RES. 07/2005 do CEPE/UFC**			
ATIVIDADE E MODALIDADE	**CARGA HORÁRIA MÁXIMA**	**Total de horas na atividade (preenchimento obrigatório)**	**Certificação (não preencher – preenchido pela coordenação)**
1. Atividades de Iniciação dedicadas à docência, pesquisa e/ou extensão	**96 horas**		
1.1 Docência (monitoria)	32 horas		
1.2 Pesquisa (bolsista)	32 horas		
1.3 Extensão*	32 horas		
1.4 Grupo de Estudo	24 horas		
1.5 Outras atividades equivalentes	12 horas		
Total de horas na modalidade 1:			
2. Produção Técnica e/ou Científica	**96 horas**		
2.1 Publicação de artigo científico	32 horas		
2.2 Trabalho técnico	18 horas		
2.3 Publicação de texto em livro	12 horas		
2.4 Publicação de resumo	8 horas		
2.5 Outras atividades equivalentes	12 horas		
Total de horas na modalidade 2:			
3. Atividades artístico-culturais e esportivas	**80 horas**		
3.1 Atividade Artística-cultural	40 horas		
3.2 Atividade Esportiva	40 horas		
3.3 Outras atividades equivalentes	12 horas		
Total de horas na modalidade 3:			
4. Experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas	**64 horas**		
4.1 Associação civil	24 horas		
4.2 Empresa ou órgão público	24 horas		
4.3 Campanha específica	12 horas		
4.4 Curso de Capacitação	12 horas		
4.5 Minicurso	04 horas		
4.6 Outras atividades equivalentes	Min. 04 h		
Total de horas na modalidade 4:			
5. Atividades de participação e/ou organização de eventos	**32 horas**		

5.1 Comissão Organizadora	24 horas		
5.2 Exposição de trabalhos	12 horas		
5.3 Participação	8 horas		
Total de horas na modalidade 5:			
6. Vivências de gestão	**48 horas**		
6.1 Cargos na Empresa Júnior da Geografia	24 horas		
6.2 Cargos no Centro Acadêmico	24 horas		
6.3 Outras atividade equivalente	12 horas		
Total de horas na modalidade 6:			
7. Outras atividades, estabelecidas de acordo com o Art. 3o. da Res. 07/2005 (CEPE/UFC)	**48 horas**		
7.1 Trabalhos de campo e visitas técnicas**	24 horas		
7.2 Participação como ouvinte em bancas	12 horas		
7.3 Outras atividades equivalentes	12 horas		
Total de horas na modalidade 7:			
TOTAL GERAL DE HORAS (modalidades 1+ 2+ 3+ 4+ 5+ 6+ 7):			

** Item '1.3 – extensão': serão computadas somente horas excedentes, não utilizadas no cômputo das horas de atividades curriculares de extensão. Destaca-se que neste item o aluno precisa ter participado de uma ação de extensão como protagonista/extensionista, atuando diretamente junto à equipe extensionista e não como beneficiário da ação, enquanto comunidade.*

*** Item '7.1 – Trabalhos de campo e visitas técnicas': Serão considerados para o cômputo das atividades comnplementares os trabalhos de campo e visitas técnicas desenvolvidos fora daquelas atividades previstas e/ou desenvolvidas nas disciplinas dos núcleos obrigatórios e de opções livres, ou seja, quando não representarem ações realizadas como parte da integralização de disciplinas (obrigatórias ou optativas); isto é, sejam campos ou visitas excedentes.*

ANEXO IV – MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – UFC

Este manual apresenta um conjunto geral de normas que visam orientar o(a) estudante do Curso de Licenciatura em Geografia no tocante à realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os fundamentos legais aqui adotados baseiam-se no Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará (UFC), no Estatuto da UFC, no Projeto Pedagógico Curricular do curso de Licenciatura em Geografia, na Resolução Nº 12/CEPE (19/06/2008), na Resolução Nº 23/CEPE (03/10/2014) e no Ofício Circular Nº 04/2014/BU. A realização do TCC é condição obrigatória para que o estudante esteja apto a colar grau e possa, por consequência, obter o título de Licenciado(a) em Geografia.

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo a sistematização de um produto de pesquisa relacionado (direta ou indiretamente) a temas da formação docente, em sintonia com as experiências e vivências do(a) licenciando(a) nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

O TCC representa uma atividade obrigatória, organizada por intermédio de práticas de estudo temático, projeto de pesquisa e redação do trabalho final, com orientação de um dos docentes do Departamento de Geografia.

Considerado como atividade curricular adequada ao final do curso, o TCC pode ser iniciado em qualquer etapa da Licenciatura. Porém, é preferencialmente cadastrado no 7º semestre do curso (TCC I) e no 8º semestre (TCC II). A exposição e avaliação pública do TCC é condição básica para a diplomação (colação de grau) de todo e qualquer aluno da Licenciatura.

Cada aluno(a), individualmente ou em duplas, deve procurar os(as) professores(as) do curso para sistematizar possíveis projetos de TCC, antes do cadastramento da atividade, o qual é feito a partir da entrega do Termo de Aceite preenchido e assinado pelo(a) aluno(a) e pelo(a) professor(a) orientador(a), junto à Secretaria da Coordenação (documento apresentado ao final deste Manual). O período deste cadastramento será informado pela Coordenação semestralmente.

Ao longo do semestre, cabe ao professor orientador estabelecer a periodicidade e metodologia dos estudos no TCC I e TCC II, visando otimizar a pesquisa para garantir o produto final com qualidade. Fica também sob sua responsabilidade inscrever o candidato e a Comissão de Avaliação, (três docentes, incluindo o orientador como presidente) como confirmação de que o trabalho pode ser apresentado.

Fica a critério do(a) professor(a) orientador(a), em comum acordo com o(a) orientando(a), definir a modalidade de TCC que representará seu estudo da Licenciatura em Geografia, sendo que esta escolha deverá ser informada no cadastramento do aceite do TCC II (Pesquisa), desde que o professor orientador e o projeto tenham sido mantidos.

O TCC será expresso na elaboração de um estudo acadêmico, cuja forma de concepção e desenvolvimento pode corresponder a uma dessas três modalidades.

1. **MEMORIAL**: é uma autobiografia (geral ou temática) que descreve, analisa e critica acontecimentos sobre a trajetória acadêmica, profissional e intelectual do candidato, refletindo aspectos de sua experiência acumulada na academia. O Memorial pode estar associado a um registro sequenciado dos quatro estágios supervisionados e/ou avaliações de experiências com projetos e programas significativos para sua formação inicial no trabalho da geografia escolar.
2. **MONOGRAFIA**: é um texto acadêmico acerca de um tema específico, resultante de investigação científica. Possui, portanto uma organização convencional, incluindo tema, problemática, objetivos, metodologia, revisão de literatura, acompanhada de análise crítica, síntese ou categorização realizada pelo autor. O material bibliográfico levantado deve ser organizado de modo a dar uma visão integradora do tema relacionado à educação geográfica.
3. **ARTIGO CIENTÍFICO**: é um trabalho mais condensado (com menos de 30 páginas) cuja finalidade é a de registrar investigação realizada e divulgar resultados obtidos à comunidade científica. Seus parâmetros de organização devem seguir recomendações feitas a autores, conforme instruções dadas por revistas e periódicos qualificados pela CAPES. Sua

estrutura básica é: introdução, metodologia, resultados, conclusão e referências.

Sobre o encaminhamento do TCC à Comissão Avaliadora, ressalta-se que a versão digital a ser entregue com cópia à Coordenação, deve ocorrer com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da seção pública. A versão final do TCC deve seguir a Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UFC. A revisão do texto deve passar por profissional competente, antes da disponibilização no repositório de publicações da UFC.

A não submissão do TCC para a Comissão Avaliadora no prazo, já denota a falta de condições de sua defesa e apreciação pela Comissão; neste caso prorroga-se a diplomação do candidato, respeitando-se o prazo limite para conclusão do curso de cada aluno(a).

Fica a critério da Coordenação, atualizar semestralmente os prazos e encaminhamentos para a realização da Seção Pública. Os professores orientadores ficam responsáveis pelo planejamento e realização da Seção publica, providenciando os encaminhamentos para sua organização, em parceria com a Coordenação do curso. É de responsabilidade da Coordenação a elaboração da Ata e das declarações dos professores examinadores e professor(a) orientador(a).

A responsabilidade pela avaliação do TCC é do(a) professor(a) orientador(a), que junto com o(a) orientando(a), indica à Secretaria da Coordenação dois examinadores (no mínimo) graduados em Geografia (ou áreas afins) e preferencialmente professores do Ensino Básico ou Superior, para formar a Comissão Avaliadora e apresentar pareceres do TCC em Seção Pública

A mensuração do TCC será feita com base nos seguintes critérios:

1. Qualidade, originalidade e consistência do estudo proposto, conforme a modalidade indicada;
2. Consistência teórico metodológica no campo da Educação geográfica;
3. Cumprimento das normalizações estabelecidas;
4. Elementos que demonstram o comprometimento do candidato com o estudo proposto;
5. Conjunto do trabalho.

A Comissão Avaliadora - Orientador e Examinadores - atribuirá uma avaliação final por médias individuais ou consenso na atribuição de uma nota

coletiva. Será considerado aprovado o aluno (ou equipe de alunos) que obtiver, no mínimo, a nota igual ou superior a 7,0 (sete) na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Da inscrição do TCC ao momento da Seção Pública, o Orientador tem o direito de solicitar a suspensão da apresentação, por qualquer motivo justificável, seja relacionado ao trabalho ou ocorrências extraordinárias. No caso de Seção suspensa, é facultativo ao Orientador solicitar uma nova data ou prazo para essa exposição, cabendo a Coordenação deliberar sobre o pedido.

Realizada a Seção, a nota final, estabelecida somente será registrada no sistema acadêmico, pelo coordenador e/ou orientador, mediante a apresentação e devolução à Coordenação da Ata da Seção Pública preenchida e assinada pelos examinadores.

Será considerado apto(a) nas atividades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o(a) estudande que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência igual ou superior a 90% (noventa por cento), conforme Regimento Geral da UFC (Art. 116). A coordenação fará o registro da nota e frequência no SIGAA, lançando no histórico escolar do(a) estudante.

A apresentação do TCC poderá ocorrer ao longo do período semestral não coincidindo com as avaliações finais, sem qualquer necessidade de justificativa prévia por parte do professor orientador.

Ressalta-se que a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos será realizada pela Coordenação do curso de forma permanente, por meio digital, utilizando para tanto a plataforma do SIGAA. Ademais, a disponibilização dos TCC se dará na biblioteca universitária, via repositório institucional da Universidade Federal do Ceará, acessíveis pela internet.

O não cumprimento das normas aqui expostas implicará na realização de nova matrícula na atividade TCC, respeitando-se o prazo limite para conclusão do curso de cada aluno(a).

Os casos não previstos por esta normativa serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura Geografia.

UNIVERSIDADE FEDFERAL DO CEARÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

(TERMO DE ACEITE)

Eu, _____, declaro estar ciente de que o(s)_ discente(s) _____ _____, número(s) de matrícula _____ _____, pretendem desenvolver o TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO sob minha orientação, no semestre _____/____.

Nestes termos, solicito que a Coordenação do Curso efetue a matrícula na referida atividade.

Fortaleza, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Discente

_____
Assinatura do(a) Orientador(a)

Instruções: *Este formulário, depois de preenchido e assinado, deve ser enviado para a coordenação da geografia, através do e-mail: coordgeo@ufc.br.*

ANEXO V – REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
REGIMENTO INTERNO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – UFC

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Ceará, em conformidade com a Resolução CONAES nº 01/2010 e com a Resolução nº 10/CEPE, de 1º de novembro de 2012 da Universidade Federal do Ceará, que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do NDE no âmbito dos cursos de graduação.

Art. 2º. O NDE é o órgão consultivo responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso. Além da função consultiva, o mesmo possui função avaliativa, propositiva e de assessoramento no que diz respeito às matérias de natureza eminentemente acadêmica do referido curso, servindo como órgão de apoio ao Colegiado do Curso, sendo essencial o alinhamento estratégico desses dois órgãos, tendo em vista o desenvolvimento de planos de ações conjuntas.

Parágrafo Único: É vedado ao NDE do Curso de Licenciatura em Geografia da UFC apreciar matéria que não se relacione EXCLUSIVAMENTE com os interesses acadêmicos do curso.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º. São atribuições do NDE:

i. Revisar e atualizar trienalmente, ou sempre que necessário, o projeto pedagógico do curso (PPC) de Licenciatura em Geografia e encaminhar propostas de reestruturação curricular ao Colegiado do Curso para apreciação/aprovação;

ii. Zelar pelo cumprimento das diretrizes gerais dos planos de ensino das disciplinas do Curso e de suas respectivas ementas, recomendando ao

Coordenador do Curso, modificações dos planos de ensino para fins de compatibilização;

iii. Buscar integrar as diferentes atividades de ensino constantes do currículo através do uso de abordagens inter- e transdisciplinares;

iv. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e dos objetivos do curso estabelecidos no PPC;

v. Sugerir ações voltadas para a formação (capacitação) docente;

vi. Incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

vii. Recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;

viii. Elaborar, em parceira com a Coordenação de curso, planos de melhoria com base nos resultados de avaliação institucional e também em processos avaliativos do Ministério da Educação/ INEP.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO NDE

Art. 4º. O NDE será constituído nos seguintes termos:

i. Pelo(a) Coordenador(a) do curso em exercício, como membro nato;

ii. Por, no mínimo, 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso.

§ 1º - Os docentes e membros do NDE devem possuir o título de doutor ou equivalente, com regime de trabalho de tempo integral, dedicação exclusiva e, pelo menos 03 anos de experiência no ensino superior.

§ 2º - 40% dos membros do NDE devem atuar initerruptamente no curso, desde o último ato regulatório.

Art. 5º. A indicação dos representantes do NDE será feita em reunião do Colegiado do Curso Licenciatura em Geografia.

Art. 6º. O mandato dos representantes docentes no NDE será de 3 (três) anos, podendo haver uma recondução por mais 3 (três) anos, com aprovação do Colegiado do Curso.

§ 1º - O prazo do mandato poderá ser abreviado a qualquer tempo, desde que o(s) membro(s) manifeste(m) desejo de interrupção, por decisão pessoal ou desligamento da UFC.

§ 2º - O coordenador do curso poderá pedir o desligamento de membro do NDE, a qualquer tempo, levando em consideração a atuação do docente. O desligamento de membro do NDE deve ser aprovado pelo Colegiado do Curso.

§ 3º - São razões que podem motivar o desligamento do docente do NDE:

(a) falta não justificada em mais de três reuniões;

(b) não cumprimento repetido das atribuições feitas para o docente no âmbito do NDE;

(c) conduta incompatível com o Código de Ética do Serviço Público.

§ 4º - O Colegiado do Curso deverá assegurar a estratégia de renovação parcial dos membros do NDE, de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso, caso seja necessário.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 7º. Compete aos membros do NDE:

i. Eleger o presidente através de votação em escrutínio secreto, com ganho por maioria simples dos votos.

ii. Convocar as reuniões, quando em maioria simples de seus membros;

iii. Participar das reuniões convocadas e justificar as ausências para o presidente;

iv. Atuar como secretário ad hoc, quando na ausência da Assistente em Administração da Coordenação dos cursos de Geografia;

v. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição, na impossibilidade do presidente;

vi. Atuar como relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;

vii. Propor alterações do Regimento Interno do NDE.

Art. 8º. Compete ao Presidente do NDE:

i. Organizar a pauta, convocar e presidir as reuniões do NDE;

ii. Exercer o voto de qualidade, quando ocorrer empate nas votações;

iii. Coordenar e supervisionar os trabalhos do NDE;

iv. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;

v. Encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes;

vi. Designar secretário ad hoc, relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;

vii. Coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição;

viii. Propor alterações do Regimento Interno do NDE.

ix. Promover a integração com os demais Núcleos Docentes da Instituição, visando a troca de práticas e experiências.

x. Emitir, quando necessário, declaração de comprovação de participação dos membros nas atividades do NDE.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 9º. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do Coordenador do curso, pelo menos, 1 (uma) vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º - A convocação dos seus membros para reunião deve ser feita com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da hora marcada para o início da sessão, via ofício contendo a pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o caput deste artigo, desde que todos os membros do NDE do Curso tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - O NDE poderá requisitar junto à Coordenação, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 10º. O quorum exigido para legitimidade das reuniões do NDE é de 50% mais um dos membros.

Art. 11º. As decisões do NDE serão tomadas também por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 12º. Observar-se-ão nas votações os seguintes procedimentos:

i. Em todos os casos a votação é em aberto;

ii. Qualquer membro do NDE pode fazer constar em ata expressamente o seu voto;

iii. Nenhum membro do NDE deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;

iv. Não são admitidos votos por procuração.

Art. 13º. A ata das reuniões do NDE será lavrada e depois de lida e aprovada, deverá ser assinada pelos membros presentes na reunião subsequente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º. Os casos omissos serão discutidos em reunião do NDE e encaminhados ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia.

Art. 15º. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Fortaleza, 30 de agosto de 2022.

ANEXO VI - LISTA DE DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO

Apresentação – Prática como componente curricular

Estrutura curricular e seus elementos

Instrumento de avaliação INEP/MEC 2016

Manual de Estágio da UFC

Orientações básicas para criação de componente curricular Orientações sobre Regimento Interno NDE Plano Nacional de Graduação FORGRAD 1999

Referenciais de Acessibilidade INEP/MEC 2013

Roteiro para Elaboração de Manual de Normatização de Atividades Complementares Roteiro para Elaboração de Manual de Normatização de Estágio Supervisionado Roteiro para Elaboração de Manual de Normatização de Trabalho de Conclusão de Curso

LEGISLAÇÃO

Acessibilidade a deficientes – Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004

Atividades complementares – Resolução nº 07 – CEPE, de 17 de junho de 2005

Atividades complementares de cursos de tecnologia – Parecer nº 239 – CNE Avaliação presencial para EaD – Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005

Bibliografia Básica e Complementar – Resolução nº 10 – CEPE, de 23 de setembro de 2013

Carga Horária Docente – Resolução nº 23 – CEPE, de 03 de outubro de 2014

Carga Horária Mínima e Integralização – Resolução nº 02 – CNE, de 18 de junho 2007

Carga Horária Mínima e Procedimentos para Integralização cursos da área de saúde – Resolução nº 04 – CNE, de 06 de abril 2009

Carga horária mínima para cursos superiores de tecnologia – Portaria nº 10 – MEC, de 28 de julho de 2006

Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia

Conceito de hora-aula – Resolução nº 03 – CNE, de 02 de julho de 2007

Curricularização da Extensão. Resolução CEPE n 28, de 1 de dezembro de 2017

Curricularização de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003

Curricularização de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008

Destinação de Carga Horária EaD – Portaria nº 4.059 – MEC, de 10 de dezembro de 2004 Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação

Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação na modalidade a distância – Resolução nº 01 – CNE, de 11 de março de 2016

Diretrizes Curriculares – Cursos Superiores de Tecnologia – resolução nº 03 – CNE, de 18 de dezembro de 2002

Diretrizes Curriculares – Educação Básica – Resolução nº 04- CNE, de 13 de julho de 2010

Diretrizes Curriculares – Formação de Professores Indígenas – Resolução nº 01 – CNE, de 7 de janeiro de 2015

Educação Ambiental – Lei nº 9.795, de 27 de abril 1999

Educação Ambiental – Decreto nº 4.281, de de 25 de junho 2002

Educação Ambiental – Resolução nº 02 – CNE, de 15 de junho de 2012

Educação das Relações Etnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Resolução nº 01 – CNE, de 17 de junho de 2004

Educação em Direitos Humanos – Resolução nº 01 – CNE, de 30 de maio de 2012

Eixos temáticos – Relações Etnico-Raciais e Africanidades, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos, de 03 de junho de 2013 – Portaria nº 21 – PROGRAD/UFC, de 03 de junho de 2013

Estágio – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008

Estágio Curricular Supervisionado – Resolução nº 32 – CEPE, de 30 de outubro 2009 Formação de tecnólogos – Parecer nº 436 – CNE LIBRAS – Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005

LIBRAS – Portaria nº 19 – PROGRAD/UFC, de 26 de novembro de 2009

Nova habilitação para graduados em Letras – Resolução nº 01 – CNE, de 18 de março de 2011

Núcleo Docente Estruturante – Resolução nº 01 – MEC/CONAES, de 17 de junho de 2010

Núcleo Docente Estruturante – Resolução nº 10 – CEPE, de 01 de novembro de 2012

Prazos de processos – Ofício circular nº 16 – PROGRAD/UFC, de 4 de outubro de 2011

Reprovação por Frequência – Resolução nº 12 – CEPE, de 19 de junho de 2008

Tempo Máximo para Conclusão de Cursos – Resolução nº 14 – CEPE, de 03 de dezembro de 2007

Trâmite de processos – Ofício circular nº 15 – PROGRAD/UFC, de 12 de novembro de 2013

Unidades Curriculares – Resolução nº 07 – CEPE, de 08 de abril 1994